

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
E MEIO AMBIENTE**

**O imigrante japonês e seus descendentes em Taquaritinga, SP : a  
relação com a agricultura.**

Olimpio Massaaki Kikuthi

ARARAQUARA

2014

# **CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA**

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

### **O imigrante japonês e seus descendentes em Taquaritinga, SP. : a relação com a agricultura.**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

**Orientado: Olimpio Massaaki Kikuthi**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Lúcia Ribeiro**

## FICHA CATALOGRÁFICA

K59i Kikuthi, Olimpio Massaaki

O imigrante japonês e seus descendentes em Taquaritinga, SP. : a relação com a agricultura./

Olimpio Massaaki Kikuthi. – Araraquara: Centro Universitário de Araraquara, 2014.

185f.

Dissertação (Mestrado)- Centro Universitário de Araraquara  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Orientador: Profa. Dra. Maria Lúcia Ribeiro

1. Imigração japonesa. 2. Cultivo da terra. 3. Contribuições na agricultura.

CDU 504.03



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP  
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100

www.uniara.com.br

## FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: *Olimpio Massaaki Kikuthi*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, curso de Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Dinâmica Regional e Alternativas de Sustentabilidade.

### BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Maria Lucia Ribeiro  
UNIARA - Araraquara

---

Prof. Dr. Oriowaldo Queda  
UNIARA – Araraquara

---

Profa. Dra. Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavatina  
UNESP – Franca

Araraquara – SP, 24 de abril de 2014.

**Dedico**

**À**

**Sonia, colega de turma da Faculdade de  
Jornalismo, esposa, secretária, companheira  
inseparável.**

**Patrícia, filha, mente brilhante, orgulho  
infinito.**

## **AGRADECIMENTOS**

À Profa. Dra. Maria Lúcia Ribeiro, orientadora, mentora, guia inestimável, uma luz no caminho.

Prof. Dr. Oriowaldo Queda, lutador incansável, força inesgotável, exemplo a ser seguido por todos.

Todos os professores do Mestrado da UNIARA, corresponsáveis, por esta etapa da vida. Às funcionárias e funcionários, pela presteza, dedicação e empenho.

Às secretárias do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente: Maria Silvia Corrêa, Jaqueline Diniz, Ivani Ferraz Urbano e Iniciação Científica: Fernanda Cesar da Silva, pelo empenho, presteza, no atendimento aos alunos.

## RESUMO

A participação dos imigrantes japoneses na agricultura brasileira teve um papel importante no desenvolvimento do país e outras nacionalidades ajudaram a construir um modelo reconhecido no mundo todo pelos padrões de qualidade e produtividade. A busca por uma agricultura sustentável, planejada e com espírito cooperativo, tem sido objeto de muitos estudos e discussões pela academia, teóricos, especialistas e pesquisadores, em todos os níveis. Este trabalho foi estruturado em três momentos específicos: um resgate histórico dos períodos Tokugawa e Meiji, no Japão, para entender as razões da imigração ao Brasil e aspectos da cultura japonesa. A chegada dos imigrantes e as formas que determinaram a vinda, a vida nos primeiros anos e as dificuldades enfrentadas no novo país. Um terceiro momento buscou avaliar as famílias e suas histórias de vida na agricultura. A pesquisa foi conduzida com os remanescentes das famílias japonesas que se estabeleceram em Taquaritinga, SP e, os dados foram coletados por meio de entrevistas estruturadas abordando os seguintes aspectos: resgate das histórias de vida, o trabalho na agricultura, as dificuldades encontradas pelas diferenças culturais e a discriminação racial sofrida. Recuperar informações de um momento histórico foi uma maneira de compreender ou trazer à tona novas discussões sobre mitos e rótulos impostos aos japoneses no Brasil. Os resultados da pesquisa mostraram que as histórias de vida dos imigrantes foram marcadas por muito sofrimento; os preconceitos sofridos pelos estigmas criados foram absorvidos pelos japoneses em silêncio; o período da Segunda Guerra Mundial marcou o início do processo de fixação definitiva dos japoneses no Brasil e o fim dos sonhos de voltar e a relação com a terra foi estabelecida num processo de longos anos, de maneira complexa, envolvendo a família, tradições, casamento, espiritualidade, língua, culinária e cooperativismo que os próprios envolvidos não conseguem explicar.

**Palavras-chave:** Imigração Japonesa. Cultivo da Terra. Contribuições na Agricultura.

## ABSTRACT

The participation of Japanese immigrants in Brazilian agriculture has played an important role in the development of the Country, together with other nationalities they helped to build a model recognized worldwide for standards of quality and productivity. The search for sustainable, planned agriculture and based on cooperative spirit, has been the subject of many studies and discussions by academics, theorists, specialists and other researchers. This work is structured in three specific phases: the historic periods in Japan called Tokugawa and Meiji, to understand the reasons for the immigration to Brazil and to understand the Japanese culture of that time. The second phase aimed the arrival of the immigrants and the forms that determine their trip, the way of life at the difficulties faced in the new country. The third phase searched about the families and their agriculture life histories. The research was conducted with the remnants of Japanese families settled in Taquaritinga, SP, and the data were collected through structured interviews addressing the following aspects: redemption of life stories, work in agriculture, the difficulties encountered by cultural differences and racial discrimination. Understanding how to establish the connection with the land and to use of natural resources can be a way to equate environmental issues. Retrieving information from a historical moment is a way to understand or bring up new discussions on myths and labels imposed on Japanese people in Brazil. The survey results showed that the life stories of immigrants were marked by much suffering; the prejudices suffered by the created stigmas were absorbed by the Japanese in silence, the period of Second World War marked the beginning of the definitive fixation process of the Japanese people in Brazil and the end of dreams of returning home, and the relationship with the land was established in long years in a complex way process involving the family traditions, marriage, spirituality, language, cookery and cooperatives that the immigrants themselves cannot explain.

**Keywords:** Japanese Immigration. Land Cultivation. Contributions in Agriculture.



## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

BRAZCOT - Sociedade Algodoeira do Brasil-Japão

BRATAC - Sociedade Colonizadora do Brasil

CAC - Cooperativa Agrícola de Cotia

CATI – Coordenadoria Assistência Técnica Integral

CIVITOX - Centro Integrado de Vigilância Toxicológica

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

C.R.C.J - Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

IAC - Instituto Agrônomo de Campinas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

KKKK - Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha

SIHSUS - Sistema de Informações Hospitalares – Sistema Único de Saúde

SIM - Sistema de Informação de Mortalidade

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINITOX - Sistema Nacional de Informações Toxicológicas

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Relação de propriedades agrícolas de japoneses em Taquaritinga, SP em 2013.	23
<b>Tabela 2</b>	Relação dos proprietários agrícolas japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP	24
<b>Tabela 3</b>	Cooperativas ligadas à coletividade de origem japonesa – associados segundo origem – final da década de 1930	96
<b>Tabela 4</b>	Óbitos dos japoneses e descendentes, em Taquaritinga, SP (1919-2013)	175
<b>Tabela 5</b>	Óbitos dos japoneses e descendentes, em Taquaritinga, SP por ano e faixa etária (1919-2013)	175
<b>Tabela 6</b>	Causa-mortis e Faixa etária dos japoneses e descendentes em Taquaritinga - 1919 a 2013	177
<b>Tabela 7</b>	Causas dos óbitos/número de japoneses e descendentes sepultados em Taquaritinga, SP (1919/2013)	180

## LISTAS DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Ano de chegada das famílias japonesas ao Brasil	107
<b>Quadro 2</b>	A composição da família japonesa na chegada ao Brasil	109
<b>Quadro 3</b>	A mobilidade da família japonesa, de assalariado a proprietário.	111
<b>Quadro 4</b>	Meios para a aquisição da terra	114
<b>Quadro 5</b>	Uso de insumos/produtos químicos no cultivo da terra	115
<b>Quadro 5A</b>	Relatos sobre o uso de insumos/produtos	116
<b>Quadro 6</b>	O ensino da língua japonesa aos filhos dos imigrantes japoneses	119
<b>Quadro 7</b>	Educação e escolaridade dos filhos dos imigrantes japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP.	121
<b>Quadro7A</b>	A educação dos pais e sua relação com o conceito de “amor à terra”	122
<b>Quadro7B</b>	Prejuízo da força de trabalho da família japonesa em relação à escolaridade dos filhos	124
<b>Quadro 8</b>	Os casamentos dos filhos de imigrantes japoneses em Taquaritinga, SP.	126
<b>Quadro 9</b>	A culinária japonesa e as famílias entrevistadas em Taquaritinga, SP.	128
<b>Quadro10</b>	A religião dos imigrantes e descendentes japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP	131
<b>Quadro 11</b>	A divisão das famílias japonesas entrevistadas nas associações em Taquaritinga, SP.	133
<b>Quadro11A</b>	A participação das famílias entrevistadas nas associações japonesas em Taquaritinga, SP.	135
<b>Quadro 12</b>	Os problemas, preconceitos e perseguições aos japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP.	137
<b>Quadro 13</b>	Os sonhos dos imigrantes das famílias japonesas em Taquaritinga, SP.	140
<b>Quadro 14</b>	Apêndice A – Referencial Teórico (Modelo Utilizado)	162
<b>Quadro 15</b>	Apêndice B - Aplicação de produtos químicos	163
<b>Quadro 16</b>	Apêndice C – Produtos agrícolas sem aplicação de agrotóxicos	164
<b>Quadro 17</b>	Apêndice D - Educação x religiosidade dos imigrantes japoneses e filhos	165

## LISTAS DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Localização do Município de Taquaritinga no Estado de São Paulo.	21
<b>Figura 2</b>	Localização do Município de Taquaritinga, SP e municípios vizinhos.	21
<b>Figura 3</b>	Panflete japonês de estímulo à imigração para o Brasil	56
<b>Figura 4</b>	Panflete japonês de estímulo à imigração ao Brasil com a Localização de núcleos de colonização japonesa	57
<b>Figura 5</b>	Atividades exercidas no Japão pelas famílias entrevistadas	106
<b>Figura 6</b>	Ano de chegada, das famílias japonesas ao Brasil, fixadas em Taquaritinga, SP.	107
<b>Figura 7</b>	A mobilidade do imigrante japonês entrevistado: de assalariado a proprietário	112
<b>Figura 8</b>	O Círculo de Influências	144
<b>Figura 9</b>	Causas dos óbitos /número de japoneses e descendentes sepultados em Taquaritinga, SP, (1919/2013).	182

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
2.1 Levantamento prévio das informações.....	18
2.2 Instrumento de análise.....	19
2.3 Coleta de dados.....	19
2.4 Análise de dados.....	19
2.5 A região de estudo.....	20
2.6 Estratégia de seleção das famílias para as entrevistas.....	22
<b>3. O IMIGRANTE JAPONÊS NO SEU PAÍS DE ORIGEM.....</b>	<b>25</b>
3.1 Os Períodos Tokugawa e Meiji no Japão.....	25
3.2 Atividades exercidas no Japão pelas famílias dos imigrantes.....	32
3.3 O nível de escolaridade dos japoneses e o reflexo no imigrante.....	33
<b>4. O IMIGRANTE JAPONÊS NO PAÍS DE ADOÇÃO.....</b>	<b>36</b>
4.1 As companhias de imigração e colonização japonesa no Brasil.....	36
4.2 A chegada das primeiras famílias: a fase experimental (1908-1920.....	39
4.3 A vida do imigrante japonês no Brasil.....	41
4.4 A mobilidade dos japoneses.....	44
4.5 As atividades na agricultura desenvolvidas pelos japoneses.....	45
4.5.1 O imigrante japonês como assalariado.....	47
4.5.2 O imigrante japonês como arrendatário.....	49
4.5.3 O imigrante japonês como meeiro.....	50
4.5.4 O imigrante japonês como proprietário.....	52
4.6. A segunda fase: “imigração em massa” (1920-1940).....	53
4.7 Os problemas, preconceitos, perseguições aos japoneses .....	58
4.8 Uso de insumos, produtos químicos pelos imigrantes japoneses.....	62
4.9 A língua Japonesa ensinada aos filhos dos imigrantes.....	67
4.10 Educação e escolaridade dos filhos de imigrantes japoneses.....	70
4.11 O casamento dos filhos de imigrantes japoneses no Brasil.....	72
4.12 Os costumes japoneses no Brasil.....	75
4.13 A culinária japonesa e o imigrantes no Brasil.....	80
4.14 A Espiritualidade dos imigrantes e descendentes.....	83

4.14.1	O sofrimento que foi escondido.....	87
4.15	A terceira fase: pós 2ª guerra mundial (1950).....	90
4.16	Contribuições dos japoneses ao Brasil em outros setores .....	92
4.17	O cooperativismo entre os japoneses no Brasil .....	94
4.18	A valorização da terra pelo imigrante .....	98
4.19	Contribuições dos japoneses para a agricultura brasileira.....	102
<b>5.</b>	<b>O IMIGRANTE JAPONÊS EM TAQUARITINGA, SP.....</b>	<b>105</b>
5.1	A história dos imigrantes japoneses .....	105
5.1.1	Atividades exercidas no Japão pelos imigrantes pesquisados em Taquaritinga, SP.....	105
5.1.2	O ano de chegada das famílias japonesas, entrevistadas em Taquaritinga, SP.....	106
5.1.3	Arranjos de nomes para a composição da família antes da chegada ao Brasil, entrevistada em Taquaritinga, SP.....	108
5.1.4	A composição das famílias entrevistadas na chegada ao Brasil.....	108
5.2	A relação com a terra.....	109
5.2.1	Mobilidade dos imigrantes japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP: de assalariado a proprietário.....	109
5.2.2	A compra da terra pelas famílias entrevistadas.....	113
5.2.3	O uso de insumos/produtos pelas famílias entrevistadas em Taquaritinga, SP.....	114
5.2.4	Produtos orgânicos produzidos famílias entrevistadas em Taquaritinga, SP.....	117
5.3	A família .....	118
5.3.1	O ensino da língua japonesa aos filhos dos imigrantes japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP.....	118
5.3.2	Educação dos filhos dos imigrantes japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP.....	120
5.3.2.1	A relação dos japoneses com a terra.....	121
5.3.2.2	A educação dos filhos dos imigrantes e a relação com a religião.....	123
5.3.2.3	A relação do trabalho e a educação dos filhos dos imigrantes.....	123

5.3.3 Os casamentos dos filhos dos imigrantes japoneses, em Taquaritinga,SP.....	124
5.3.4 A culinária japonesa e as famílias entrevistadas em Taquaritinga,SP.....	127
5.3.5 A espiritualidade dos imigrantes e descendentes entrevistados em Taquaritinga, SP.....	129
5.4 As relações sociais.....	131
5.4.1 Associações dos japoneses e descendentes em Taquaritinga, SP.....	131
5.4.1.1 A participação das famílias entrevistadas nas associações japonesas de Taquaritinga, SP em 2013.....	134
5.4.2 Preconceitos, perseguições e estigmas sofridos pelas famílias entrevistadas.....	136
5.4.3 Os sonhos dos imigrantes das famílias japonesas, em Taquaritinga, SP.....	138
<b>6. CONCLUSÕES.....</b>	<b>141</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE A (Quadro referencial teórico – Modelo utilizado).....</b>	<b>162</b>
<b>APÊNDICE B (Aplicação de produtos químicos).....</b>	<b>163</b>
<b>APÊNDICE C (Produtos agrícolas sem aplicação de agrotóxicos).....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICE D (Educação x religiosidade dos imigrantes japoneses entrevistados) .....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO A (Modelo do questionário ).....</b>	<b>166</b>
<b>ANEXO B ( Roteiro de contato telefônico).....</b>	<b>173</b>
<b>ANEXO C (Levantamento óbitos).....</b>	<b>174</b>
<b>ANEXO D (Termo de consentimento).....</b>	<b>183</b>

## APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O estudo da imigração japonesa, assim como todos os outros imigrantes que ajudaram a formação e construção de uma identidade multivariada brasileira, é fundamental para compreender o processo cultural do país.

O objetivo deste trabalho foi fazer um resgate das histórias de vida do imigrante japonês, com propriedade agrícola, abrangendo os seguintes objetivos específicos: estudar alguns aspectos do imigrante japonês no seu país de origem; estudar as etapas da imigração japonesa ao Brasil e traçar um perfil do imigrante japonês que mantém atividades na agricultura, em Taquaritinga, SP, em 2013. O estudo enfoca as principais dificuldades encontradas pela língua, costumes e tratamento recebido, condições de trabalho e resistência por parte de políticos e setores de sociedade brasileira preocupada com a miscigenação de etnias e a relação do imigrante japonês com a terra.

O Brasil, descoberto em 1500 pelos portugueses, teve na sua trajetória histórica a participação fundamental dos europeus e africanos, além das comunidades indígenas que aqui se encontravam. Quatro séculos depois, vivendo ainda um período “colonial”, com o processo de imigração intensivo, a partir de 1900, o Brasil inicia o processo de desenvolvimento em busca da modernidade.

O presente trabalho se baseou em revisão da literatura, com os principais autores que estudaram a imigração japonesa para o Brasil. A pesquisa abordou a trajetória das famílias que saíram do Japão, a partir de 1908, se fixaram em Taquaritinga, interior do estado de São Paulo e continuam em atividade no campo até 2013. A pesquisa de campo buscou resgatar, também, aspectos da participação da colônia japonesa no desenvolvimento de uma parcela da produção de hortifrutigranjeiros e sua relação com a terra.

A dissertação sobre este tema foi estruturada em cinco capítulos distintos. O primeiro capítulo trata da apresentação da dissertação. O segundo capítulo especifica a metodologia de trabalho. O terceiro capítulo situa o imigrante japonês no seu país de origem, com os períodos Tokugawa (1603-1868) e Meiji (1868-1912). Estes períodos foram decisivos na formação da nação japonesa e da bagagem cultural que os imigrantes iriam trazer para o Brasil.

No quarto capítulo aborda o imigrante japonês no Brasil. A trajetória da imigração japonesa teve três fases distintas: a primeira fase da imigração japonesa inicia-se em 1908, com a vinda do navio *Kasato-Marú*, com as primeiras famílias de



imigrantes. Esta fase, de 1908 a 1920, foi denominada como “experimental, chegando ao Brasil 7.147 famílias, com 29.580 pessoas. A segunda fase, de 1920 a 1940, foi considerada como o período de “imigração em massa”. Dados indicam que 149.175 japoneses, correspondendo a 78,5% de todos os imigrantes japoneses, entraram no Brasil entre 1908 e 1952. A terceira fase, entre 1945 e 1952, recebeu 11.308 pessoas o que corresponde a 6,02% do total da imigração ao Brasil, número reduzido em razão do período da 2ª Guerra Mundial e a suspensão das relações diplomáticas Brasil/Japão.

Conhecer o perfil do imigrante em relação aos seus sonhos, posição de trabalho que ocupava no Japão, contribuirá para entender os conflitos que tiveram de ser administrados e resolvidos na chegada a uma terra distante, desconhecida e diferente.

O quarto capítulo compreende o imigrante no país de adoção, o Brasil após a chegada e seu deslocamento em determinadas regiões do estado de São Paulo até a fixação definitiva.

Autores estudaram os fatores que ajudaram o imigrante japonês a sair da posição de empregado e se tornar dono de um pedaço de terra. A terra sempre foi, historicamente, um objeto de disputa e poder. O Brasil, pela sua extensão geográfica, tem na terra um palco de grandes conflitos, ao longo de sua história. Por outro lado, quem cultiva a terra sabe das dificuldades e desafios para conseguir sobreviver e tirar o seu sustento. Os japoneses ajudaram a construir uma parte de um período importante para o Brasil.

Aspectos como educação, casamento dos filhos, continuidade da “língua materna”, costumes, culinária e espiritualidade complementam este capítulo da trajetória do imigrante japonês para entender a sua relação com a terra.

Os estudos de autores ajudaram a compreender a relação entre as famílias japonesas, seus costumes, e espiritualidade, o casamento arranjado e o cooperativismo, como elementos ligados à valorização da terra e o respeito à natureza.

O quinto capítulo do trabalho aborda o imigrante japonês em Taquaritinga, SP, as histórias de vida das famílias que permaneceram na agricultura, resgatadas pelas entrevistas, em 2013.

A revisão bibliográfica dos principais autores e trabalhos realizados sobre a imigração japonesa fundamentou o texto da dissertação. Autores estudaram a mobilidade das famílias japonesas, desde a chegada ao Brasil até a sua fixação nas cidades do interior paulista e norte do Paraná, principalmente. Outros autores pesquisaram aspectos da trajetória, imaginário, memória, intolerância, racismo e

detalhes do cotidiano das famílias japonesas no processo de adaptação, aculturação e crescimento em terras brasileiras. O trabalho na terra aborda as dificuldades no controle das pragas, da ausência de produtos químicos nos anos 1920/1930, da falta de assistência técnica e dificuldades de comunicação com o desconhecimento da língua portuguesa pelos agricultores japoneses. A questão dos produtos químicos é estudada a partir do surgimento das primeiras fábricas de agrotóxicos na década de 1940, no Brasil. Os sonhos dos imigrantes e padrões da cultura japonesa foram objetos de vários estudos.

O Apêndice A apresenta um resumo dos autores consultados para a elaboração do referencial teórico, o título dos trabalhos consultados, a formação do autor, o tipo de pesquisa desenvolvida, amostra, local da pesquisa, instrumento de pesquisa utilizado e as principais conclusões obtidas.

## 1. METODOLOGIA

Para que este trabalho alcançasse os objetivos propostos, foi realizado, além da revisão bibliográfica, um levantamento de dados secundários como documentos oficiais no IBGE, Prefeitura Municipal de Taquaritinga e sites de pesquisa na Internet, entre outros. Os dados primários foram obtidos com um levantamento no Serviço de Óbitos da Prefeitura Municipal de Taquaritinga, SP. Os registros compreendiam os japoneses e descendentes enterrados em Taquaritinga, no período de 1919 a 2013. O objetivo era obter informações sobre as doenças acometidas nos mesmos. Uma pesquisa de campo entrevistando representantes das famílias de imigrantes e descendentes teve a finalidade de obter as histórias de vida para confirmar os objetivos propostos no trabalho.

O contato telefônico teve como objetivo iniciar o trabalho de pesquisa com as famílias de imigrantes japoneses e descendentes, em Taquaritinga, SP. O contato permitiu localizar as famílias, confirmar os endereços, descrever a pesquisa em andamento e agendar as visitas para a realização das entrevistas.

O Quadro 16 (vide Apêndice A) apresenta os autores consultados para a elaboração do referencial teórico, o título do trabalho consultado, a formação do autor, o tipo de pesquisa desenvolvida, amostra, local da pesquisa, instrumento de pesquisa utilizado e as principais conclusões obtidas por esses autores. Um estudo de caso foi elaborado, com entrevista de representantes de vinte e quatro famílias, do universo da pesquisa, proprietários de terras em atividades na agricultura. Autores: a organização da pesquisa foi baseada em autores como GIL, (1991,2002); BECKER (1993) E LAKATOS E MARCONI (2010) que definem estudo de caso como uma pesquisa que possui como objeto uma unidade que se possa analisar de forma mais aprofundada.

O estudo de caso é um modo de coletar informações específicas e detalhadas, frequentemente de natureza pessoal, envolvendo o pesquisador e o comportamento do grupo pesquisado, numa determinada situação.

As limitações de um estudo de caso estão na dificuldade de generalização dos resultados obtidos, valendo para aquela amostra do universo pesquisado.

## 2.1 Levantamento prévio das informações

Inicialmente, foi feito um levantamento das famílias japonesas residentes no município de Taquaritinga, com informações obtidas nas duas Associações Culturais de Japoneses da cidade. O Nipo Clube de Taquaritinga foi fundado em 1955 e a Associação Cultural *Kai Kan* em 1962.

Os imigrantes e descendentes se reuniam nas fazendas, de maneira costumeira, segundo a tradição trazida do Japão, por ocasião das festividades, e comemorações como data de aniversário do Imperador, início da primavera, passagem do ano novo, entre outras ocasiões. As festas de casamento, entre os membros da colônia, eram eventos considerados importantes, assim como nos casos de falecimentos, doenças e outros problemas. A organização era informal. Mas havia uma estrutura, uma hierarquia que funcionava, de acordo com as necessidades. Com o passar dos anos ao conseguirem melhorar as condições de trabalho, as associações foram criadas.

Um contato telefônico foi realizado para confirmar dados para a pesquisa. Este procedimento teve como objetivo iniciar o trabalho da pesquisa com as famílias de imigrantes japoneses e descendentes, em Taquaritinga, SP. O contato permitiu localizar as famílias, confirmar os endereços, explicar a pesquisa em andamento e agendar as visitas para a realização das entrevistas.

Uma relação das propriedades rurais japonesas foi elaborada com o fornecimento de informações da Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI) para a definição da amostra da pesquisa. A elaboração de um mapa da região, com a localização das propriedades foi necessária para o acesso às famílias moradoras na zona rural. Foi possível localizar as 69 propriedades japonesas e seus respectivos proprietários.

Um segundo levantamento foi elaborado na Prefeitura Municipal de Taquaritinga, junto ao setor de registros de óbitos. Foram resgatadas informações sobre os óbitos dos japoneses e descendentes, enterrados nos três cemitérios do município, entre janeiro de 1919 e 10/06/2013.

## **2.2 Instrumento de análise**

Um roteiro estruturado foi elaborado para realizar a pesquisa de campo, tendo como base aqueles descritos por Cintrão (1999), Bocchi (2008), Rodrigues (2009), Shibata (2009), Takiuchi (2010) e Isumi (2010).

O instrumento foi aplicado em uma família, fora da amostra escolhida, para avaliar a aplicabilidade do roteiro de entrevista e permitir os ajustes e as alterações necessárias, importantes para validação deste instrumento de análise.

O instrumentos de análise, composto de 22 itens (Anexo A) abordou os seguintes aspectos: (1) A chegada da família japonesa ao Brasil; (2) Atividades exercidas pela família, no Japão; (3) Composição da família na chegada ao Brasil; (4) Arranjos de nomes das famílias japonesas; (5) Regiões de moradia no Brasil; (6) Trabalho como assalariado, (7) Trabalho como meeiro; (8) Trabalho como arrendatário; (9) Compra da terra; (10) Cooperação ou ajuda recebida para compra da terra; (11) Uso de insumos ou produtos químicos; (12) Produção orgânica; (13) Preconceitos e perseguições sofridas pelos japoneses no Brasil; (14) Ofensas ou discriminações por racismo; (15) Educação dos filhos dos imigrantes; (16) A língua japonesa ensinada aos filhos pelos imigrantes; (17) As associações culturais dos japoneses; (18) A culinária e a família japonesa; (19) A religião dos imigrantes; (20) O casamento dos imigrantes e dos filhos; (21) As contribuições dos japoneses ao Brasil e (22) Os sonhos trazidos do Japão, pelos imigrantes.

## **2.3 Coleta de dados**

Os dados primários foram coletados por meio de pesquisa de campo com a realização de entrevistas semi-diretivas, aplicado a 24 produtores agrícolas japoneses, em Taquaritinga, SP, no período de 18 de agosto à 04 de novembro de 2013.

## **2.4 Análise de dados**

Os dados coletados nas entrevistas foram transcritos em quadros, separados por família, em razão das particularidades de cada história de vida, para posterior considerações em relação aos objetivos propostos pelo presente trabalho.

Os resultados decorrentes da análise do tratamento dos dados foram separados por similaridades e histórias de vida para possibilitar as avaliações. O tratamento dos dados constou da elaboração de tabelas e gráficos. Os resultados obtidos permitiram avaliar as similaridades na vinda das famílias, regiões do Japão de maior incidência, nível de profissionalização e escolaridade na época da imigração, problemas enfrentados na adaptação no Brasil, o trabalho na agricultura e os motivos da mobilidade por diversas cidades até a fixação em Taquaritinga, SP. Ao conhecer alguns detalhes do trabalho e evolução dos japoneses na agricultura, a vida em família e a relação com a terra, foram possíveis entender os principais fatores que estabeleceram esta relação e resgatar um momento da história da imigração.

## **2.5 A região de estudo: Taquaritinga, SP.**

O município de Taquaritinga situa-se na unidade federativa de São Paulo, na mesorregião de Ribeirão Preto e microrregião de Jaboticabal (Figura 1 e Figura 2).

A escolha da região foi definida pela importância dos imigrantes japoneses que passaram pela região, entre 1908 e 2013 e trabalharam na agricultura.

Taquaritinga surge entre 1825 e 1840 com a doação das terras e a vinda de dona Maria Francisca de Jesus, conhecida como Maria da Capa Preta, viúva de Manoel Francisco de Castilho e tem início a um pequeno povoado.

A fundação da cidade acontece em 1868 e passa a ser município em 1892. A região já era habitada por volta de 1830. Jaboticabal passa a ser município em 1828 e Araraquara tornou-se município em 1832. Estudos do historiador Milve Peria (2014) mostram que a região era rota de passagem para Minas Gerais e Goiás, com a descoberta de ouro. O historiador considera que a emancipação e consolidação político-administrativa de Taquaritinga aconteceu entre 1868 e 1908, com a instalação da Comarca, em 1908. Este período é caracterizado com a chegada dos imigrantes (italianos, espanhóis, portugueses e árabes, entre outros) e o início da imigração japonesa ao Brasil.

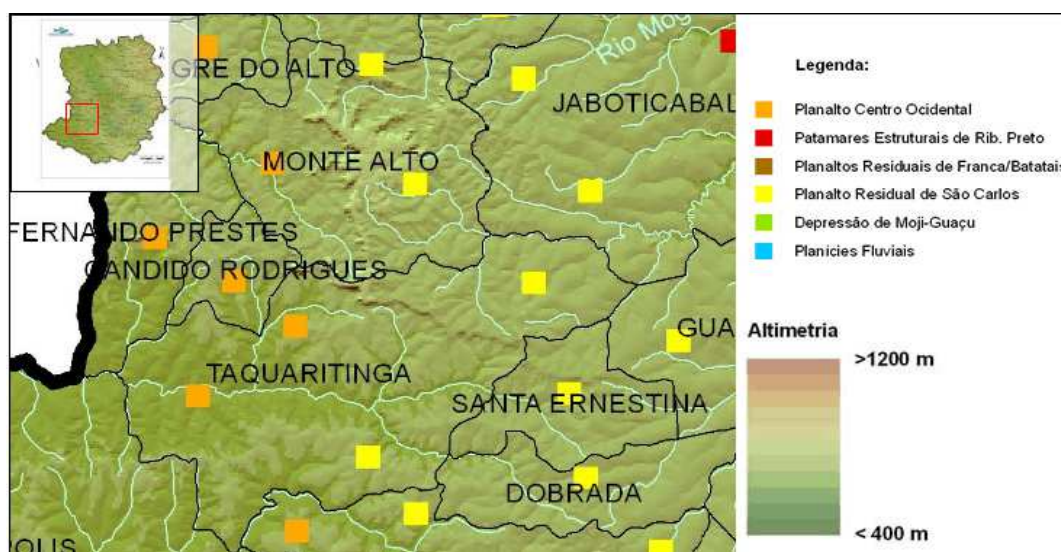
Os japoneses se deslocaram da região da Mogiana, Barrinha, Monte Alto e Jaboticabal, entre outras, para Taquaritinga, nos ciclos do café, algodão, tomate e citros. Mais de 250 famílias japonesas moraram e trabalharam na região, segundo levantamento de óbitos registrados no município, entre 1919 e 2013, além das 83 famílias residentes em 2013.

**FIGURA 1:** Localização do Município de Taquaritinga no Estado de São Paulo. (A região em vermelho destaca o Município).



Fonte: Wikipédia.

**FIGURA 2:** Localização do Município de Taquaritinga, SP e municípios vizinhos.



Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Monitoramento por satélite, 2005.

<http://www.abagrp.cnpem.br/areas/geomorfologia.htm>

## **2.6 Estratégia de seleção das famílias para as entrevistas**

O universo da pesquisa é constituído de 83 famílias de imigrantes japoneses e descendentes que se fixaram em Taquaritinga, SP, residentes em 2013, data da realização deste trabalho. Deste total, 30 famílias, originárias do mesmo ramo patrimonial, vindos do Japão, mantêm atividades na agricultura e são proprietárias de terras. A pesquisa de campo pretendia entrevistar um representante de cada uma dessas 30 famílias; 24 entrevistas foram realizadas e 06 famílias não puderam ser contatadas por motivos de mudança, venda da terra, doença entre outros motivos.

O município de Taquaritinga tem uma área de 55.824 hectares, sendo 52.248 hectares na zona rural e 3.576 hectares na área urbana. A zona agrícola possui 1207 propriedades, sendo as famílias de imigrantes e descendentes de japoneses com 69 propriedades, totalizando 3.069,8 hectares de terras.

A área total das propriedades agrícolas das famílias de imigrantes e descentes caberia dentro da área urbana da cidade, para efeito de comparação, em relação à área agrícola total.

A escolha das propriedades foi feita baseada nos dados apresentados na Tabela1. (Relação de propriedades em Taquaritinga, SP em 2013). O critério de seleção permitiu englobar o maior número de famílias.



**TABELA 1:** Relação de propriedades agrícolas de japoneses em Taquaritinga, SP em 2013.

<b>PROPRIETÁRIO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>PROPRIETÁRIO</b>	<b>ÁREA/ha</b>
Fujita, Hiroyuki	141	Mizuta, Tokuo	18,1
Fujita, Kogi	106,4	Morita, Edson	12,5
Fujita, Kogi	9,2	Morita, Mario	15,2
Furuyama, Silvio	29	Nakao, Akira	12,1
Furuyama, Kathio	29	Nakao, Shinhiti	25,1
Hama, Paulo Shiguero	33,8	Nakao, Shinhiti	9
Hama, Quintino Kenhite	43,5	Nakao, Shinhiti	17,6
Hisamatsu, Akira	20	Nakao, Tsuneko Miura	38,7
Hoshikawa, Hiroshi	4,8	Nakao, Tsuneko Miura	36,3
Inagaki, Joaquim Hideo	48,4	Nakao, Tsuneko Miura	48,4
Inagaki, Noboro	34,2	Ogasawara, Yoshitake	91,7
Inone, Orlando Sakuro	9,6	Ogata, Francisco	9,6
Inone, Shinkichi	43,0	Ogata, Itaro	171,8
Kamada, Akira	44,7	Ogata, Itaro	203,2
Kamada, Yoshinori	24,2	Ogata, Itaro	13,4
Kawasaki, Jandyra Eico Mori	24,2	Ogata, Kioshi	207,1
Kawasaki, Jandyra Eico Mori	24,2	Ogata, Kioshi	92
Kawasaki, Shiromu	26,6	Ogata, Kioshi	15
Koba, Mamoru	53,2	Ogata, Marcia	14,5
Koba, Mamoru	52,9	Ogata, Mario	16,9
Kuroiwa, Matsumo Sawada	48,4	Ogata, Mitsunari	59,3
Kuroiwa, Matsumo Sawada	28,2	Ogata, Neuza	6,1
Makino, Kimiko Ahimoto	33,8	Oikawa, R. Tatsue Morya	6
Makino, Massanori	4,2	Okada, Tetsuo	2,7
Makino, Noboyuki	16,9	Ozaki, Mario Katsuya	52,9
Makino, Sator	21,7	Sakagami, Takao	15,7
Matsuda, Teruo	46	Shibata, Takeo	159,7
Minehira, Tomigi	39,9	Shimizu, Shingo	5
Miura, Agihiro	36,3	Tsujimoto, Teruo	50,8
Miura, Massao	60	Watanabe, Shiro	21,7
Miura, Nobor	67,7	Watanabe, Yoshimasa	2,4
Miura, Roberto Takeshi	55,6	Watanabe, Yoshimasa	1,6
Miura, Roberto Takeshi	15,7	Yokoyama, Satoshi	22,6
Miura, Teruo	266,2	Yokoyama, Milton Kazuo	9,6
Miura, Teruo	43		
<b>TOTAL</b>			<b>3.069,8 ha.</b>

Fonte: o autor/ informações obtidas na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral(CATI)Taquaritinga

Foram entrevistados 24 proprietários de 35 propriedades, com área total de 1.957,2 hectares (Tabela 2). As famílias japonesas de Taquaritinga possuem 69 propriedade com uma área total de 3.069,8 hectares.

**TABELA 2** – Relação dos proprietários agrícolas japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP

<i>Nº</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Hectares</i>	<i>Quantidade de propriedades</i>
1	OGATA, K.	314,1	3
2	MIURA, T.	309,2	2
3	FUJITA, H.	256,6	1
4	SHIBATA, T.	159,7	2
5	NAKAO, T.	153,1	3
6	KOBA, M.	106,1	2
7	OGASAWARA	91,7	1
8	KUROIWA, M.	76,6	2
9	OKADA, T.	2,7	1
10	WATANABE, Y.	4,0	2
11	MAKINO, M.	4,2	1
12	MORITA, M.	15,2	1
13	SAKAGAMI, T.	15,7	1
14	MIZUTA, T.	18,1	1
15	HISAMATSU, A.	20,0	1
16	YOKOYAMA, S.	22,6	1
17	FURUYAMA, K.	29,0	1
18	MINEHIRA, T.	39,9	1
19	KAMADA, A.	44,7	1
20	MATSUDA, N.	46,0	1
21	KAWASAKI, J.E.	75,0	3
22	INAGAKI, P.M.	48,4	1
23	TSUJIMOTO, T.	50,8	1
24	OZAKI, M.K.	52,9	1
24		1.957,2 ha.	35

Fonte: o autor.

### 3. O IMIGRANTE JAPONÊS NO SEU PAÍS DE ORIGEM

#### 3.1 Os períodos Tokugawa e Meiji no Japão

A história do Japão, segundo Benedict (2011), durante longos períodos foi marcada por uma sociedade rígida de classe e casta, mas que acabou adaptando normas de existência emprestadas da China, no século VII D.C. O Imperador japonês e sua corte passaram a usar o modelo da avançada civilização através dos enviados em missões na China. No século VII o Japão que não possuía a escrita, adota os ideogramas chineses, escrevendo sua língua de um modo totalmente diferente. No aspecto da espiritualidade a religião japonesa era o Xintoísmo que creditava a quarenta mil deuses a boa sorte ao povo, espalhados por montanhas e aldeias. No século VII o Japão adotou o Budismo da China que serviria para proteger o Estado e ter o controle sobre a população. Até mesmo na arquitetura o Japão se baseou nos modelos chineses de construções, templos e mosteiros. A autora considera que “dificilmente se encontra na história do mundo semelhante importação de civilização, por parte de uma nação soberana, planejada com tanto êxito”. Essa característica de simplicidade e facilidade na importação de modelos provindos de outras culturas teria um papel importante em outro período da história do Japão, em tempos mais recentes e cruciais, da sua existência, como após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Após a derrota, para as forças aliadas comandadas pelos Estados Unidos da América, o Japão aceitou a imposição de uma nova Constituição redigida pelos norte-americanos.

Na China, os títulos oficiais eram dados pelo governo aos nobres, por herança e aos senhores feudais, por razões pessoais; esta prática foi introduzida e incorporada pelos japoneses. O Japão, pela sua constituição geográfica, era constituído de muitos feudos, com muita disputa entre eles, por poderes e domínios. A designação da casa imperial japonesa é a de “aqueles que habitam acima das nuvens” e somente pessoas dessa família podem ser imperadores. O imperador era inviolável e a sua pessoa sagrada. Do século VIII até o século XVI o Japão foi dominado pela figura do *Xogum*, que significa “generalíssimo dominador de bárbaros” e era o verdadeiro governante do país com o imperador sendo uma figura de segundo plano. (BENEDICT, 2011).

O poder era exercido pelo campo militar; cada senhor feudal, chamado de *Daimio*, tinha seus dependentes armados que eram os samurais. A questão da posse da

terra, no Japão, sempre esteve ligada ao poder e para o camponês nipônico uma relação de subserviência era muito natural. No século XVI, o Japão vivia um período de guerra civil e, em 1603, o grande Ieyasu, derrotando todos os rivais assume como primeiro *Xogum* da Casa de Tokugawa.

O longo período Tokugawa (1603-1868) com uma administração centralizada, conseguiu controlar o Japão, com seus 369.700 km<sup>2</sup>, espalhados por ilhas e ilhotas, no Oceano Pacífico. (área equivalente ao estado de Goiás ou Mato Grosso do Sul, no Brasil).

Os Tokugawa não acabaram com a organização feudal; ao contrário, visando manter a sociedade sob controle fortaleceu os *Daimios* (senhores feudais que controlavam uma região do Japão) e estabeleceu os estratos sociais e a posição de cada uma delas. A hierarquia da nação japonesa era constituída da família imperial e os nobres da corte, abaixo dos quais havia quatro castas: os guerreiros (*samurai*), os fazendeiros, os artesãos e os comerciantes. Os párias eram pessoas consideradas “incontáveis”, fora da estrutura formal; trabalhavam em ofícios proscritos como varredores, sepultadores de executados, esfoladores de animais mortos, curtidores de peles e outros; as terras das aldeias onde moravam não eram medidas, como se a terra e os moradores não existissem. (BENEDICT, 2011).

No período Tokugawa, os agricultores tinham assegurada a posse de suas terras e garantidas certas seguranças, ao contrário do feudalismo europeu onde as vantagens estavam voltadas para o senhor feudal. As comunidades agrícolas eram organizadas em forma de *mura* (vila rural) criado no período do isolacionismo como maneira de impedir a dominação de suas terras por povos estrangeiros ajudava a manter o poder dos senhores feudais. O limite de uma *mura* era demarcado pelo som do *taikô* (tambor tradicional). O fato da posse da terra conferir prestígio social, diferente do conceito em outras sociedades ocidentais, o camponês nipônico vislumbrou, na imigração para o Brasil, uma possibilidade de mobilidade social.

O agricultor, neste período, sustentava a “classe parasítica”, composta de aproximadamente dois milhões de pessoas pagando 40% de impostos ao governo. No Sião, outro país de cultura de arroz, o imposto era de 10%; para mostrar a disparidade e o abuso do governo com a classe produtiva camponesa em alguns feudos chegava a 80%. Estes dados mostram a situação de extrema miséria do agricultor japonês, o que levou ao processo de imigração para outros países, incluindo o Brasil.

Durante 268 anos o Xogunato manteve a linhagem de Ieyasu que só terminou em 1868 com o fim do governo de mandato duplo (Imperador e *Xogum*). Para Benedict (2011) “este longo período Tokugawa constituiu-se num dos mais notáveis da história. A Casa Tokugawa conseguiu manter uma paz armada no Japão, até a última geração antes de seu término”.

Para se ter uma ideia do panorama social desse período, a população japonesa chegava a 30 milhões sendo 84% camponeses, 7% *samurais* e 9% as demais classes, incluindo a elite do governo imperial. (HIRAKAWA, 2007).

O Período Tokugawa, ao consolidar o sistema de casta com os *samurais*, em primeiro lugar, seguido dos fazendeiros, artesãos e comerciantes, “congelou em formas rígidas as duas classes adequadas a um feudalismo estável”. Ao desarmar os camponeses e conceder ao *samurai* o direito exclusivo de usar a espada, Tokugawa separou as duas classes. O *samurai* passava a ser um funcionário do Daimio, com um salário estipulado, que se equiparava com o ganho dos agricultores. Tanto *samurais* como camponeses ganhavam apenas para a sua subsistência. Desta forma, “como os *samurais*, os fazendeiros também limitavam suas famílias, conservando-se quase na mesma cifra a população do Japão inteiro durante todos os séculos do Período Tokugawa.” (BENEDICT, 2011).

O final do período Tokugawa é marcado por uma grande crise nacional, com todas as classes endividadas com os financiadores e negociantes. Os negociantes eram parte das classes improdutivas e a situação culminou com despesas oficiais do governo fora de controle. Os *Daimios* não conseguiam pagar e manter os *samurais*; os impostos foram aumentados, numa tentativa de arrecadar mais dinheiro o que levou os fazendeiros à extrema miséria. Em 1858 o Japão se viu obrigado a fazer um acordo comercial com os Estados Unidos, depois de dois séculos de semi – isolamento. Potências ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos exigiram acesso comercial aos portos japoneses. “Tratados Desiguais” foram concluídos em 1858 e junto com a grande crise na agricultura japonesa facilitaram a queda do governo de Tokugawa, em janeiro de 1868. (BENEDICT, 2011).

Com a queda do regime Tokugawa tem início a era Meiji (1868-1912) que sucedeu o período *Edo* e foi seguido pelo período *Taisho* com o significado de “governo esclarecido”. A era *Meiji Jidai* marcou o início do processo de modernização industrial do Japão e teve como imperador Mutsushiro Tenno (1852-1912). A era Meiji durou 45 anos e foi marcada por muitos confrontos militares. Entre 1868 e 1878, na

primeira década, verificou-se, pelo menos, 190 revoltas. Em 1877 o novo governo inicia as primeiras mudanças para amenizar o ônus fiscal sobre os camponeses. Os agricultores, por outro lado, “opuseram-se à fundação de escolas, ao recrutamento, à medição de terras, a ter de cortar os rabichos, à igualdade legal dos párias, às restrições drásticas sobre o Budismo oficial, às reformas do calendário”. As medidas que, aparentemente iriam ajudar os agricultores, foram recebidas com forte rejeição porque modificavam a maneira de viver dos japoneses. O Governo Meiji aliou os *samurais* inferiores à classe dos comerciantes. Os *samurais* haviam aprendido política no final do regime Tokugawa; os comerciantes haviam comprado a posição dos *samurais* e difundido o conhecimento das teorias produtivas nessa classe. A aliança *samurai* – negociante revelou administradores competentes e seguros que tocaram a política Meiji e planejaram sua execução. (BENEDICT, 2011).

Para dar sequência a esta nova fase, o Japão, “saindo do Medievalismo na segunda metade do século XIX, produziu líderes capazes de conceber e levar a cabo uma das obras de maior nível político e vitoriosas já tentadas por alguma nação”. A liderança governamental encarregada para essa tarefa não considerou como uma revolução ideológica, mas apenas um trabalho. (BENEDICT, 2011).

O trabalho de modernização contou com realizações importantes como a criação do Sistema Bancário Japonês em 1882 e a moeda (Iene) em 1885; a liberdade religiosa em 1873 e a permissão para que o japonês pudesse deixar o país, iniciando-se a história da Imigração Japonesa, especialmente em 1908, com as primeiras famílias chegando ao Brasil.

O governo Meiji aboliu o sistema feudal e criou uma estrutura de prefeituras controladas pelo governo central. As vilas rurais (*muras*) passariam a ser administradas por um prefeito tornando-se, mais tarde, pequenas cidades. A vida do cidadão japonês começava a ser controlado pelas prefeituras. A criação de uma nobreza (1884), um gabinete governamental (1885) e um parlamento bicameral (1889), criado nos moldes ocidentais, deram a base para a estabilidade política. O privilégio, dado aos *samurais* foi abolido e um exército recrutado foi criado em 1873. Formou-se uma marinha com navios modernos. Um sistema nacional de educação foi instituído em 1872, atingindo, em 1900, 90% das crianças em idade escolar. Em 1882 iniciou-se a introdução de códigos legais, baseados nos modelos franceses e alemães. (HARPER COLLINS, 1994). Desta forma, em termos gerais, o Japão saía do período feudal, dos “*Daimios*”, dos *samurais* e iniciava uma nova Era.

A nova Era de industrialização do Japão se iniciou com o capitalismo de Estado militar imperialista, no período Meiji com a indústria como principal pilar do crescimento econômico do país. O capitalismo japonês estava alicerçado “na tríade do imposto rural, da industrialização e da expansão territorial”. Houve uma mudança da riqueza do campo para as cidades e indústrias, através dos impostos. (SOUSA, 2010). O aumento dos impostos aos trabalhadores rurais viria agravar a situação de miséria e fome no campo que forçou a imigração dos japoneses para outros países

Todo o avanço alcançado pelo Período Meiji, com a industrialização do Japão, não conseguiu segurar a crise no campo, com a miséria se alastrando na população campesina. Entre 1888 e 1918 (período de trinta anos) a população japonesa passou de 39,5 milhões para 55 milhões. Esse aumento populacional ocasionou um êxodo rural; cidades com mais de 100 mil habitantes dobraram de tamanho e nos povoados, entre 10 mil e 100 mil habitantes a população triplicou. O aumento da população e a reforma tributária sobre as terras, em 1873 substituindo os impostos feudais, deu lugar a uma instabilidade social. A reforma garantiu ao governo uma fonte de renda com os impostos sobre a terra representando mais da metade da receita. Neste período, mais de um terço dos gastos do governo eram destinados a aumentar o comércio e a indústria. Com o objetivo de motivar o compartilhamento da tecnologia e estimular investimentos particulares o governo construiu fábricas- modelo em setores considerados vitais e estratégicos, como têxtil, aço e siderurgia. O governo investiu em comunicações e transportes; em 1906 as principais áreas produtivas e industriais estavam ligadas por uma rede ferroviária de 10 mil quilômetros. O governo ofereceu, neste período, subsídios para armadores, indústria naval, controle de qualidade de produtos de exportação e esquemas de treinamento técnico. Após curto período de inflação e crise cambial chegou-se à estabilidade financeira em 1880, com pequena deflação. (HARPER & COLLINS, 1994). Apesar da estabilidade política a vida do agricultor japonês atravessava um momento difícil.

Os imigrantes japoneses foram motivados a deixar o Japão pelo crescimento demográfico, pelo desemprego e pela fome. O Brasil era a única opção para os japoneses, no período 1900-1905, em razão das restrições impostas pelos outros países, preocupados com a expansão militarista do Japão, com a invasão da China e outras ilhas do Pacífico. (SOUSA, 2010). A imigração para o Brasil atendia interesses de ambos: o Japão queria “se livrar de uma massa de excluídos e também construir uma interação comercial mundial”; o Brasil precisava de trabalhadores braçais para as lavouras de café

e vislumbrava um mercado novo para o consumo de café. Apesar da superprodução de café vieram as geadas de 1918 que acabaram com 400 milhões de pés nos cafezais brasileiros. Com o fim da I Guerra Mundial o consumo americano do café voltou e aumentou a procura pelo produto precisando de trabalhadores para recuperar os cafezais. (SAKURAI, 2000).

O Brasil precisava de mão-de-obra para as lavouras e os japoneses, de trabalho. A situação dos agricultores japoneses foi objeto de estudo por muito poucos intelectuais da literatura. Tatsuzo Ishikawa era estudante e jornalista da Universidade de Waseda quando se inscreveu no programa de incentivo à imigração ao Brasil e, chegando à hospedaria de Kobe, local da preparação dos imigrantes para a viagem, “ficou chocado com a miséria do seu povo”. Como a maioria dos jovens de classe média japonesa, Ishikawa não conhecia a situação em que grande parte da população rural se encontrava. A política migratória “foi uma fraude ideológica” uma vez que a imigração não resolveria a situação de uma “casta desamparada”, mas desafogaria o governo. (WAWZYNIAK, 2008).

Ishikawa, no romance SOBÔ, narra a saga dos imigrantes japoneses que partiam para o Brasil, na década de 1930, na Hospedaria de Kobe, onde passavam alguns dias, antes do embarque nos navios. Dois imigrantes discutem a sua situação:

Eu acho que os imigrantes são como folhas secas. Viveram na aldeia rural enquanto puderam – enquanto eram como folhas verdes... Quando não puderam viver mais, secaram e caíram. Ao caírem, então, juntaram-se aqui, não é? O alojamento é como um local onde se juntam montes de folhas secas, sopradas pelo vento. E essas folhas, quando chegarem ao Brasil, brotarão de novo a partir das folhas secas. (ISHIKAWA, 2008, in: Hashimoto, 2008, p. 321-326).

A construção ou reconstrução de uma vida nova dependia de imigrar em busca deste lugar. Apesar das razões históricas e econômicas, o imigrante “só se submete a sair do seu lugar de origem, que é o seu lugar social e onde ele possui sua identidade, porque tem a possibilidade de voltar.” (BOMTEMPO, 2003). O sonho do imigrante japonês estava atrelado a essa identidade.

A evolução do capitalismo, no início das imigrações japonesas ao Brasil provocou uma mudança nas relações com o homem do campo, tanto na Europa como no Japão. Essa mudança levou as populações a um estado de pobreza tão grande que os governos foram obrigados a incentivar a emigração em massa. (WAWZYNIAK, 2008). Esse estado de pobreza é confirmado por Okamoto (2008) relatando que, o Japão,



apesar de derrotar duas grandes nações como a China (1894-1895) e a Rússia (1904-1905) passava por forte crise econômica e atraso tecnológico. No início dos anos de 1920, três outros fatores vieram agravar a situação japonesa, como o terremoto de 1923 que devastou Tóquio, o desemprego em massa dos universitários em 1927 e a crise mundial de 1929 que arruinou os camponeses.

Uma personalidade importante, no início da imigração japonesa para o Brasil, foi Ryô Mizuno, que abriu as portas do Japão para o café brasileiro. Os japoneses só conheceram o café em 1866, levado pelos holandeses, com o início das importações. Registros mais antigos datam do início do século XVII onde muitos japoneses trabalhavam nas plantações de café da companhia das Índias Orientais, em Java. Entre 1877 e 1912 o volume de café importado anualmente pelo Japão não passava de 100 toneladas. O café era considerado um artigo de luxo: em 1877 um quilo de arroz custava 3,7 centavos de *Yen* e um quilo de café, 32,6 centavos de *Yen*.

Com o objetivo de ganhar o mercado japonês, o governo do Estado de São Paulo doou à Ryô Mizuno 7.215 sacas de café, com 70 kg do produto. Ao longo de três anos Mizuno abriria várias lojas de café em todo o Japão, começando por Tóquio e Yokohama. (HORIBE, 2009).

Desta forma, com o início das imigrações em 1908, o Brasil receberia os japoneses e exportaria o produto brasileiro mais importante na época, o café que começava a ser conhecido no Japão.

Em 1908, sair do Japão para vir ao Brasil “era um projeto arrojado”. A maior razão para tal empreitada era a possibilidade da fatura de terras. O Japão, pela sua posição geológica está localizado sobre a falha de *Saint Andrews*, do Pacífico; 70% do território é formado por montanhas, com 10% aproximadamente dos vulcões do planeta, o país é fragmentado em 6.852 ilhas, ilhotas e ilhas menores, algumas visíveis apenas com a maré baixa. O espaço para cultivo de alimentos é muito restrito. Os abalos sísmicos são frequentes e a localização das cidades, o tipo de construções, a ocupação dos espaços sempre foi um problema de grandes dimensões. (Harper e Collins, 1994). A terra sempre foi, ao longo dos séculos da história do Japão, símbolo de poder e objeto de disputas. No período Tokugawa ser um agricultor era símbolo de prestígio e orgulho.

Nakagawa relata que sua mãe contava sobre as dificuldades no Japão, na época em que decidiram vir para o Brasil. “O país passava por dificuldades econômicas, enfrentava problemas com a superpopulação”. O pai de Júlio Nakagawa veio ao Brasil com a intenção de comprar terras e se estabelecer, diferente da maioria que pretendia

ficar uns anos e voltar ao Japão. “A propaganda do governo japonês, a fim de promover o fluxo emigratório, era de que no Brasil a riqueza era tanta que havia notas de dinheiro penduradas nos pés de café”. (NAKAGAWA, 2012).

### **3.2 Atividades exercidas no Japão pelas famílias dos imigrantes**

Dados da pesquisa de registro de matrícula, no Museu da Imigração e os depoimentos obtidos por Cardoso (1998) permitem verificar que a maioria dos imigrantes eram agricultores no Japão. A autora observa que “nas entrevistas que realizamos encontramos uma grande uniformidade das histórias ocupacionais”. Relatos de imigrantes que, mesmo no Japão, pelo tamanho pequeno da ilha onde moravam, trabalhavam como agricultores em outras ilhas próximas e vieram para o Brasil por influência de amigos que diziam “haver bastante terra para a lavoura”. Pelas entrevistas realizadas 63% dos imigrantes japoneses no Brasil eram agricultores no país de origem. Outros relatos apontam o trabalho na indústria (armas, munições, indústria em geral, produção de carvão, etc.). A grande maioria, apesar da ausência de dados específicos, tinha atividades na agricultura. Nos estudos sobre a imigração japonesa, na literatura, poucos dados estão disponíveis sobre a formação e atividades profissionais dos japoneses, no Japão, antes da vinda ao Brasil. (CARDOSO, 1998)

Estudo de Sakurai (2000) mostra os dados de uma pesquisa de 1950, onde 47% dos paulistas moravam no meio rural, oito anos depois, em 1958, 51% dos japoneses permaneciam no campo. O estudo mostra que 94% dos chefes de família japoneses vindos para o Brasil, no período antes da guerra (1908-1940), eram agricultores. Outros dados mostram que 3,9% dos imigrantes japoneses vieram para os núcleos agrícolas (organizados pelas companhias de imigração) e 96,1% como contratados como colonos assalariados nas fazendas do interior de São Paulo. Estes números apontam para uma diferença na forma de como os imigrantes japoneses iniciaram sua vida no Brasil.

A imigração japonesa para o Brasil “resultou de um movimento voluntário de indivíduos da zona rural ou de famílias cujo principal objetivo era fazer sua própria fortuna”. Os primeiros japoneses a emigrarem para o hemisfério ocidental, em 1868, foram 148 homens solteiros, que não eram trabalhadores rurais. Esses trabalhadores foram enviados ao Havaí, para fazendas de açúcar e abacaxi, mas retornaram ao Japão em razão das péssimas condições de trabalho e por não se adaptarem na lavoura.

A experiência negativa no Havaí fez com que entre 1885 e 1894, 28.691 trabalhadores provenientes de províncias como Hiroshima, Yamaguchi, Kumamoto e Fukuoka fossem enviados ao Havaí marcando o início da saída dos japoneses em larga escala. Eram agricultores que conheciam técnicas de horticultura e acostumados a trabalharem em grupos. A imigração japonesa para os Estados Unidos começou em 1880, para o trabalho na construção das estradas de ferro e nas fazendas da Califórnia. Em 1900 o número de japoneses era de 24.327, nesta região. Apesar de contratados para o trabalho nas ferrovias os japoneses tornaram-se excelentes horticultores, competindo com os produtores americanos. Esses relatos confirmam que a maioria dos imigrantes japoneses eram agricultores e já dominavam algumas técnicas de cultivo, principalmente de hortaliças. Em razão do fechamento das fronteiras americanas aos japoneses, com o chamado “*Gentlemen’s Agreement*”, em 1908, a imigração começa a ser incentivada para o Peru e, depois, para o Brasil. No Peru iriam como assalariados nas “*haciendas*” de algodão e no Brasil para as fazendas de café. (SAITO E MAEYAMA, 1973).

O recenseamento da Colônia japonesa (Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa, C.R.C.J., de 1964) aponta que 37% dos imigrantes não eram agricultores, no Japão. Apesar desta condição, no censo de 1930, 91,2% dos japoneses em São Paulo eram agricultores, correspondendo a 81.663 pessoas. Os números do Censo da colônia japonesa mostram que a agricultura tinha um papel importante nas atividades exercidas no Japão, pelas famílias que vieram ao Brasil. (CARDOSO, 1998).

Considerando os poucos dados disponíveis sobre as atividades dos imigrantes japoneses no seu país de origem, a relação com a terra, agricultura, foi a escolha decidida pela maioria, como condição do processo de vinda ao Brasil.

### **3.3 O nível de escolaridade dos japoneses e o reflexo nos imigrantes**

Tendo o Sistema Nacional de Educação instituído em 1872 e com 90% das crianças em idade escolar em 1900, num período de 28 anos, o Japão conseguiu um avanço muito rápido na escolarização de seu povo, considerando o momento histórico em que viviam.

Os dez primeiros anos do Período Meiji, entre 1868 e 1878, foram marcados por um forte descontentamento dos agricultores, segundo Benedict, (2011), “eram contra a

fundação de escolas e várias outras medidas que modificavam os seus modos de vida estabelecidos”. O governo japonês, por outro lado, investiu na infraestrutura, com ampliação de portos e na rede ferroviária. Em 1868 o Japão possuía rede de crédito e comércio doméstico e apesar da falta de terras agricultáveis a agricultura intensiva contava com 30 milhões de pessoas. Como importante produtor de cobre, carvão e minérios suficientes para suprir a demanda da indústria metalúrgica o Japão queria o desenvolvimento. Em 1869 um navio, construído segundo padrões ocidentais, atravessou o Pacífico permitindo que estudantes fossem ao exterior em busca de conhecimentos técnicos, políticos e econômicos. (BENEDICT, 2011).

Apesar de todo avanço, na educação e na indústria, até 1869 o Japão estava isolado do mundo. Em 1888 a população era de 39,5 milhões de habitantes e 30 anos depois era de 55 milhões. O crescimento populacional foi acompanhado de um forte êxodo rural. As cidades com mais de 100 mil habitantes dobraram a população no período 1888-1918 e os povoados urbanos com 10 mil a 100 mil habitantes quase triplicou. Nesse período, entretanto as vilas ainda predominavam. Metade da população trabalhava no campo e um terço morava nas cidades de 10 mil habitantes ou mais, especialmente em áreas industriais de Honshu e norte de Kyushu e ao longo da faixa costeira entre ambas. Essas áreas estavam ligadas à maior parte do país por uma rede ferroviária de 10 mil quilômetros, nacionalizada em 1906 e unida a estradas de ferro particulares.

A educação, para o japonês, neste período era fundamental para a expansão do comércio e da indústria. A Lei do Ensino Obrigatório, outorgada pelo Governo Meiji, fez com que os municípios, vilas e aldeias fossem responsáveis pela construção e manutenção das escolas e pagamentos dos professores. A situação das províncias, que atravessavam situações difíceis, passou a ter 50% da renda *per capita* dos agricultores destinada a pagar as mensalidades dos alunos do curso primário. (HIRAKAWA, 2007).

O crescimento das cidades atraiu a população rural em razão das dificuldades, miséria no campo e expansão da indústria, além do ônus da educação, através dos impostos.

No seu estudo sobre a imigração japonesa Cardoso, (1998) relata que “os imigrantes já tinham um nível educacional bastante alto, que conseguiram manter sem grande deterioração para seus descendentes”. Para a autora, esta condição explicaria a valorização dada pelos japoneses para a educação dos filhos, ainda que numa terra estranha. Os imigrantes possuíam um nível de escolaridade elevado em relação ao tipo

de trabalho que iriam desempenhar na agricultura, aqui no Brasil. Considerando que a forma de arremetimento e convencimento dos agricultores no Japão, era feita utilizando a comunicação escrita, baseada em publicações, pode-se deduzir que eram pessoas alfabetizadas.

O trabalho sobre a imigração japonesa no Brasil mostra um panfleto publicado em 1907, em Seattle, nos Estados Unidos em que a *Japanese Association of the Pacific North West* (Associação Japonesa do Pacífico Noroeste) apontava os imigrantes recebidos no país, até 1907: os japoneses apareciam com 22% de analfabetos entre gregos (23%), russos (26%), eslovacos (28%), romenos (32%), poloneses (36%), búlgaros (45%), italianos do sul (54%) e portugueses (68%). Os números demonstram que os japoneses, em 1907, eram os mais alfabetizados em relação aos demais imigrantes, nos Estados Unidos. (CARDOSO, 1998).

Os imigrantes japoneses que entraram nos EUA entre 1886 e 1908, 21,5% eram comerciantes no Japão, 21,4% trabalhadores, 21,5% estudantes, 3,8% artesãos, 14,1% agricultores e pescadores e 18,1% tinham outras ocupações não classificadas. (Ichihashi, 1932 *apud* Cardoso, 1988). Um panfleto japonês de estímulo à emigração para o Brasil para convencer os agricultores a virem para o Brasil foi veiculado no Japão. A Federação das Cooperativas de Emigração Ultramarina distribuía esses cartazes nas várias províncias como forma de propaganda para atrair os imigrantes. O texto, todo em ideogramas (*kandji*- caracteres de origem chinesa) exigia conhecimento da escrita. (GONÇALVES, 2009).

Aspectos históricos levantados, aliados aos relatos, depoimentos dos imigrantes japoneses, em muitos trabalhos da literatura apontam para uma caracterização diferenciada dos japoneses em relação ao nível de alfabetização e a preocupação na educação dos filhos, em terras brasileiras.

## 4. O IMIGRANTE JAPONÊS NO PAÍS DE ADOÇÃO

### 4.1 As companhias de imigração e colonização japonesa no Brasil

O Brasil era uma segunda opção do Japão no processo de imigração; a preferência dos japoneses era ir para os Estados Unidos. Com o movimento antinipônico nos EUA, em São Francisco, a política de imigração muda para o Brasil onde os cafezais paulistas precisavam de muita mão-de-obra. (TAKEUCHI, 2008).

Matéria circulada em 27 de maio de 1911, pelo jornal *JIVI SHIMPO* de Tóquio divulgava que um representante de Tóquio *Sindicato* (Sindicato de Tóquio) estivera cerca de um ano estudando e negociando com o governo de São Paulo a possibilidade de vinda dos japoneses para trabalhar no Brasil. A matéria informava que o governo de São Paulo faria concessão de 150 mil hectares de terra para a formação de uma colônia japonesa. Segundo os representantes do Sindicato, Aoyagu e Yamaguchi, a corrente migratória bem conduzida seria o melhor meio para resolver o problema de superpopulação do Japão.

Em decreto de 03 de janeiro de 1911, 150 mil hectares foram concedidos na região de Iguape, sendo 50 mil para a agricultura e o restante para a construção de uma cidade. O contrato entre o sindicato de Tóquio e o governo paulista estabelecia que 2.000 famílias fossem deslocadas do Japão, em 04 anos. O valor dos lotes era de 30 mil réis por hectare limitado até 25 hectares para cada família. O acordo entre Brasil e Japão buscava atender as necessidades da agricultura brasileira, em busca de mão-de-obra, e do Japão, em resolver parte dos problemas do crescimento populacional.

Na relação de trabalho, mantendo os padrões a que estavam acostumados, os japoneses poderiam criar um modelo de colônia, fundamental para a mudança na condição social em que se encontravam no Japão. O processo da imigração japonesa começa com os contatos e negociações iniciadas em 1906, através da empresa de Imigração e Colonização *Kokoku Shokomin Kaisha* que traria o primeiro grupo de famílias ao Brasil, em 1908.

A formação da primeira colônia japonesa do Brasil foi organizada e tutelada pela *Brasil Takushoku Kaisha* (Companhia Colonizadora do Brasil Ltda.) a partir de 1913, responsável pelo núcleo Katsura, no município de Iguape, SP.

Outra empresa, a Sociedade Colonizadora do Brasil (BRATAC) em 1929 comprou quatro glebas de terras, três no estado de São Paulo e uma no Paraná e vendeu em lotes de 25 hectares aos colonos. O Governo Japonês pagava a passagem para o Brasil e o imigrante podia comprar um lote de terra, com um valor inicial, antes de sair do Japão. O restante da dívida seria pago, em prestações, no Brasil, com a produção conseguida na terra. Essas empresas cooperativas recebiam dinheiro do Governo Central e das províncias japonesas. (TAKEUCHI, 2008).

A BRATAC funcionava segundo as leis brasileiras, mas com ajuda financeira do governo japonês e foi responsável pelas colônias de Bastos, Alianças e Tietê, no estado de São Paulo e a de Três Barras, no estado do Paraná. A empresa era responsável pelo fornecimento da infraestrutura da colônia como escola, energia elétrica, usina de beneficiamento de arroz, posto médico, etc.

A localização das colônias ficava condicionada a critérios como 40 quilômetros, no mínimo, das estações ferroviárias, terem uma área superior a 24 mil hectares, o que possibilitaria alocar mil famílias em lotes de 24 hectares cada. (TAKEUCHI, 2008).

A mobilidade dos japoneses seria favorecida pela escolha das áreas de terras a serem colonizadas levando em conta o acesso pelas estradas ferroviárias, mesmo que fossem mais valorizadas pela facilidade de acesso; era preferível pagar mais caro do que ficar longe das grandes artérias de rodovias e trens. A título de exemplo, um alqueire de terra em Presidente Prudente, nos anos de 1930/1940 custava oito mil cruzeiros; em Pirapozinho, distante 30 quilômetros caíam para cinco mil e não muito distante custava 1.800 cruzeiros. (MONBEIG, 1984).

Os japoneses faziam um traçado dos loteamentos com uma rede de circulação interna e uma estrada que contornava cada pequena bacia hidrográfica. Os técnicos e engenheiros japoneses, responsáveis pelos projetos de implantação dos núcleos no Brasil, sabiam da importância das ferrovias e do acesso à água, para a instalação dos loteamentos. (GONÇALVES, 2009).

Em janeiro de 1929, um projeto envolvendo a Companhia Nipônica de Plantação do Brasil recebeu uma concessão de um milhão de hectares de terras, no estado do Pará; eram 600 mil hectares em Acará e 400 mil hectares em Monte Alegre. Outras três áreas de dez mil hectares foram cedidas em outras regiões do estado. Essas concessões despertaram um sentido de alerta, por parte dos antinipônicos, que viram a possibilidade do governo japonês estabelecer latifúndios no Brasil e promover o domínio político militar no país. No final da década de 1920 o Japão implementava a dominação na

Manchúria, o que levaria a uma nova guerra com a China, em 1937. O sentimento de rejeição aos japoneses começava a ser construído entre os brasileiros.

A BRATAC, inteiramente japonesa, tinha como objetivo comprar, vender, locar, hipotecar imóveis, fundar, explorar os núcleos das colônias japonesas, construção e exploração de vias férreas e todas as atividades ligadas à colonização. Em 1939 a BRATAC possuía 215.000 hectares de terras, em São Paulo e Paraná e o total de despesas chegava a 43 milhões de réis. A atuação da empresa incluía prestar vários tipos de serviços aos colonos como máquinas de descascar arroz, despolpar café, descaroçar algodão, fiações de seda, serrarias, refinarias de óleo, fábricas de gelo, serviços de transportes de caminhão e ônibus, ligando as fazendas distantes às vias férreas. A empresa era associada a exportadores de algodão para o Japão e era responsável pela construção de escolas, hospitais, associações culturais, estendendo seu controle sobre todas as atividades dos colonos. (SOUSA, 2010).

A atuação da BRATAC confirma o que viria ser chamada de imigração tutelada, com o governo japonês e as empresas formadas para garantir a infraestrutura das colônias no Brasil.

A forma de imigração tutelada pelo governo japonês permitiu eficácia econômica e simbólica para os japoneses, ao contrário dos imigrantes que vinham sem destino certo e foram levados para diferentes regiões e lugares sem nenhuma estrutura de recebimento. (SAKURAI, 1998). Os imigrantes japoneses tinham três possibilidades:

Houve no Brasil três tipos de núcleo de colonização japonês. Um tipo é o núcleo planejado pelas companhias de emigração subvencionadas pelo governo brasileiro. Como a Kaigai Kyôkai (Associação Ultramarina de Emigração) ou a Takushoku Kumiai (Cooperativa de Colonização), de cunho oficial, e que se desenvolveu com a introdução de imigrantes vindos diretamente do Japão, Educação, higiene e outras instalações foram executadas graças ao seu suporte econômico. O segundo tipo de núcleo foi aquele formado pelos próprios imigrantes em torno de um líder. Este, tendo sofrido e passado pelas experiências dos primeiros imigrantes, fundou um tipo de núcleo para realizar seus ideais, sendo que a maior parte dos colonos já havia passado pelas fazendas de café. O terceiro, por fim, surgiu da venda de terras, acompanhando a tendência da época. Embora esta atividade, de iniciativa particular, não tivesse o mesmo cunho das imobiliárias profissionais, tratava-se claramente de uma atividade empresarial voltada ao imigrante estabelecido no Brasil. Naturalmente, em qualquer núcleo sempre havia um elemento central, que trabalhava como líder no sentido de construir um núcleo modelo. Estes três tipos de núcleo demonstravam claramente esta característica. (HANDA 1987, p.211).



As colônias do Vale do Ribeira como *Katsura*, Sete Barras e Registro só se desenvolveriam quando a empresa *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (Companhia de Desenvolvimento Exterior de *Kaiko-KKKK*), fundada em 1917 e unificada com outras empresas de imigração, com o apoio do Governo Japonês, assumiu o controle.

O papel da KKKK foi decisivo no desenvolvimento das colônias do Vale do Ribeira em razão das benfeitorias, maquinários, escolas e áreas de experimentos agrícolas supervisionadas pela empresa. A empresa fazia a seleção dos colonos no Japão e cuidava do embarque e desembarque no Brasil.

Outra empresa japonesa fundamental para o processo de integração e sobrevivência dos imigrantes japoneses foi a Sociedade Algodoeira do Brasil-Japão Sociedade Algodoeira do Brasil-Japão (BRAZCOT), fundada em 1936, em Marília, SP, cuja finalidade era financiar e comprar a produção de algodão. A empresa fez investimentos em máquinas de beneficiamento e construíram grandes armazéns com a participação em 50% nas compras de algodão da colônia japonesa e outros 50% das indústrias Anderson Clayton e Sanbra, ambas de capital americano.

Com a Segunda Guerra Mundial as empresas BRATAC e BRAZCOT interromperam as atividades e em 1942 o governo brasileiro confiscou seus bens. A BRATAC foi comprada por um grupo de japoneses naturalizados e a BRAZCOT foi incorporada ao grupo NISHIBO, empresa japonês de fiação de seda. (TAKEUCHI, 2008).

O processo de imigração japonesa ao Brasil aconteceu de maneira distinta, com as companhias de colonização que estabeleciam condições melhores de infraestrutura, nos núcleos criados, em relação aos imigrantes que chegaram e eram contratados por fazendeiros, no momento da chegada em São Paulo.

## **4.2 A chegada das primeiras famílias japonesas: a fase experimental (1908- 1920)**

Dados do Memorial do Imigrante mostram que 28.293 japoneses entraram no Brasil, entre 1908 a 1919, representando 2,85% de um total de 990.079 imigrantes e 14,8% do total da imigração japonesas até 1953 (190.282 pessoas). (Museu da Imigração do Estado de São Paulo, 2013).

Na primeira fase da imigração japonesa, entre 1908 e 1920, 29.580 pessoas vieram para o Brasil. A viagem era longa, a bordo de navios cargueiros e levava por volta de 52 dias. Os japoneses vinham de várias províncias e ilhas do arquipélago japonês, espalhadas pelo Pacífico como Kumamoto, Fukuoka e Okinawa, entre tantas outras. (TANIGUTI, 2013).

O governo brasileiro tinha mais interesse em manter a imigração europeia, branca e católica, em razão das pressões parlamentares e de personalidades influentes como médicos e jornalistas. As políticas de imigração do Brasil e Japão tinham interesses opostos: o governo brasileiro queria atender os interesses da oligarquia cafeeira paulista que necessitava de mão-de-obra para a lavoura e o governo japonês, ao decretar a Lei de Proteção aos Imigrantes (1896) transformou a iniciativa de imigrar em política de Estado. O governo japonês tinha a intenção de resolver o problema da explosão demográfica e uma suposta estratégia expansionista para conseguir espaços para fornecimento de matérias primas como carvão, ferro, petróleo, essenciais para o processo de modernização do país. (DEZEM, 2005).

A criação, pelo governo paulista, da Repartição de Terras, Colonização e Imigração, em 1891, vinculada à Secretaria da Agricultura pretendia validar títulos de terras, alienar terras públicas e organizar os espaços para instalar os imigrantes. O objetivo de criar espécies de “viveiros de trabalhadores para a grande lavoura” facilitaria a vida dos colonos e dos fazendeiros, pois fixaria o imigrante na terra e aliviaria a obrigação do fazendeiro de construir casas às suas custas. O modelo clássico das grandes fazendas persistiu, até mesmo depois da crise de 1929, com sua estrutura de vilas de casas, armazéns, igrejas, escolas, cinemas, etc. uma vez que o café demandava um contingente grande de trabalhadores.

As grandes fazendas de café começaram quando Martinho Prado Junior, numa viagem em 1877 descobriu a terra roxa de Ribeirão Preto e divulgou o seu valor para outros cafeicultores. Martinico, como era apelidado, comprou 6.000 alqueires e fundou a fazenda Guatapará. Em 1912, quando morreu, a fazenda tinha 1.767.000 pés de café. A família Prado possuía vastas extensões de terra, comércio do café, banco, ferrovias, poder político em razão da expansão dos negócios.

Guatapará se transforma, com a imigração japonesa, no maior núcleo de imigrantes do oeste paulista, atraídos pelo trabalho nas lavouras de café, em 1910/1920 até a grande crise de 1929. (MONBEIG, 1984).

Na formação do Núcleo Katsura, em Iguape, SP, vieram imigrantes de Okinawa, bem ao sul do arquipélago principal e de outras regiões distantes como Kanto, Tohoku, Chubu, Kinki, Chugoku, Shikoku e Kyushu. O nome foi dado em homenagem a um de seus fundadores, Taro Katsura que fora primeiro ministro do Japão e um dos grandes incentivadores da imigração japonesa para o Brasil. O Núcleo Katsura contava com cerca de trinta famílias, número mínimo para iniciar a colonização. (TANIGUTI, 2012).

Nos anos de 1920 grandes fazendas eram repartidas em pequenos lotes de terras e as propriedades eram negociadas na Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, local de passagem quase que obrigatória dos que chegavam ao Brasil. Muitos japoneses compraram suas terras perto dos patrícios devido à facilidade e agilidade dos corretores. Surgia, assim, a Colônia Bunka (Paraguçu Paulista); a Colônia Sankiô (Presidente Prudente), além de outras constituídas por letos, alemães, húngaros, russos, açorianos, entre outros.

A Colônia de Álvares Machado, SP, iniciada a partir de duas grandes glebas, com 5.000 alqueires, foi dividida em lotes e vendida aos colonos japoneses. As famílias desses pequenos lotes se agrupavam em núcleos chamados *shibus* (uma espécie de associação comunitária para preservar as tradições orientais). A Colônia de Álvares Machado se caracterizaria por uma produção agrícola baseada na pequena propriedade com uma forte tendência à policultura. (SOUSA, 2010)

A fase experimental, com base nos núcleos organizados pelo governo brasileiro e empresas japonesas serviu para atrair mais imigrantes e poderia ter sido mantido como estratégia durante todo o processo da imigração japonesa. Razões políticas e econômicas interromperam esse modelo e a imigração japonesa seria desenvolvida de outra forma com os imigrantes sendo levados para diversas regiões, sem nenhuma infraestrutura organizada.

### **4.3 A vida do imigrante japonês no Brasil**

Em 18 de junho de 1908 o navio Kasato Maru chegou a Santos, com as primeiras 165 famílias de imigrantes japoneses, num total de 781 pessoas. O segundo grupo de imigrante veio em 28 de junho de 1910, com o navio Ryojun Maru, aportando em Santos com 906 pessoas. Começava, assim, a saga da imigração.

Em 1911 os primeiros lotes foram adquiridos por japoneses no projeto de colonização Monções, junto à estação de Cerqueira César, SP, próximo da Estrada de Ferro Sorocabana. Foram as primeiras famílias a cultivar algodão. Em 1912 trinta famílias receberam terras do Governo Paulista num assentamento em Iguape, litoral de São Paulo.

Em 1914 o número de trabalhadores chegou a dez mil pessoas e o Governo Paulista decidiu suspender o subsídio das passagens para o Brasil. A chamada imigração tutelada passaria a tomar outros rumos.

As dificuldades enfrentadas pelos japoneses, como também por outros imigrantes, incluía doenças como a malária, de veiculação hídrica, e conjuntivite, doenças intestinais, como amebíase e a disenteria (doenças transmitidas pela água). A disenteria atacava principalmente as crianças. (HANDA, 1987).

Problemas de nutrição foram registrados, entre os imigrantes japoneses, pelo tipo de alimentação que estavam acostumados. A BRATAC, no núcleo Tietê distribuiu receitas simples de pratos brasileiros para os japoneses cozinharem. Os produtos alimentícios japoneses como o *missô* (pasta de soja) e o *shoyu* (molho de soja) começaram a chegar às cidades, trazidos de São Paulo, pelos comerciantes, tempos depois da chegada dos primeiros imigrantes. (GONÇALVES, 2009).

As doenças tropicais causaram muitas mortes nos pioneiros das frentes de colonização de São Paulo. Na região de Cananéia, Registro, Iguape, os japoneses enfrentaram doenças que eram desconhecidas além da falta de atendimento médico e remédios. O trabalho da BRATAC, no saneamento da malária e da Leishmaniose, controlando algumas doenças na região de Bastos e Pereira Barreto, SP, foi uma iniciativa importante para amenizar a propagação das doenças entre os imigrantes. (MONBEIG, 1984)

A saúde pública brasileira estava dando os primeiros passos quando os imigrantes japoneses chegaram; a Previdência Social foi criada em 24/01/ 1923. A lei seria aplicada apenas aos trabalhadores urbanos; os trabalhadores da agricultura somente seriam beneficiados em 1960 com a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL).

O primeiro Código Sanitário foi criado pela União em 1923 quando é incorporada a expressão Vigilância Sanitária. Uma das atribuições do código era a fiscalização dos mananciais e outra era de inspeção médica do imigrante. (COSTA & ROZENFELD, 2000).

Medidas profiláticas contra a tuberculose apareceram em 1907, propostas por Oswaldo Cruz e o Instituto Brasileiro para a investigação da tuberculose é criado em 1927. Arlindo de Assis inicia a vacinação antituberculosa em 1927. Muitos imigrantes morreram antes desse período pela falta de cuidados médicos.

Campanhas de erradicação do *Aedes Aegypti* foram realizadas em cooperação com a Fundação Rockefeller entre 1923 e 1940. Em 1936 foi desenvolvida uma vacina contra o vírus da febre amarela pela Fundação Rockefeller, dos Estados Unidos.

As dificuldades e os choques culturais que os japoneses encontraram ao chegar ao Brasil tinham como origem o caráter exclusivista do povo japonês, resultado de séculos de isolamento, por força dos governantes, que dificultou a adaptação na nova terra. Para o japonês, qualquer pessoa não descendente era tratada como “*gaijin*” que, literalmente significa “pessoa de fora”. Os imigrantes japoneses não foram apenas “vítimas” de perseguições e preconceitos. O próprio imigrante procurou o isolamento e na tentativa extremada de não perder o contato com os valores tradicionais “não incentivava os filhos a se tornarem brasileiros”. As colônias japonesas ajudaram os imigrantes a enfrentar as adversidades, mas, por outro lado, aumentava o isolamento em relação aos brasileiros. (KAWANO, 2009).

Acostumados com as vilas rurais no Japão, ainda que vivendo em condições muito difíceis, os japoneses já conheciam a energia elétrica e as casas dispunham de banheiros. Ao chegarem ao Brasil o imigrante se vê em meio a uma mata virgem:

A realidade brasileira oprimia os imigrantes. Sob a luz das estrelas avistava-se numa linha sinuosa, pequenas casas geminadas, cuja silhueta escura lembrava um grande fole. Aproximando-se mais os recém-chegados perceberam que não passavam de casebres extremamente pobres. Foram entrando um a um, com velas nas mãos, nas casas que, às pressas, lhes foram destinadas. Talvez nem fosse adequado chama-las de casas. (...) Os casais se entreolharam sob o teto sem forro com os rostos sombrios e expressões vazias. A propaganda da Companhia [de Imigração] os havia convencido de que viver num país estrangeiro implicava sempre vestir-se bem e morar em encantadoras casas brancas. (DAIGO, 1997, *apud* CARIGNATO, 2002, p.123).

Os primeiros anos da vida dos japoneses foram marcados pelo sofrimento das perdas de familiares por doenças e condições de habitação e forte desilusão. Pesquisa realizada em 1939, com 12.000 japoneses mostrou que 85% tinham vontade de voltar ao

Japão; o objetivo da maioria era ganhar dinheiro, pagar as dívidas e comprar terras na sua província de origem. (HIRAKAWA, 2007).

A desilusão dos imigrantes foi contida, introjetada, dado o caráter reservado e fechado dos japoneses; as mulheres choravam escondidas, longe dos maridos e dos filhos; muitos queriam voltar ao Japão, depois do primeiro dia da chegada às fazendas, ao se depararem com as condições em que iriam viver. Uma música cantada nas reuniões da comunidade dava uma mostra da desilusão dos imigrantes:

Mentiu quem disse que o Brasil era bom, mentiu a Companhia de Imigração, no lado oposto da terra cheguei fiado no paraíso, para ver o inferno. (HANDA, 1987, p. 115)

#### **4.4 A mobilidade dos japoneses**

Estudos sobre a imigração japonesa em terras brasileiras observam que a permanência de padrões de relacionamento dentro da família revelaram valores fundamentais da tradição japonesa, assim como nas formas associativas que reapareceram com as primeiras mudanças de situação de trabalho foram fundamentais para a mobilidade social dos japoneses. Nenhum outro grupo de imigrantes, no Brasil, mostrou tal capacidade de mobilização e organização familiar como os japoneses. Apesar dos deslocamentos por várias regiões e cidades, os japoneses mantinham a unidade familiar e a cooperação entre os conterrâneos. Essa mobilidade visava uma ascensão social, buscando melhores condições de vida. Ao aceitarem voluntariamente a vinda ao Brasil, para trabalharem como assalariados na agricultura, os japoneses tiveram a possibilidade de ingressar numa classe social (a dos trabalhadores rurais ou colonos, como eram chamados na época). Essa condição de trabalhar permitiu uma integração do japonês na sociedade brasileira em vez de um processo de aculturação. O imigrante japonês, apesar da sua inserção no Brasil, fez renascer certas partes da sua cultura de origem. (CARDOSO, 1998).

A mobilidade geográfica dos japoneses foi marcada pelas condições naturais das fazendas e pelas condições de trabalho, além das estradas de acesso. O interior do estado de São Paulo estava iniciando o seu desenvolvimento, em termos de estradas e ferrovias. A expansão das fazendas de café necessitava de estradas de ferro para escoar o produto até o porto de Santos, SP. (SAKURAI, 1998).

No período entre 1908 e 1950, os japoneses passaram por intensa mobilidade geográfica e *status* ocupacional. A mudança no modelo agrícola, das grandes fazendas de café para as pequenas propriedades rurais foi uma característica deste período. O crescimento urbano de São Paulo e o cooperativismo dos japoneses contribuíram para esta mobilidade. (TANIGUTI, 2012).

Com a possibilidade de trabalhar como meeiro ou arrendatário, com a mudança do modelo agrícola, os japoneses vão em busca de terras novas, no Oeste Paulista, com o objetivo de se tornarem proprietários e deixar a condição de assalariado. Na grande maioria, os lotes eram comprados de grandes fazendeiros ou das empresas de colonização criadas para esta finalidade. Os loteamentos originavam de propriedades cobertas de florestas, divididas em áreas menores (fazendas) ou pequenos lotes (sítios). Os donos das terras reservavam os espigões dos terrenos ou as áreas mais nobres para o plantio de café e vendiam as regiões impróprias para a cafeicultura como os fundos de vale, para os imigrantes. (SOUZA, 2010)

Um exemplo da mobilidade dos japoneses pode ser observado na fixação dos imigrantes em Campo Grande, Mato Grosso do Sul que se inicia com 79 pessoas de Okinawa que tinham emigrado para o Peru e, em 1909 vêm para o Brasil. Em 1920 havia 50 famílias japonesas sendo 49 de Okinawa. Passados trinta e oito anos, em 1958 o número chegava a 600 famílias, sendo 450 de Okinawa e 150 de outras províncias do Japão. Os japoneses de Okinawa seguiam uma tradição de se agruparem, oriundos que eram de uma ilha no extremo sul do arquipélago japonês, mantendo a ideia da vila rural (*mura*). (KUBOTA, 2008).

Em Suzano, SP, três famílias de japoneses, em 1931 adquiriram 400 alqueires de terras de agricultores italianos, formando uma colônia chamada *Fukuhaku-mura*, iniciando a produção de tomate. Em 1935 havia 14 famílias de japoneses que criaram a Associação dos Japoneses de Fukuhaku, nos moldes das antigas vilas rurais japoneses. (GARDENAL, 2008).

As formas de meeiro e arrendamento, de pequenas áreas de terras, foram fundamentais para a melhoria nas condições de vida dos colonos japoneses pois permitiram que as famílias guardassem algum dinheiro, ao contrário da condição de assalariados, onde a maioria passou por muitas dificuldades.

#### 4.5 As atividades na agricultura desenvolvidas pelos japoneses

A necessidade de mão-de-obra, em função da expansão do café, leva o governo de São Paulo a criar uma Agência Oficial de Colonização e Trabalho, em 1905, a exemplo da Hospedaria dos Imigrantes, em 1888, que oferecia serviços médicos e funcionou como “mercado de colonos”.

Os imigrantes que vieram para o Brasil, a partir de 1888, tiveram como destino, na sua grande maioria, o estado de São Paulo. Eram portugueses, espanhóis, russos, alemães e, sobretudo italianos. Esse grande fluxo era levado para as fazendas de café que necessitava de muita mão-de-obra. Os japoneses que vinham na condição de assalariados, para trabalhar nas fazendas de café, tinham, por contrato, quatro possibilidades de remuneração: 1) Uma quantia mensal estipulada em função do número de pés de café; uma família podia cuidar entre 2 a 12 mil pés. 2) Uma quantia em função de cada 50 litros de grãos colhidos, por ocasião da colheita. 3) A renda pelas culturas intercalares do milho, feijão ou mandioca, entre os cafeeiros. 4) Os serviços extras como trabalhos na sede, transporte de café, trato de animais, etc. (LEÃO NETO,1989)

Os assalariados nas fazendas recebiam dois contos de réis por ano, pelo trabalho desenvolvido. Os colonos tinham de comprar nas vendas instaladas nas fazendas, para manter as famílias. As despesas eram anotadas numa caderneta e pagas com a venda da safra. Era comum, na época, a família não conseguir pagar a dívida com a venda, passando para o ano seguinte. (NAKAGAWA, 2012).

O papel desempenhado pelos imigrantes japoneses em terras brasileiras envolveu a “mudança no mundo mental” dos japoneses e a maneira como se espalharam geograficamente. Outras duas linhas de argumentação são necessárias para entender este papel: as oportunidades que foram criadas por meios de regulamentação legal, com o desmembramento de grandes áreas e a possibilidade de comprar pequenas propriedades e as estratégias de associações e cooperativismo. (CARDOSO, 1998).

O trabalho de Cardoso (1972) “é o único em que podemos encontrar utilização direta dos dados mais detalhados sobre a população japonesa no Brasil para análise de mobilidade ocupacional”. O autor alega que possui dificuldades para oferecer um panorama mais amplo sobre as atividades dos japoneses devido à falta de dados mais completos sobre os imigrantes. (TANIGUTI, 2012).



Estudos baseados em documentos, registros e depoimentos avaliaram as políticas do governo paulista na contratação dos japoneses para trabalharem nas plantações de café, entre 1908 e 1922 e a mobilidade geográfica em busca de melhores condições de vida ou trabalho. (NOGUEIRA, 1984)

Outros estudos realizados nas décadas de 1960 e 1970 tinham como objetivo entender como o japonês se integrou na sociedade brasileira em razão do estigma de “inassimilabilidade dos japoneses” iniciado na década de 1920 e que se agravou com o conflito mundial em 1939, com as perseguições e fechamento das escolas japonesas.

Na sua grande maioria os japoneses vieram para trabalhar na agricultura e a criação de um modelo de cooperativismo agrícola permitiu a sua inserção no mercado brasileiro e a superar as dificuldades iniciais de adaptação.

O modelo de cooperativismo foi trazido do Japão, do sistema de vila rural (*mura*); onde os camponeses viviam em grupos e se uniam para sobreviver; a mudança de colono assalariado para meeiro e arrendatário, acontece quando o imigrante japonês começa a se destacar na cultura do algodão e arroz e no cultivo de pequenas áreas de terras. (MONBEIG, 1984).

A produção agrícola dos japoneses vai do café para o algodão, com um aumento expressivo em 1917 que se iguala às mudanças para a cultura do café entre 1922 e 1927. Produtos como batata, café, algodão, vegetais, arroz, vão ganhando espaço e caracterizando uma mudança na produção agrícola no período 1912 e 1927. (TANIGUTI, 2012).

Os estudos mostram que, em busca de maiores rendimentos, os japoneses não mediram esforços na busca de novas terras, mudanças de culturas, apesar da especialização na produção de algodão e arroz, compra de pequenas áreas de terra e grande mobilidade geográfica, além do espírito cooperativo.

#### **4.5.1 O imigrante japonês como assalariado**

Na relação de trabalho, nas fazendas, os imigrantes firmavam um contrato com a Companhia Imperial de Imigração e assinavam um contrato com os fazendeiros, eram registrados e uma cópia era enviada ao colono. “O colono era essencialmente um operário rural, que assina com o fazendeiro um contrato de trabalho por um ano. O

colonato das fazendas constitui um proletariado desorganizado, em face de uma classe outrora pujante”. (MONBEIG, 1984).

O contrato, muitas vezes não era cumprido, deixando o colono em situação desesperadora. Os valores combinados na safra do café e as dívidas acumuladas na compra dos mantimentos levaram muitas famílias a pensarem em desistir e querer voltar ao Japão. Por outro lado, as condições de trabalho encontradas pelos japoneses e a falta de uma infraestrutura de moradia provocou uma reação que, em muitos lugares escapou do controle. (HANDA, 1987).

Os colonos imigrantes, “pelos relatos da época, pelas queixas ao governo italiano, pela falta de escolas aos filhos, pelas multas impostas pelos fazendeiros e preços abusivos dos armazéns das fazendas, reagiram com greves, tiros e assassinatos”. Para o autor o início da colonização das terras paulistas mostra que os imigrantes não foram considerados como elementos de povoamento mas apenas braços para as lavouras. (MONBEIG, 1984).

Relatos da época denunciavam que havia abuso nos preços, exploração dos colonos japoneses pela dificuldade de entendimento da língua, entre outros motivos. Pressionadas pela impossibilidade de saldar as dívidas muitas famílias fugiam das fazendas, no meio da noite. (SAITO e MAEYAMA, 1973).

Outros relatos mostram o estado de medo e tensão que os japoneses passavam, no meio da mata, escondendo dos capatazes que saíam a cavalo, em busca dos fugitivos. Os japoneses procuravam caminhar apenas à noite, evitando a luz do dia, para não serem reconduzidos às fazendas. Neste sentido, os imigrantes japoneses consideravam as condições de trabalho em que eram submetidos, como assalariados, semelhantes a de escravos. (HANDA, 1987).

Com a finalidade de atrair os imigrantes para zonas novas em expansão os fazendeiros permitiam as culturas intercalares com o café. Enquanto os arbustos não estão em plena produção de café a prática de uma cultura intercalar não prejudica os ramos e o solo. Com a diminuição do preço do café os fazendeiros começaram a se preocupar mais com a conservação da terra e a recusar as culturas intercalares. Surge o descontentamento entre patrões e colonos. A Secretaria da Agricultura faz um inquérito, em 1905 para avaliar os problemas. Os proprietários ofereciam terrenos fora da área do cafezal, o que, para o agricultor exigia um longo deslocamento em relação ao lugar que morava. “Com a diminuição do rendimento da terra generalizou-se a interdição das culturas intercalares”. Esta atitude levou o imigrante, informado por amigos, a evitar as

zonas antigas e se deslocar para outras regiões que estavam se formando. (MONBEIG, 1984).

A condição de assalariado, para o imigrante japonês, pelos relatos apresentados na literatura, foi caracterizada por sentimentos de muita privação, sofrimento e abandono, levando a maioria em busca de alternativas e melhores oportunidades de trabalhos na agricultura.

#### **4.5.2 O imigrante japonês como arrendatário**

Os japoneses trouxeram para o Brasil um forte sentimento de fidelidade, obrigação e dívida para com a sua pátria de origem, projetada na figura do Imperador. Este sentimento era reforçado com a ideia de retorno, levando recursos que não eram possíveis de serem conquistados no Japão. “A grande maioria veio por força da propaganda oficial, mas a imagem do Brasil, que era divulgada internacionalmente, não era real”. A propaganda veiculada internamente no Japão mostrava uma fartura de alimentos que era enganosa. Com esse sentimento de frustração muitos imigrantes não pensavam em comprar terras e fixar raízes, pois a intenção era voltar ao Japão; por essa razão, as terras eram sempre arrendadas. A fixação num determinado lugar, pelo imigrante japonês significava a impossibilidade de retornar ao Japão e, ficar, para sempre, no Brasil. Com o passar do tempo foi havendo uma conformação, o nascimento dos filhos, a integração com a cultura brasileira e a fixação na terra. A dificuldade em guardar dinheiro, pelas condições como assalariados foi adiando o sonho de voltar ao Japão. A possibilidade de arrendar pequenas áreas de terras possibilitou ganhar um pouco mais de dinheiro. (HASHIMOTO, 1995).

O sistema de arrendamento foi a salvação para os fazendeiros de café, após a crise de 1929. Para mudar para o plantio de algodão o fazendeiro teria de financiar a nova cultura e teria que abandonar os cafezais. Ao arrendar parte das terras ou vendendo pequenas áreas para os imigrantes o proprietário conseguiria continuar na atividade ou partir para a formação de pastagens para a pecuária.

Com o arrendamento o fazendeiro recebia uma quantia anual pelo terreno que podia ser uma pequena área ou mais de cinquenta alqueires. Caso o arrendatário não conseguisse cultivar sozinho a área ele conseguia do proprietário autorização para sublocar parte das terras com outros colonos vizinhos.

O colono que arrendava um pedaço de terra servia de mão-de-obra para o próprio fazendeiro, caso não conseguisse tirar os recursos suficientes para sustentar a sua família. Conciliar o cultivo do algodão com o café foi uma grande saída, tanto para o fazendeiro como para o colono japonês. Ao terminar a safra do algodão o colono podia cuidar do cafezal; a mulher e os filhos terminavam as tarefas no algodão enquanto o pai cuidava do café. O trabalho paralelo, entre café e algodão, foi o que ajudou, definitivamente, os japoneses a saírem da condição de assalariados e melhorar sua condição social. (MONBEIG, 1984).

Para os colonos japoneses, arrendar terras e plantar algodão permitia um retorno financeiro rápido aliado ao fato que o produto tinha procura e bons preços. Para o imigrante japonês a possibilidade de arrendar terras remetia a um passado no Japão, em que um homem com arrendamento ganhava dinheiro e podia mudar de casta, ascendendo socialmente. Este aspecto histórico pode ajudar a entender o valor dado a terra pelos japoneses.

#### **4.5.3. O imigrante japonês como meeiro**

A meação se desenvolveu em paralelo ao sistema de arrendamento de terras, pelos colonos japoneses. A meação tinha uma característica de parceria porque envolvia riscos para o dono da terra. Para o fazendeiro tornou-se um bom negócio quando a criação de gado revelou-se uma saída para as grandes áreas de terra. O proprietário não precisava mais vender as terras, mas transformá-las em pastagens, com a ajuda do meeiro.

O fazendeiro tinha riscos e encargos nesta relação contratual. Corria riscos porque recebia uma porcentagem combinada do plantio que poderia ser fraco ou não ter preço na ocasião da colheita. Tinha os encargos porque fornecia as sementes, os equipamentos de combate aos insetos, formigas, parte dos inseticidas, água para preparação dos inseticidas e transporte da safra. No final da safra tinha parte do lucro da produção do algodão e uma pastagem formada.

O contrato com o meeiro tinha, em média, duração de três anos. A terra era entregue no começo do ano agrícola, depois de derrubada e queimada a mata. Caso a semente de gramínea fosse plantada logo no início, seu crescimento, na terra virgem, seria rápido, com uma vegetação muito alta e a formação de caules muito duros. O gado apreciava os caules mais tenros. O meeiro, por conta do contrato plantaria o algodão ou

arroz na primeira semeadura. Depois da segunda colheita, no mês de setembro o meeiro plantaria as sementes do capim que cresceria na época das chuvas. Os animais soltos no pasto, então, se encarregariam do pisoteio e fixação das sementes no solo.

O algodão, no último ano, estaria em recuo, diminuindo sua produção, mas não desapareceria totalmente. O fazendeiro concedia uma pequena área onde o meeiro voltaria a semear. O colono pagava ao fazendeiro o correspondente a 30% do que colhia, anualmente e esse sistema beneficiou os pequenos colonos.

Essa relação entre fazendeiro e meeiro permitia que o imigrante ficasse mais tempo na propriedade porque interessava ao fazendeiro formar o pasto de grandes áreas de terra.

O plantio do algodão, associado com a pequena propriedade e o colono japonês foram os fatores que asseguraram o sucesso da cultura. Com a chegada em massa dos japoneses, entre 1920 e 1940, com o café em baixa, os imigrantes vinham preparados do Japão, antes do embarque, para trabalharem na cultura do algodão.

Empresas japonesas foram organizadas para exportar o algodão para o extremo oriente. Em 1936, o cônsul japonês, em São Paulo, numa conferência sobre o algodão, pronunciaria orgulhoso, que os japoneses eram responsáveis pela metade da safra algodoeira do estado. (MONBEIG, 1984).

A condição de meeiro melhorou a relação do colono japonês com o dono da terra porque muitos renovavam os contratos, o que significava certa estabilidade. Em geral os contratos de parceria eram feitos com duração de dois anos. Para a família do imigrante esta estabilidade era importante para a relação familiar e entre amigos e vizinhos; as mudanças constantes implicavam em vários ajustes, adaptações de moradia, etc. (SAITO e MAEYAMA, 1973).

Os imigrantes que chegaram na segunda fase (1920-1940) encontraram condições melhores de trabalho, em relação à fase anterior, por conta do algodão e da parceria com o grandes fazendeiros.

Alguns agricultores, com os contratos de parceria acabaram se transformando em empreiteiros, atuando na formação de outras plantações e ajudando outros colonos japoneses.

A condição de meeiro permitiu, pouco a pouco, a fixação do imigrante na terra. Os japoneses foram os responsáveis pelo sucesso do algodão, no início da sua implantação em terras paulistas; foram os primeiros a comprarem terras postas a venda pelos fazendeiros de café e foram a maioria dos arrendatários e meeiros. Avaliando a

relação entre meeiro e fazendeiro e comparando com a fase como empregados, alguns japoneses reconheceram que, muitos poderiam ter aguentado um pouco mais de tempo, tendo continuado na agricultura. (HANDA, 1987).

Em relação aos estigmas criados, contra os japoneses, como responsáveis pela exaustão da terra, Monbeig (1984) considera: “se os japoneses são acusados de esgotar os solos, reconhece-se a qualidade e a quantidade de sua produção, como se admite, sem restrição, que eles foram os instrutores do brasileiro em matéria de algodão”.

Na condição de meeiro o imigrante japonês soube alinhar o trabalho da família, o espírito de vila rural (“*mura*”), e a força do cooperativismo com o apoio dos caminhões, as máquinas de descaroçar algodão, os armazéns, as casas de exportação e as cooperativas de vendas, nos núcleos e colônias formadas no Brasil.

#### **4.5.4. O imigrante japonês como proprietário**

O estudo de Cardoso (1998) constatou, em 1930, 89.515 japoneses, com domicílio em São Paulo, sendo 81.663 agricultores, o que corresponde a 91,2% do total. Esse grupo se dividia em 20.780 famílias, sendo 5.829 proprietários de terras, 4.163 arrendatários, 5.267 empreiteiros e 5.521 famílias que trabalhavam como colonos.

Este estudo mostra que, comparando os imigrantes da zona rural com os que se encontravam nas cidades, com base nos dados do Censo da Colônia Japonesa de 1964, os agricultores ascenderam em 77% no seu *status* social em relação aos 44% da área urbana, concluindo que todos os que foram para o campo moveram-se, de uma região para outra, ganhando ou perdendo posição social; apenas 3% dos japoneses da zona urbana mudaram de *status*. (CARDOSO, 1998).

O processo de emancipação do imigrante japonês acontecia em três etapas: de colono assalariado (3 a 6 anos em média), arrendatário ou meeiro (3 a 6 anos em média) e proprietário. Para se tornar proprietário de terra o japonês levou, em média de 7 a 12 anos, após sua chegada do Japão. O estudo mostra que 90% do total dos imigrantes passaram por essas etapas, até 1941. (DEZEM, 2005).

Os imigrantes que vinham com contratos de colonos tinham a possibilidade de pagar os lotes de terras em 10 anos, com os resultados de seus trabalhos. Em outros estudos o imigrante que veio por meio de uma empresa responsável pelos núcleos e

colônias, sob a tutela do estado de São Paulo, tiveram melhores condições de trabalho, em relação aos japoneses que vieram em outras condições. (SAKURAI, 1998).

A estratégia de mudança (mobilidade) de uma região para outra, comprando lotes, explorando, arrendando, facilitaram conseguir dinheiro, além da ocupação de terras virgens, com rápida valorização após o seu desenvolvimento. Aliando essas condições com o empenho, o trabalho duro, além de grande produtividade, os japoneses conseguiram a mobilidade social em um curto espaço de tempo, se comparado com outros grupos de imigrantes.

A maioria dos colonos japoneses teve uma grande mobilidade geográfica quando se relaciona com outros proprietários, mais estáveis. No caso dos arrendatários, numa posição intermediária, chegaram à condição de proprietários depois de duas ou três transferências de domicílio, em média.

A pesquisa constatou que, no estado de São Paulo, os japoneses encontraram condições que permitiram, para a grande maioria, terem trabalhado como empregados, no início da imigração, atrelados a um contrato e conseguindo passar para uma outra condição. A mobilidade geográfica, aliada às atividades de exploração agrícola, permitiu a passagem de arrendatários à condição de proprietários rurais e urbanos. (CARDOSO, 1998).

Para chegar na condição de proprietário de terras o imigrante japonês teve que arriscar a trabalhar como meeiro, arrendatário, até conseguir as condições de comprar uma pequena propriedade.

#### **4.6 A Segunda Fase: Imigração em Massa (1920-1940)**

A partir de 1920, a vinda dos japoneses ao Brasil se intensificou, como foi sendo constatado pelos números dos serviços de controle de imigração. Em 1920 registravam-se 10.000 japoneses e em 1928 ultrapassaram a casa dos 20.000 imigrantes. Em 1933, quando os números registraram 24.151 pessoas, houve uma reação, por parte de políticos brasileiros. Em 1934, a Assembleia Constituinte Brasileira incorporou uma lei das quotas para limitar a entrada dos “amarelos”, o que afetaria o deslocamento de um número maior de imigrantes. (MONBEIG, 1984).

Entre 1920 e 1940, segundo dados do Memorial do Imigrante, entraram no Brasil, 158.774 japoneses, correspondendo a 1,33% de 1.197.864 imigrantes de todas

etnias. Os imigrantes japoneses, que entraram neste período, totalizaram 190.282 pessoas, correspondendo a 83,52% do total da imigração japonesa; em razão desses números o período 1920/1940 foi denominado a fase da “imigração em massa”.

Na mesma época (1935/1940) a legislação fascista, na Itália dificultava a saída dos imigrantes italianos. Com a falta dos italianos e japoneses, além da redução de imigrantes de outros povos, os fazendeiros paulistas tiveram que recorrer a mão-de-obra dos trabalhadores do Nordeste brasileiro, o que provocou o êxodo de famílias para São Paulo.

Segundo estudo de Cardoso (1998) o aumento considerável dos japoneses que vieram nesta fase se deu em razão de uma decisão do governo do Estado de São Paulo. O governo, em 1921, decidiu suspender, em definitivo, o pagamento de subsídios para a vinda dos imigrantes ao Brasil. Esta decisão, aliada ao fato do Peru, outro país latino-americano que recebia imigrantes japoneses, mostrar desinteresse, levou o governo japonês a assumir os encargos necessários para que o movimento imigratório não fosse interrompido. O governo japonês havia promovido a fusão de duas companhias e formado a *K.K.K.K.*, citada anteriormente (*Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha*) que passaria a ter o monopólio do processo de imigração para o Brasil. À medida tomada pelo governo japonês, “dava mostra do cunho nacional e estatal à política imigratória para o Brasil”. (CARDOSO, 1998).

A imigração japonesa para o Brasil toma outra dimensão, em 1923, quando o governo cria um departamento com a finalidade de divulgação e propaganda, com o objetivo de convencer os japoneses a deixarem o Japão. O governo japonês enviava material de propaganda que era distribuído nas escolas, nas províncias cuja densidade populacional era grande. A localidade de Mukatsuku, com 18,21 km<sup>2</sup>, tinha uma população de 7 mil habitantes, sendo uma das Comarcas de mais alta densidade na região rural, em 1930. A região de Mukatsuku fica no extremo oeste de Honshu, no estado de Yamaguti-ken, avançando para o Mar do Japão e contornando a Baía de Yuya; na época a atividade pesqueira era intensa e contava com vários portos como Oura, Kutsu, Kawajiri, Kuhara, entre outros. Além do material impresso, em forma de folhetos e cartazes, os enviados do governo levavam filmes que eram projetados nas escolas e associações comunitárias.(FUGITA, 1997)

Tomeo Fugita tinha 13 anos quando ouviu falar do Brasil. Era um jovem muito inquieto, preocupado com a sua formação e com o futuro. Nessa época era aprendiz de carpinteiro, terminara o curso primário de seis anos que era obrigatório e iniciava o

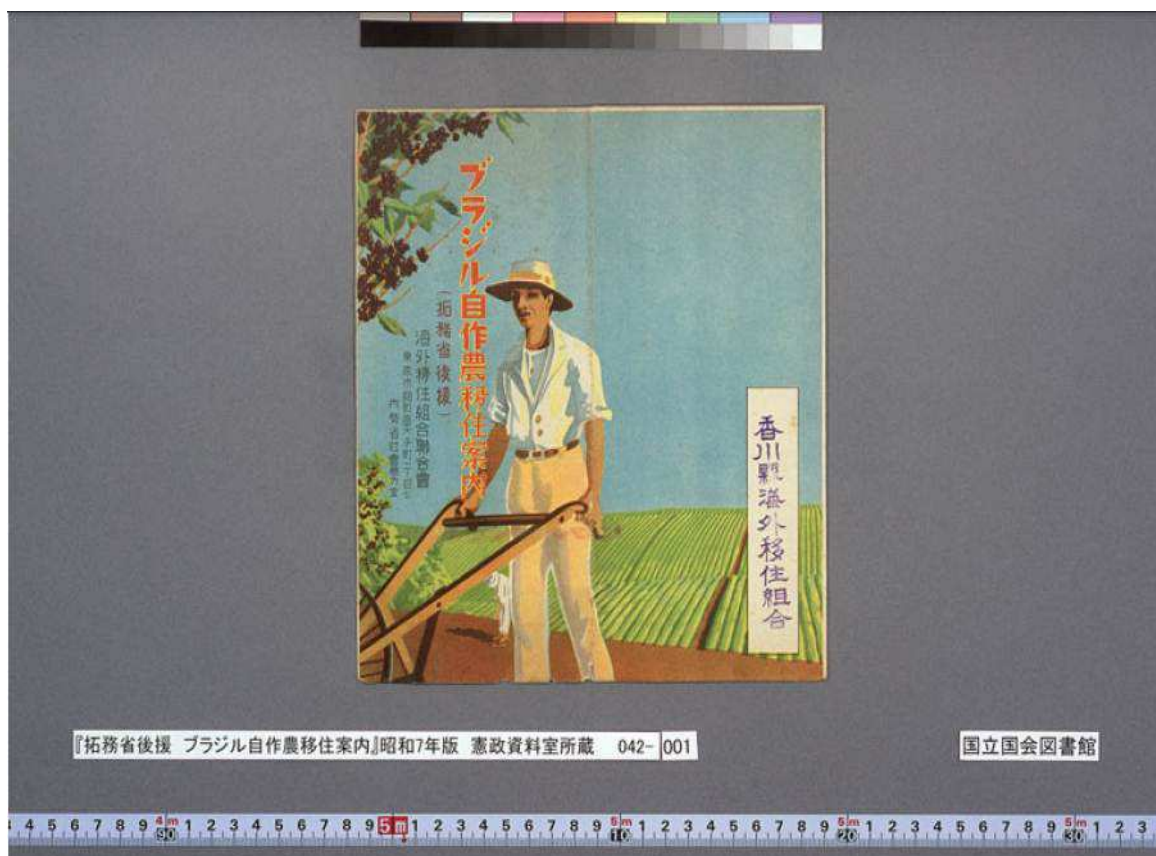


curso equivalente ao antigo ginásial brasileiro. Era o filho caçula de uma família com mais cinco irmãos (dois homens e três mulheres).

O jovem Tomeo voltava para casa quando encontrou a família reunida e ficou sabendo que pretendiam imigrar para o Brasil. O irmão mais velho tinha em mãos diversos folhetos de propaganda sobre o Brasil e foi passando novos conhecimentos sobre esse país desconhecido que tinha obtido com os seus amigos. Tomeo relata que a participação de Missao, casada com o irmão Yoshimassa, nessa reunião, mostrava que ela era a mais entusiasmada com a ideia de deixar o Japão. Esse entusiasmo surgiu depois de assistir a um filme de propaganda exibido semanas antes na escola da vila e passou a ter convicção sobre a vinda para o Brasil. Segundo Tomeo havia fortes razões para a cunhada tomar essa decisão. O marido vinha lutando para manter a família numa situação muito difícil. A crise e a recessão mundial somava com a situação do meio rural que encontrava-se precária. A região de Mukatsuku ficava numa península onde o rio não tinha água suficiente para abastecer as represas e irrigar os campos de arroz que era a principal atividade agrícola. Ciclos de estiagens, de 5 a 6 anos, danificavam as safras para menos da metade; isto colocava os lavradores em situação caótica e angustiante, sem uma fonte de renda para manter a família.

A Federação das Cooperativas de Emigração Ultramarina fazia a divulgação nas províncias japonesas utilizando cartazes como os apresentados nas Figuras 2 e 3.

**FIGURA 3:** Panfleto japonês de estímulo à imigração para o Brasil.

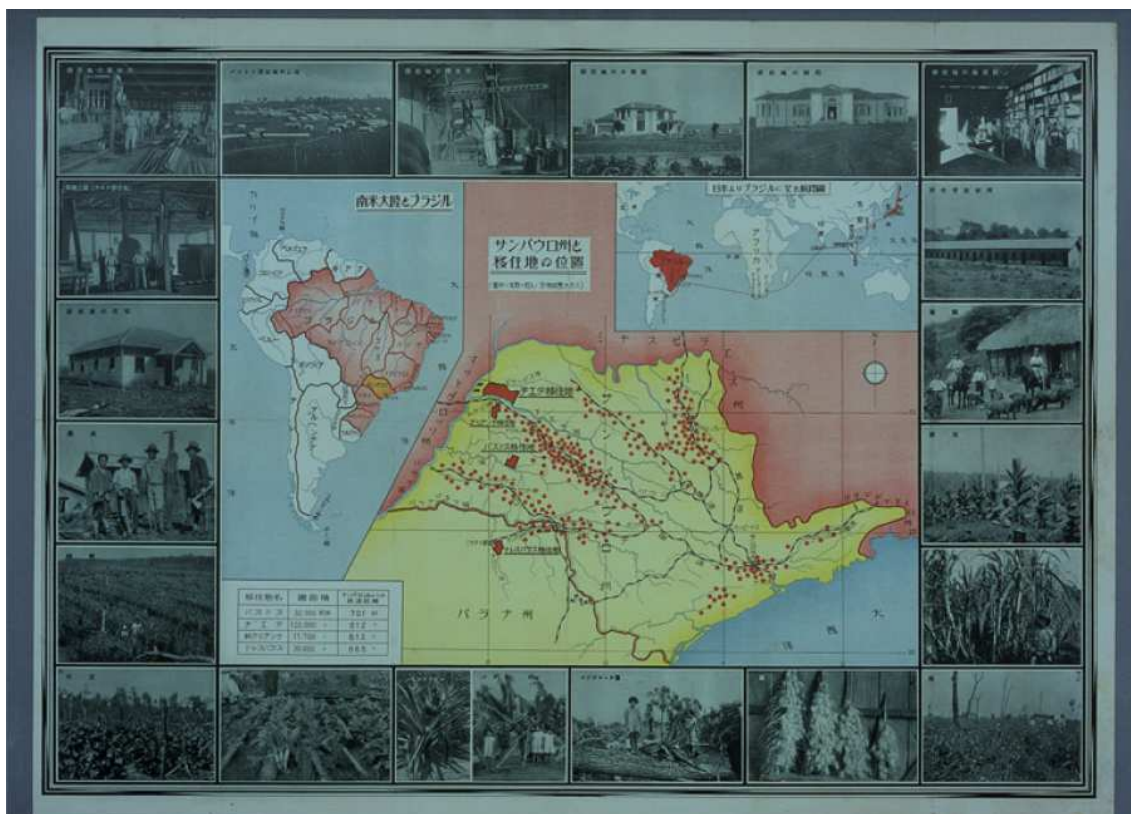


Fonte: National Diet Library, 2009, s/p.

A Figura 3 ilustrada pela figura de um colono japonês, vestido com roupas ocidentais, numa posição muito serena e confortável, tinha ao fundo um cafezal formado e homogêneo.

A Figura 4 apresentava a localização e o caminho para o Brasil, na América do Sul, a partir do Japão para que os imigrantes tivessem uma ideia dos seus destinos. Um mapa do Brasil e seus países vizinhos era completado com o Estado de São Paulo, ladeado por 21 fotos. O mapa de São Paulo era pontilhado pelas dezenas de implantações dos núcleos de colonização japonesa mostrando a amplitude de possibilidades. As fotos destacavam casas e moradias cujo tamanho eram desproporcionais para os padrões populares japoneses da época. Outras fotos mostravam serrarias, máquinas de beneficiamento de arroz, pequeno povoado em formação em meio a amplos espaços, casas comerciais, granja de aves, colonos japoneses com sua ferramentas, montados à cavalos, diante de animais soltos no terreno, entre outras.

**FIGURA 4:** Panfleto japonês de estímulo à imigração ao Brasil com a Localização de núcleos de colonização japonesa.



Fonte: National Diet Library, 2009, s/p.

O Governo do Japão, como estímulo à imigração, passou a pagar uma comissão a *K.K.K.K (Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha)*, a título de compensação, do valor que a empresa cobrava dos imigrantes. O governo japonês assumia os encargos que garantiriam a continuidade do movimento migratório para o Brasil. No período entre 1926 e 1945, 149.175 japoneses emigraram para o Brasil. Foi “o período crucial da história da imigração japonesa para o Brasil”, considerando que, em seis anos, de 1928 a 1934, entraram 57% do número total de imigrantes que o Brasil recebeu. (CARDOSO, 1998).

Este período (1920-1940) foi intitulado de “imigração em massa”, em comparação à fase inicial, chamada de “fase experimental” e culminando com o Pós-Guerra (1945), a terceira fase, quando o Brasil retomou as relações diplomáticas com o Japão. (SAKURAY, 1998).

Ao comparar os números dos imigrantes com outros países, em 1930, dos 149.495 japoneses residentes na América Latina, 116.647 moravam no Brasil, o que correspondia a 78% do total. O papel desempenhado pelas companhias de imigração, coordenadas pela Federação das Associações Ultramarinas, criada pelo Japão em 1927,

consolidaria a vinda dos japoneses, bem como a criação da Companhia Nichinan Sangyo, em 1937, com o objetivo de comercialização dos produtos gerados pelos núcleos e colônias dos imigrantes.

Com a vinda de missões japonesas, a partir de 1930, promovendo as exportações de matérias-primas para o Japão, principalmente do algodão, o Brasil passava a ser não apenas um mercado receptor de mão-de-obra, mas um mercado de capitais. (CARDOSO, 1998).

O conflito mundial de 1939-1945 fez com que o processo imigratório japonês fosse totalmente interrompido, sendo reaberto apenas em 1951.

#### **4.7 Os problemas, preconceitos, perseguições aos japoneses no Brasil.**

A origem dos conflitos e problemas vivenciados pelos imigrantes japoneses remonta a 1878, portanto 30 anos antes da vinda das primeiras famílias. O “medo do perigo amarelo”, uma espécie de esquizofrenia social surgiu nos Estados Unidos que fechou as fronteiras para os japoneses em razão do avanço militar do Japão na Coréia, China e com a vitória na guerra com a Rússia em 1905. (DEZEM, 2005).

Matéria veiculada pelo jornal curitibano Diário da Tarde, em 1908, quando chegaram as primeiras famílias japonesas ao Brasil, dizia que “ as características deles (japoneses) que com franqueza, não são grandemente apreciáveis... Nós, com nosso tipo nacional já bastante minguido, que híbrido iremos produzir cruzando-o com raça fisicamente ridícula?”, segundo Gonçalves (2009) que estudou os preconceitos contra os imigrante japoneses. Para o autor os japoneses seriam tratados como uma ameaça ao trabalhador brasileiro e como espião de uma potência imperialista.

Em matéria do jornal Folha da Manhã, de 28/12/1943, p.8, com o título “Problemas Imigratórios” a questão do preconceito é claramente representada com o texto que considera “o japonês como um alienígena, é para nós um amigo, um colaborador, uma utilidade de que nos servimos para o povoamento, para o trabalho, para o enriquecimento de São Paulo”.

O sentimento antinipônico que se propagou, nos anos de 1930, no Brasil, tinha como origem a sensação da intenção da expansão militarista do Japão, pelo mundo e da formação de colônias no país para ajudar no domínio mundial do Império Japonês.

No Jornal do Comércio (RJ), através do médico Miguel de Oliveira Couto, foi desencadeada uma campanha contra os japoneses como “o imigrante que se infiltrava no organismo nacional a fim de destruí-lo”. Os imigrantes japoneses foram qualificados como “indivíduos feios, hipócritas, portadores de eterno sorriso, que obedeciam as ordens de seus superiores”, entre outras classificações. Com a Assembleia Nacional Constituinte de 1933 os debates acirraram a rejeição aos japoneses. O Ministério das Relações Exteriores, evitando um conflito com o Japão, negociou a exclusão das emendas antinipônicas que deputados queriam incluir na constituição. A Emenda Miguel Couto que se transformaria no artigo 121 da Constituição Federal estipulava uma cota de 2% para qualquer corrente imigratória sobre o número total de respectivos nacionais entrados no Brasil, nos últimos 50 anos. Essa emenda visava excluir ou dificultar a entrada dos japoneses no país. Com o Governo Getúlio Vargas, autoritário e doutrinário, na década de 1930, o sentimento contra os japoneses aumentou. O golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937 emitiu decretos-leis fazendo com que os japoneses tivessem a nacionalização forçada em 1938, fechamento de jornais, escolas e associações. Com a entrada do Japão na guerra, após o ataque a *Pearl Harbour*, o mito do “perigo amarelo” se alastrou pelo Brasil. (GONÇALVES, 2009).

As campanhas divulgadas nos jornais e revistas da época como Folha da Noite (SP), Careta (RJ) e O Malho (RJ) mostram os japoneses protagonistas de charges, “com o físico medíocre, os dentes proeminentes e a postura humilde e curvada, convidando ao riso, mas criando arquétipos, alimentados por mitos ou representações deturpadas do real”. (TAKEUCHI, 2008).

A imprensa brasileira, por sua vez, atribuía aos japoneses culpa pelas privações que a Segunda Guerra Mundial impunha aos brasileiros. Quando começou o racionamento de alimentos, por exemplo, os jornais jogaram a culpa nos japoneses:

O colono japonês arrenda a terra, rouba toda a sua fertilidade e a abandona, depois, por outra onde seja possível repetir a façanha”, perorava um editorial do Diário da Noite. “Esses vampiros do solo são, em parte, os responsáveis pela escassez de gêneros de primeira necessidade. (MORAIS, 2000: p.54).

O arrendatário japonês recebeu um rótulo de “vampiro da terra” por extrair o máximo que podia no seu trabalho agrícola. Os problemas surgiram na relação dos fazendeiros com o sistema de arrendamento das terras. Os fazendeiros reconheciam que os japoneses cumpriam de maneira satisfatória as condições dos contratos, conseguiam

obter boas colheitas, mas deixavam o solo “consideravelmente empobrecido quando o compromisso termina”. Os contratos de arrendamentos variavam entre dois ou três anos. Como os japoneses mudavam para outros lugares, com muita facilidade, “os arrendatários japoneses retiram o máximo do solo e o atiram fora em seguida, como o bagaço do limão de que se extraiu o suco”. (MONBEIG, 1984).

A mobilidade do japonês não era maior do que a dos demais habitantes do Brasil, rurais ou citadinos. A forma como o agricultor japonês lidava com a terra, sua aplicação na limpeza do terreno, o repasse exagerado do arado “constituía uma técnica bastante aperfeiçoada e, conseqüentemente, nociva aos solos tropicais”. As críticas dos fazendeiros em relação aos japoneses poderiam ser justificáveis, mas levanta a possibilidade de diferenças de posições entre o proprietário exigente e um arrendatário mais independente, além do papel da imprensa, na época, que insuflava um nacionalismo confuso e discriminatório. (MONBEIG, 1984).

O sentimento de animosidade que começa a aparecer contra os japoneses coincide com a chegada em massa dos imigrantes, entre 1921 e 1924. Esta sensação foi aumentando em razão de muitos proprietários de terras, de algumas regiões do interior de São Paulo perceberem a eficiência agrícola dos japoneses. Um possível sentimento de inveja ocasionou o surgimento de muitos conflitos entre os proprietários de terras e os arrendatários japoneses. O surgimento dos estigmas e rótulos impingidos aos japoneses podem ter sido originado por tal sensação. (DEZEM, 2005).

A questão do empobrecimento do solo, no período da colonização das terras paulistas, com a derrubada das árvores, no começo de 1900, para a formação dos cafezais aconteceu de forma tão rápida que, em 1945, a frente pioneira sofria com a falta de lenha. Isto era percebido na dificuldade para abastecer as locomotivas com lenha. Na Alta Araraquarense as serrarias estavam em vias de desaparecer; em Marília, em 1946, a lenha para os fogões se tornou um artigo caro, custando oitenta cruzeiros o metro cúbico. Os botânicos, em 1950, já consideravam que “as plantas do cerrado exerciam a função respiratória nas horas mais secas da estiagem porque a vegetação dispõe de reservas de água em profundidade acessível e compensa os efeitos da seca de inverno”. (MONBEIG, 1984).

Estudos de Monbeig (1984) mostram que “a intervenção do homem modifica as condições de hidrologia e tem como resultado uma deterioração radical dos solos”. Estudos feitos junto a plantadores de café em São Paulo verificaram que as águas correntes levam os elementos férteis do solo como o húmus que a floresta renova. Com

a derrubada da mata acontece uma aceleração do processo de lixiviação que retira a matéria orgânica do solo modificando a estrutura do mesmo. Esta modificação interfere na circulação do ar e diminui a atividade dos colóides.

Estudos do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) em 1942, avaliaram que “uma excelente terra roxa, depois de 22 anos de cultivo, não contém mais do que 42 toneladas de húmus por hectare, contra 172 no início do plantio e que o pH cai de 7 a 5,4”. O autor observa ainda o “carreamento total da sílica, elementos calcários, potassa e toda a base. A nocividade dos elementos que a planta não consegue assimilar é acentuada e a terra roxa caminha para a laterização”. (SILVEIRA,1923, *apud* MONBEIG, 1984, p.90).

A cultura do algodão, ano após ano, com a aração, iria diminuindo a camada de solo fértil. A terra não consegue se recuperar naturalmente, por conta de dois instrumentos para manter a terra limpa: a foice e o fogo. “A terra fica definitivamente arruinada. O brasileiro dirá então com muito senso que essa é uma terra acabada”. (MONBEIG, 1984).

Todos os problemas atribuídos aos japoneses, de modo geral, não era culpa só dos japoneses. O problema da exaustão da terra era resultado das práticas agrícolas adotadas por todos os colonos, japoneses ou não.

A história da discriminação e repressão do Governo Brasileiro, no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e as campanhas pejorativas veiculadas pela imprensa nacional eram pouco conhecidas pelos japoneses em função da incompreensão da língua portuguesa. O sofrimento que atingiu muitos imigrantes foi abafado e silenciado dentro da própria comunidade de japoneses e descendentes. (KAWANO, 2009),(CARIGNATO, 2002).

A repressão das autoridades brasileiras recrudescer no período da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942, quando os diretores das cooperativas que fossem imigrantes japoneses, alemães ou italianos tiveram que ser substituídos por brasileiros natos. (KANAZAWA, 2008).

O conflito que se desenrolava na Europa importava, para o Brasil, os resquícios da repressão e retaliação que extrapolava o âmbito militar e invadia as empresas e pessoas comuns.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os imigrantes japoneses, no Brasil, acompanhavam com grande interesse e preocupação o desenrolar dos acontecimentos e a participação do Japão no conflito. Dentro da colônia japonesa uma

parte dos imigrantes queria o fim das hostilidades e outra parte acreditava na vitória do Japão. Com o final da guerra e a rendição japonesa, após as bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, a tensão entre os grupos de imigrantes se acentuou. O grupo que não aceitou a derrota ficou conhecido como Kachegumi ou vitoristas e iniciou uma série de ataques aos demais japoneses que reconheceram a derrota para as forças norte-americanas e foram denominados de Makegumis, ou derrotistas. Nasceu desse grupo de ataques uma organização conhecida como *Shindo-Renmei* composta de antibrasileiros e fanáticos. Imigrantes japoneses foram assassinados, propriedades tiveram galpões incendiados e o terror foi espalhado em vários núcleos e colônias japonesas no estado de São Paulo e Paraná. A repressão policial foi desencadeada e muitos suspeitos integrantes da organização foram levados para o presídio da Ilha Grande, SP. (MORAIS, 2000; SHIZUNO, 2001).

#### **4.8 Uso de insumos, produtos químicos pelos imigrantes japoneses**

Os estudos sobre a utilização de produtos químicos na agricultura, no Brasil, no período entre 1908 e 1940 são escassos na literatura científica. Neste período, que marcou a chegada dos imigrantes japoneses, eram conhecidos poucos produtos.

A indústria de agrotóxicos surgiu após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), visando aproveitar as moléculas desenvolvidas para fins militares; apesar disso, poucos estudos sobre os riscos foram realizados, entre 1920 e 1950. (TERRA, 2008).

A partir de 1927 umas das primeiras inovações que os japoneses trouxeram para a agricultura brasileira, divulgada pela estrutura da Cooperativa Agrícola de Cotia, foi a prática de correção do solo, com a finalidade de obter maior produção e qualidade nos produtos. O adubo orgânico era adquirido nos matadouros da região de Cotia. A introdução da calda bordalesa, feita de uma mistura de sulfato de cobre e cal, surgiu a partir de uma publicação técnica japonesa. Sogoro Honda, em 1952 leu um artigo numa revista chamada *Nogyo TO Nippon* (Agricultura e Japão) falando da calda bordalesa e seu uso no combate de certas doenças da batata. Consultou um médico da colônia que conseguiu adquirir os produtos e preparar a calda. Após experiências e testes a calda bordalesa foi divulgada para todos os produtores de batata da região de Cotia. (HIRATA, 2008).

Carson (1962) chamou a atenção do mundo, com a publicação de “Primavera Silenciosa” e o alerta para o uso do DDT (Dicloro-Difenil-Tricloro-Etano), sintetizado



por um químico alemão em 1874 e cujas propriedades, como inseticida, seriam descobertas em 1939 pelo suíço Paul Müller. Carson faz referência ao grupo de inseticidas alcalinos ou organofosforados como as substâncias mais venenosas do mundo. O inseticida “*Parathion*”, de efeito devastador no ser humano, por destruir enzimas essenciais ao equilíbrio do organismo era o instrumento de suicídio favorito na Finlândia e no Japão, nos anos de 1960 causava uma média de 336 mortes por ano.

O uso de produtos químicos, chamados de defensivos agrícolas ou agrotóxicos, teve início na década de 1920, coincidindo com o período da “imigração em massa”, dos japoneses, ao Brasil. Nesta época pouco se conhecia sobre os efeitos toxicológicos nas pessoas, animais, alimentos ou no meio ambiente. (CARNEIRO, 2010).

Na Segunda Guerra Mundial produtos químicos foram utilizados como arma química, tendo seu uso expandido para outras finalidades; no Brasil produtos químicos foram usados em programas de saúde pública, no combate a vetores e controle de parasitas. (CARNEIRO, 2010).

Com a expansão da agricultura, pelos imigrantes, pragas e doenças passaram a ser objeto de preocupação e a busca de soluções passou a ser constante. Nos anos de 1930 o agricultor tinha uma preocupação muito grande com as pragas no algodão e desenvolvia esforços no sentido de combatê-las. O agricultor ficava atento aos primeiros sinais do aparecimento do “*curuquerê*” (*Alabama argilácea*, Hubner) que se alimentava das folhas, no mês de novembro. Em anos de muita chuva o “*curuquerê*” poderia destruir 60% de uma plantação. A sua detecção era difícil em razão da borboleta voar no crepúsculo e a destruição das folhas serem visíveis após a segunda ou terceira geração dos germes. Os casulos eclodiam antes do mês de janeiro e com as grandes chuvas o efeito da pulverização era incerto. Na tentativa de combate ao “*curuquerê*” os agricultores faziam a aplicação de produtos feitos à base de sais de arsênico. Eram feitas três pulverizações, quando os insetos se tornavam nocivos e a última no final de janeiro. Além dos gastos com os produtos havia dificuldades em levar a água até o local de aplicação, por falta de carros de bois ou nas plantações nos espigões, cujo acesso era difícil. (MONBEIG, 1984).

A falta de equipamentos adequados para o manejo de produtos químicos, no início da colonização das terras, pelos japoneses, dificultava o trabalho. A aplicação era feita manualmente, espalhando o produto, acondicionado em sacos com furos, sobre a plantação. A exposição aos produtos era feita sem nenhum tipo de equipamento de proteção individual. As primeiras bombas costais para pulverização e polvilhadeiras

foram produzidas por Nishimura, um imigrante japonês, a partir de 1948. (SOUSA, 2010).

Os produtores de algodão tinham a preocupação com outro verme, chamado de “lagarta rosa” (*platiedra gossypiela, saund.*) que se alimentava das sementes jovens e tenras. O Serviço de Algodão fornecia sementes desinfetadas e a lei, nos contratos de arrendamentos, obrigava os agricultores a arrancar e queimar os algodoeiros após a colheita. Este procedimento tinha como objetivo “extinguir um perigoso coleóptero (*gaterocercodes gossypi, Pierce*) que atacava a base do caule e a parte superior das raízes, matando a planta”. O outro procedimento recomendado na época era de aração profunda do solo para enterrar mais as cápsulas contaminadas que teriam sobrevivido à queimada. Na questão da aração “só os japoneses estão em condições de passar o arado antes da semeadura e, assim, suas plantações estão mais bem protegidas contra os estragos causados pelos insetos”. Os japoneses trabalhavam na plantação do algodão, fazendo o desbaste das plantas após a germinação, eliminavam as plantas fracas, erradicavam das ervas daninhas com capinação, faziam ligeira arranhadura na terra, sem cortar as raízes e não permitir a erosão pelas águas da chuva. (MONBEIG, 1984).

Além da preocupação com as pragas e doenças os japoneses tinham o cuidado de só fazer a colheita do algodão com tempo seco, depois do orvalho da manhã haver evaporado e as cápsulas estarem bem abertas; isto garantia que a exposição ao sol deixava o algodão completamente seco, antes de mandar para a máquina de descaroçar.

Nakagawa (2012) relata a experiência da família, nos anos de 1930, na propriedade em Regente Feijó, região de Ribeirão Preto, SP; a propriedade produzia arroz e milho e passou para o algodão. Uma praga atingiu a lavoura, alguns anos depois de iniciado o cultivo, e a família mudou para o amendoim, “com excelente produtividade”. Na década de 1950 a terra começou a dar sinais de exaustão, não havia adubo químico e o pai decidiu buscar orientação; na época “ninguém sabia o que era um agrônomo”.

A indústria de agrotóxicos no Brasil se inicia em 1940 com a efetivação do parque industrial em 1975; até essa época os produtos eram importados sem preocupação ou conhecimento dos danos ambientais e controles sobre o uso e aplicação dos produtos. (TERRA, 2008).

Em contraponto aos agrotóxicos a ideia de produzir alimentos mais saudáveis surgiu nos anos de 1955, com a chegada ao Brasil da Doutrina Messiânica de Mokiti Okada; essa doutrina pregava a prática de uma Agricultura Natural e,

consequentemente, uma alimentação natural por parte de seus seguidores. Esse tipo de agricultura deveria eliminar o uso de adubos e agrotóxicos.

Nos anos 1930/1940 a Doutrina Messiânica pregava a conscientização para uma alimentação natural, como um dos três pilares da nova religião (além do *Johrei* e do Belo), mas os produtores estavam preocupados em resolver a questão da produtividade do solo. (GONÇALVES, 2008)

Estudos revelam que o Brasil, em 2013, é um dos líderes mundiais em consumo de produtos agrotóxicos e as intoxicações agudas são a face mais visível do impacto na saúde das pessoas. As pesquisas sobre o uso e as consequências sobre a saúde humana têm crescido ao longo do tempo, mas os dados são insuficientes para dimensionar a extensão dos danos em função do uso intensivo dos produtos químicos. Avaliar o período de imigração e o uso de agrotóxico carece de dados e trabalhos científicos. (FARIA *et al*, 2007).

As empresas líderes mundiais, do segmento de agrotóxicos, se concentraram no Brasil, entre 1980 e 2006. O surgimento da indústria de agrotóxicos está relacionado com a modernização da agricultura, após a Segunda Guerra Mundial. (TERRA, 2008).

Ao fazer um resgate histórico do imigrante japonês e sua relação com a terra, a questão do uso de insumos e produtos químicos se torna relevante para avaliar as condições de trabalho, no início da colonização. A falta de registros e dados oficiais, na época, dificultam a avaliação do assunto.

Com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade, (SIM) em Bento Gonçalves, RS, entre 2002 e 2004, um estudo mostrou as tentativas de suicídio utilizando agrotóxicos com os seguintes dados:

Sistema de Informações Sobre Intoxicações – (SININTOX) (Bento Gonçalves): 180 casos – 35 tentativas de suicídio (19,4%);

Centro de Informação Toxicológica do Rio Grande do Sul- (CIT): 2048 casos – 634 tentativas de suicídio (31,0%);

Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (SINITOX) (Brasil): 14.064 casos- 5706 tentativas de suicídio (40,6%).

Estudos relacionados ao uso de agrotóxicos com suicídios avaliaram registros em outros sistemas de informações. Num estudo com dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) constatou-se que, num período de 20 anos, embora os suicídios fossem mais frequentes entre os trabalhadores da agricultura, o uso de agrotóxicos

representava uma pequena parte; quase 90% dos suicídios eram ocasionados por enforcamento ou arma de fogo.

Com base em dados nacionais entre 1996 e 1998, as intoxicações por pesticidas corresponderam a 5% dos óbitos por suicídio. Avaliando os óbitos devido a intoxicações por pesticidas, os casos de suicídio correspondiam a cerca de 68% do total. Dados do SINITOX apresentaram padrão semelhante: 78% dos óbitos por pesticidas eram suicídio. (FARIA *et al*, 2007).

Estudo de Oliveira e Ferreira (2012) mostra que registros no Centro Integrado de Vigilância Toxicológica (CIVITOX) apontavam 40,0% de suicídio e no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) 27,1% de tentativas de suicido, entre 1998 a 2007, no Mato Grosso do Sul. Os dados nos dois sistemas mostram valores variando entre 30 e 40% das tentativas de suicídio dos filhos de imigrantes por uso de agrotóxicos.

A preocupação com a questão ambiental e o uso de produtos químicos, pelos imigrantes e colonizadores é pouco citada na literatura. Um exemplo de consciência ambiental pode ser encontrado com a família Inagaki, que veio do Japão em 1932, passando por várias cidades, até se fixar em Jaboticabal, SP. O casal, como outras famílias, veio em busca de melhores condições de vida, trabalhou muito no cultivo de algodão e cana-de-açúcar e teve onze filhos. Em entrevista à Revista Coplana (2008) Sérgio Nagaki, um dos filhos, nascido no Brasil, conta que os imigrantes tinham o pensamento de exploração, usufruir o máximo da área, sem preocupação em preservar mata e solos. Ao término do arrendamento mudava-se para outra área, fazendo o mesmo ciclo. Ao contrário da maioria a família Inagaki preservava áreas de matas, traçando uma estratégia que, mais tarde, seria chamada de sustentabilidade. Em 2013, na terceira geração, a família tem propriedades em Luzitânia, Oriundívia, Jaborandi e Colômbia, utilizando técnicas de conservação do solo com a palhada da cana-de-açúcar, reduzindo o uso de herbicidas. A preocupação com o meio ambiente é demonstrado com o reflorestamento de todas as áreas de mananciais nas propriedades da família.

Dados sobre o uso de produtos químicos, no início da imigração japonesa e em períodos anteriores a 1970 são escassos na literatura, assim como dados de registros de intoxicações resultantes da utilização dos mesmos.

#### **4.9 A língua japonesa ensinada aos filhos dos imigrantes**

Os resultados obtidos em estudo sobre famílias de imigrantes japoneses na cidade de São Paulo, utilizando relatos orais, possibilitaram conseguir informações sobre a rede de escolas japonesas organizadas pelos japoneses. (DEMARTINI, 2000.).

Os imigrantes japoneses imaginavam voltar para o país de origem depois de rápida estadia. No Brasil, tinham consciência da importância da língua e da educação para os filhos poderem viver no Japão, após o regresso. Durante o período da guerra, 1939-1945, as escolas foram fechadas, livros queimados, resultando num período muito difícil para os imigrantes.

Para o japonês, a sua ligação com a terra natal se alicerçava como já relatado em tópico anterior, na família, na residência e no espírito de cooperação econômica. Sendo a família a base da estrutura social japonesa, o isolamento imposto pelo processo de imigração, a separação da pátria de origem, fez com que a continuidade da língua adquirisse grande importância. Aliado ao fato de que a vinda dos japoneses tinha um tempo determinado, não era definitivo, ensinar a língua aos filhos pequenos ou que nasciam no Brasil, era primordial e necessário. Com raras exceções, de japoneses que vieram para fixar raízes, a maioria visava voltar ao Japão. Por essa razão, queriam que os filhos soubessem ler, escrever e falar o idioma japonês, por ocasião do regresso.

As famílias japonesas, ainda que em número pequeno, assim que se estabeleciam num determinado lugar, procuravam formar uma associação para preservar a cultura, por meio de festas, torneios esportivos e educação. A maior preocupação era com o ensino da língua japonesa aos filhos além da transmissão dos valores da família. O papel da educação, no Japão, sempre esteve ligado à escola e os japoneses voltados para o trabalho na terra; por essa razão, entre os imigrantes aqueles que tinham maior formação escolar eram contratados por famílias que se juntavam, para ensinar as crianças. (HIRATA, 2006).

Para entender a relação entre a língua e a cultura japonesa é preciso considerar que:

A própria língua em si é o principal elemento cultural de uma sociedade; portanto o seu ensino fica ligado indissociavelmente à transmissão de elementos culturais que moldam o modo de agir, expressar, significados que só os nativos de certa língua podem compreender. (MATSUYAMA, 2009, p.23).

A ação do Estado em 1930, proibindo o uso da língua japonesa no país, foi decisiva para que os japoneses adotassem o idioma português e abandonassem gradativamente a insistência da língua japonesa. (BRAGHINI, 2007). Esse abandono forçado, por razões políticas arbitrárias e autoritárias dariam início a um processo de desconstrução de uma cultura milenar, ainda que disposta a resistir, pela tradição de seu povo.

Os alunos das escolas brasileiras, localizadas perto das comunidades eram filhos de japoneses que não sabiam falar a língua portuguesa; isso causava muito sofrimento nas crianças que tinham dificuldade de assimilar o conteúdo das aulas além do problema de socialização com as outras crianças. (GARDENAL, 2008).

Os caminhos, pela memória familiar, da não reprodução da língua japonesa na família, no período entre 1930/ 1940 foram objeto de estudo que apontam as duas razões pela ausência da reprodução da língua japonesa: o período da Segunda Guerra Mundial, que incluiu as proibições decretadas pelo governo de falar a língua japonesa no Brasil, o fechamento de escolas japonesas e do conformismo de alguns pais, segundo relatos, de que a família era brasileira e “ninguém ia precisar falar japonês no Brasil”. Esta contradição, criada em parte pelo sentimento de frustração de que a volta ao Japão seria difícil, porque ganhar dinheiro não era tão fácil como imaginado, se somaria com a conformação de que a sobrevivência dos filhos dependia da inserção na sociedade brasileira, segundo alguns relatos. (GARDENAL, 2008).

A comunicação entre os membros da comunidade japonesa, o sistema cooperativo, a estrutura social, obrigava o uso da língua em caráter exclusivo e integral.

O fato de distanciar-se da língua, do costume de conversar dentro da família em japonês, caracterizava a fixação definitiva no Brasil e a aceitação da nova pátria e de uma nova terra. Por outro lado, existia um sentimento nítido da preservação.

Mesmo com o sentimento de conservação da língua os descendentes dos imigrantes foram perdendo o contato com o distanciamento da língua-padrão, além da mistura de termos da língua portuguesa, pelo convívio diário com outras pessoas não nativas do Japão. Esse distanciamento foi gerando uma língua considerada “caipira” ou jeito de “falar da roça”. Para os especialistas, os nipo-brasileiros interagem com a comunidade através de uma variante nipo-brasileira, desenvolvida na sociedade que acolheu o imigrante e que contém traços da língua de origem e da língua local. (TAKANO, 2008).

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiro em 1988 mostrou o declínio da língua japonesa entre os descendentes japoneses: no meio rural, em 1958, o português era falado por 11,4% dos moradores da zona rural e por 18,7% dos japoneses moradores da zona urbana. Em 1988 os números evoluíram para 47,38% na zona rural e 66,25% nos moradores das cidades. O idioma japonês, por sua vez, era falado por 60,5% na zona rural e 44,9% dos moradores da zona urbana. Em 1988 os números mostraram que na zona rural caiu para 21,67% e 6,04% das pessoas falavam japonês nas cidades. (HIRAKAWA, 2007). Os números mostram que a conservação da língua japonesa foi sofrendo um processo de aglutinação e aculturação, pela incorporação total da língua portuguesa, por parte dos filhos dos imigrantes.

A Comunidade Yuba, em Mirandópolis, SP, composta de 60 pessoas, descendentes de japoneses na quarta geração (ionseis) é um exemplo que pode servir de estudos e pesquisas sobre a preservação da cultura japonesa, no Brasil. Essa comunidade mantém as tradições, principalmente a língua japonesa, onde todos se comunicam apenas em *nihongô*. A comunidade resistiu ao processo de aculturação por causa do isolamento geográfico que os moradores se encontravam. Os moradores cultivam a terra seguindo um modelo comunitário, onde todos fazem parte de uma grande família. A produção dos alimentos a culinária e atividades artísticas compõem o cenário que mantém a comunidade coexistindo, em 2013. (MATSUYAMA, 2009).

A Comunidade Yuba pode se tornar o último resquício de uma comunidade genuinamente japonesa, nos moldes de uma *mura* do período feudal, fora do Japão.

Para Barthes (2007), a língua de um povo simboliza a própria cultura desse povo, uma vez que é a primeira forma de manifestação ou comunicação; o Japão é uma nação sem a escrita, que foi importada da China, via Coréia, somente no século VII.

A língua herdada de nossos pais nos torna, por nossa vez, pais e proprietários de uma cultura que, precisamente, a história transforma em natureza, há uma ideologia na própria fala. (Barthes, 2007, p.10, *apud* Souza, 2009, p.87).

O autor menciona a ideologia na língua falada, referindo-se a uma distinção entre a língua e cultura. A língua japonesa, como forma de expressão da cultura oriental, carregaria a ideologia na própria fala. Para Barthes (2007), “no Japão não é a voz que comunica, é o corpo todo. No Japão o império dos significantes é tão vasto, excede a tal ponto a fala, que a troca de signos é de uma riqueza, de uma mobilidade, de uma

sutileza fascinante, apesar da opacidade da língua, às vezes mesmo graças a essa opacidade”.

O ensino da língua japonesa aos filhos dos imigrantes foi motivo de preocupação por parte das famílias em razão da volta esperada ao Japão. Com o passar dos anos, o nascimento dos filhos no Brasil, essa preocupação foi perdendo força e as gerações seguintes tendo menos contato com a língua.

#### **4.10 Educação e escolaridade dos filhos dos imigrantes japoneses**

Na ausência de estudos sobre a escolaridade dos imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil, Cardoso (1998) cita um trabalho de Ichihashi (1932) que mostra a valorização da educação, por parte do imigrante japonês. Os casais de imigrantes que chegaram no Brasil, entre 1930-1940, com filhos em idade escolar, contavam com crianças ou jovens, com instrução básica que poderia fazer diferença no dia-a-dia dessas famílias. Nesta época, 99,5% dos jovens estavam em escolas públicas no Japão. Os imigrantes traziam uma formação escolar básica e uma preocupação com a educação dos filhos. O nível educacional dos imigrantes, na pesquisa realizada, mostrava que apenas 0,3% eram analfabetos; nos entrevistados maiores de 15 anos: 0,2% sabiam ler e escrever, 74,2% tinha primário e 25,3% secundário e superior (CARDOSO, 1998).

Uma parte dos imigrantes japoneses, mais velhos, ao chegarem ao Brasil, tinha recebido uma educação escolar com forte ênfase na veneração à figura do Imperador por influência do *Kyoiku-Chokugo* (Edito Imperial da Educação) e pelas *Nitigo Gakko* (escola de língua japonesa que antes da Segunda Guerra era chamada de *Nippon Gakko*, cujo objetivo era tornar a criança um verdadeiro japonês).

Estes números podem ser relacionados com a educação escolar, formal, reforçada com a educação recebida na família: “no Japão é precisamente na família que são aprendidas e meticulosamente observadas as regras de respeito”. (BENEDICT, 2011).

A necessidade de modernização do Japão fez com que o governo investisse na educação. No Governo Meiji dada à fragmentação geográfica do Japão em milhares de ilhas foi reconhecida a autonomia local, com as prefeituras administrando as “*muras*” (Vilas). Os professores são empregados do Estado; mas as prefeituras controlam as escolas, “o Estado regulamenta cada detalhe das escolas e, como na França, cada escola



do país está estudando no mesmo dia a mesma lição, do mesmo compêndio”. (BENEDICT, 2011).

O valor dado à educação dos filhos, pelos imigrantes japoneses, é relacionado com “o Edito aos soldados e marinheiros publicado pelo Imperador Meiji em 1882 e o Edito relativo à educação que constituem as Sagradas Escrituras do Japão”. (BENEDICT, 2011).

A preocupação de muitos imigrantes era que, na volta do Brasil ao Japão, os filhos não fossem discriminados por serem ignorantes. O pai queria que os quatro irmãos estudassem “nem que fosse apenas o básico porque tinha pavor de que fossemos incorporados pela cultura cabocla”. (NAKAGAWA, 2012)

Em 1932 existiam 187 escolas registradas nos municípios brasileiros onde a concentração de famílias japonesas era significativa. Em 1939 passou para 486. Apesar da mobilidade das famílias, de uma região para outra, os filhos continuavam estudando a língua japonesa. Para as famílias “divulgar a cultura japonesa no Brasil era cultivar aspectos como honestidade, dedicação ao trabalho e o alto interesse pela educação”. (ANDO, 1976).

O governo de São Paulo, sensibilizado por essa preocupação, em 1930 considerou que a escolas japonesas deveriam ser registradas como Escola Mista Rural, no Departamento de Educação do Estado.

O crescimento numérico das escolas incluía escolas voltadas à profissionalização como escolas agrícolas, escolas noturnas para jovens e adultos, escola de língua japonesa para criança, escola mista nipo-brasileira (ensino dos dois idiomas), escola dominical, escola primária completa, escola de corte e costura centro de língua japonesa e escolas profissionalizantes. (DEMARTINI, 2000)

Todas essas iniciativas, incluindo ensino profissionalizante mostravam que os imigrantes não estavam apenas de passagem. Se por um lado, os japoneses pretendiam voltar em breve ao Japão, as companhias de emigração japonesas pretendiam que a vinda fosse definitiva.

As colônias japonesas procuravam manter as escolas em funcionamento mesmo durante o período da Segunda Guerra Mundial e com toda repressão policial que se instalou no país.

O valor dado à educação, pelos imigrantes japoneses, pode ser avaliado pelo Censo da Imigração no Brasil, em 1958: entre os nipo-brasileiros, acima de sete anos, apenas 3,19% eram analfabetos e 73,36% estavam matriculados no ensino primário. Em

1989 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informava que 79,9% da população brasileira era alfabetizada e 20,1% analfabetas. Na população em geral, 87,4% das pessoas brancas eram alfabetizadas e 12,6% analfabetas. Dentre os nipo-brasileiros 15,9% chegavam à universidade enquanto a média nacional era de 4,3%. A média de escolaridade brasileira era de 4,7 anos; as pessoas brancas tinham 5,6 anos em média e os descendentes de orientais 8,1 anos. (SETOGUTI, 2008).

A valorização da educação, trazida pelos imigrantes, se manteve, no Brasil, apesar de todas as transformações que o mundo contemporâneo atravessou; autores como Handa (1987), Cardoso (1998) e Hashimoto (2008) concluem que os japoneses conseguiram manter muitos valores da cultura pelo fato dos imigrantes terem vindo como núcleos familiares e conservados até recentemente. Uma entrevistada nissei, de 56 anos diz:

A educação [formal] para eles tem um valor muito grande, pois se os filhos vencerem na vida ou fracassarem, os pais sempre se sentirão responsáveis por eles. Além disso, você sabe *nihonjin* [japonês] tem muito aquilo “do que os outros vão pensar”. (SETOGUTI, 2008) .

Para os japoneses a educação dos filhos extrapolava o âmbito interno da família e era referência para a relação social com a comunidade; como se fosse necessário prestar contas à sociedade. A formação dos filhos em cursos superiores significava status, prestígio, superando, até, o poder financeiro da família.

Para os imigrantes havia a crença de que aprender a língua japonesa equivalia *ipso facto* à aquisição do espírito japonês. (ISUMI, 2010).

A educação e o ensino da língua japonesa aparecem nessa citação como elemento fundamental para entender a propagação e conservação dos costumes japoneses. Com o processo de aculturação, os nipo-brasileiros que não aprenderam a língua japonesa vão perdendo a sua identidade.

#### **4.11 O casamento dos filhos dos imigrantes no Brasil**

A relação do imigrante japonês com a terra, no caso do Brasil, implicava em manter o elo com a Pátria de origem, uma vez que havia uma expectativa muito grande de voltar. O elo com o Japão estava alicerçado nos valores culturais que eram a família, a educação e a religião. Tendo a família como base os imigrantes consideravam “sua

vida privada com forte carga emotiva e funcional”. A ideia da família, como centro das relações seria a aglutinadora dos problemas pessoais e de trabalho. Para os japoneses a família funcionava como ponto de apoio e ligação com os familiares que haviam ficado na terra de origem. O casamento representava a continuidade da família em relação às tradições e aos ancestrais. (HASHIMOTO *et al.*, 2008)

A imigração japonesa, para o Brasil, incentivava os filhos caçulas a deixarem o Japão, uma vez que nos costumes nipônicos os filhos primogênitos ficariam responsáveis pelos negócios da família. “A família que se reproduz no Brasil também se organiza como uma unidade de produção, aproximando-se cada vez mais do conceito de “*ie*”. O “*ie*” seria definido como “um corpo organizacional no qual um empreendimento econômico é mantido baseado na sua propriedade; os membros compartilham a vivência em comum e os antepassados são comumente cultuados”. (SAITO e MAEYAMA, 1973).

O casamento, para o japonês, tem uma concepção diferente em relação aos outros povos, principalmente para os ocidentais. A união matrimonial tem uma função social, de união de famílias no sentido muito mais econômico do que sentimental. Na verdade o sentimento é o que menos conta; o arranjo entre famílias, prática dos tempos feudais, ainda acontece no Japão moderno. (HASHIMOTO *et al.*, 2008).

Os imigrantes japoneses vieram de diversas regiões e províncias do Japão que, por razões históricas, compunham vários feudos, com costumes e dialetos diferentes. Por essas razões os imigrantes vieram se tornar “japoneses” no Brasil; a dificuldade de comunicação atingiu tal proporção que os casamentos entre integrantes de grupos diferentes foram proibidos, pela comunidade. Essa situação levou muitas pessoas a se suicidarem ou fugirem de casa para poder casar. (MANUEL FILHO, 2008).

Na pesquisa de Kubota, (2008) ao entrevistar jovens em Campo Grande, MS, quando perguntado se havia casos de união entre okinawanos e não-okinawanos um entrevistado declarou:

Ah, existem muitos. Vou te dar um exemplo clássico, meu e da minha esposa. O meu pai é descendente de japoneses mesmo, da parte da minha mãe é de Okinawa. Da minha esposa, o pai é da parte japonesa e a mãe de Okinawa. Então, há muito tempo já existe isso, existe um rolo já feito aí. Eu acredito que não exista mais isso. Como eu já vivi isso em termos familiares, hoje não existe mais isso. Assim como toda segregação, existe uma dificuldade de racismo, você tem isso a qualquer hora, em qualquer família pode existir. Pode existir alguma coisa sim, mas...(KUBOTA, 2008, p.154).

Em outra passagem, quando indagado sobre namoro com jovens de outra etnia o entrevistado respondeu:

Para minha avó tem que ser japonês. Tipo, a minha irmã está namorando um brasileiro já vai fazer dois anos, mas minha avó fica falando que não vai dar certo. Japonês com brasileiro não dá certo. ‘Separa depois de sete anos’, ela fala. Ela fala: ‘fulano casou com fulano e agora está separando’. Minha irmã nem liga. Ela não fala nada.

Os exemplos acima mostram que o preconceito existe não só contra os japoneses, mas também, entre eles. Além da preservação da etnia os japoneses tentam manter os costumes dos casamentos arranjados, entre famílias.

A vida no Brasil, com a proximidade com outras famílias iniciou um processo que viria perturbar a tradição dos casamentos arranjados. Os imigrantes procuravam promover o casamento dos filhos com moças ou rapazes, dependendo do caso, da mesma região ou província do Japão. Esse costume faz parte da cultura japonesa e permite a consolidação de alianças onde o noivo ou a noiva são escolhidos entre acordos de família, sem a possibilidade de contestação ou discordância, por parte dos noivos. A preferência dos noivos ou noivas da própria aldeia ou “*mura*” (vila) era um costume que facilitava obter informações sobre os parceiros, a vida da família, os antepassados e outras informações. O objetivo maior era conservar a unidade e a atividade econômica do grupo doméstico. A tradição secular da prática do “*omiai*” começaria a ser afetadas pelas moças e rapazes que desafiavam os pais e escolhiam por conta própria os noivos ou noivas ou, simplesmente, recusavam se casar com o arranjo entre famílias.

Apesar da preferência pelo casamento endogâmico, no Brasil muitos casamentos inter-étnicos foram registrados em livros de memória de famílias; isto sinalizava a ampliação da rede de relações dos japoneses e a criação de relações fora do grupo original. (HASHIMOTO *et al.*, 2008).

Nos estudos sobre a imigração japonesa, poucos casos de suicídios foram veiculados entre a colônia japonesa quando da recusa da noiva em se casar com o escolhido pelo pai; dados sobre este assunto não são comuns na literatura sobre a imigração japonesa. As famílias procuravam omitir as razões dos suicídios, por questões de vergonha ou culpa inculcada fortemente na educação pelo mito de Amaterasu, a deusa do sol. Este mito considerava que Amaterasu teria o poder de conhecer e tirar a vida. Para o japonês, a vergonha ou culpa pode provocar o auto- isolamento e levar ao suicídio, em caso extremo. (CARIGNATO, 2002)

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiro, em 1988, mostrou uma tendência nos casamentos dos descendentes de japoneses: entre os nisseis chegou a 40% os casamentos com pessoas de outras etnias; com os sanseis (terceira geração) chegou a 60%. Com o passar dos anos o processo de aculturação levará a uma miscigenação dos japoneses cada vez maiores. (HIRAKAWA, 2007).

O casamento entre os descendentes de japoneses teve papel importante na preservação dos costumes e, apesar dos dados de pesquisas mostrando o processo de aculturação, as famílias ainda preservam o desejo da manutenção da etnia.

#### **4.12 Os costumes japoneses no Brasil**

A ética da educação e do trabalho, implantada no Período Meiji, que servia aos interesses do Japão na dominação das regiões de Okinawa, Hokkaido, Coréia e Taiwan serviu para a sociedade brasileira pensar seriamente sobre a cultura japonesa, por ocasião da comemoração do Centenário da Imigração Japonesa. Nessas regiões os habitantes eram obrigados a trabalhar para fornecer gêneros ao mercado japonês e estudar a língua para se tornarem súditos dignos de pertencerem ao Grande Império Japonês. A postura conservadora e acrítica em relação à cultura japonesa parece confirmar a ideia de que os descendentes e imigrantes japoneses procuraram ocultar os sérios conflitos que aconteceram no passado. (ODA, 2011).

Os conflitos e sofrimentos dos japoneses foram absorvidos ou esquecidos em razão da maneira com que foram educados, como parte dos costumes e da educação. “A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica de gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo”.(LARAIA, 1986)

A falta de discussões e debates das mudanças e contradições sociais do povo japonês levou ao predomínio das ideias sobre a cultura japonesa. Essas ideias procuram mostrar uma cultura “com totalidade homogênea, imutável e exótica”. O pleno desenvolvimento de uma noção de cultura nacional se dá somente na transição para o Período Meiji (1868-1912) ainda que se busquem as origens desta identidade no Período Edo (1603-1868) (O Período Edo ou Período Tokugawa foi oficialmente estabelecido na capital Edo, futura Tóquio, em 24 de março de 1603, por Tokugawa Ieyasu). (ODA, 2011).

Para entender aspectos da cultura japonesa é preciso voltar no âmbito da família, pilar central do povo nipônico. As regras relacionadas ao respeito são aprendidas e absorvidas na família. Para os japoneses é tão importante que existe uma chamada linguagem de respeito. Esta linguagem é traduzida na maneira de uma pessoa cumprimentar outra, através de gestos, mesuras. As mesuras podem ser “ajoelhar, abaixando as mãos espalmadas no solo” ou inclinar a cabeça ou os ombros. O respeito vem acompanhado da hierarquia e para o japonês começa com a relação ao pai, ao irmão mais velho, ao professor, ao chefe da empresa. (BENEDICT, 2011)

A esposa inclina-se diante do marido, a criança diante do pai, os irmãos mais jovens diante dos mais velhos e a irmã diante de todos os irmãos, qualquer que seja sua idade; não se trata de um gesto vazio; a pessoa que se inclina para outra reconhece o direito do outro interferir em um assunto que ele próprio poderia decidir. O respeito que os alunos têm para com o professor está relacionado com o “*on*”, o dever para com o professor. (BENEDICT, 2011).

A palavra que corresponde a “obrigações”, desde a menor até a maior delas é “*on*”. Em todas as maneiras usadas “*on*” é carga, débito, ônus que se carrega, da melhor forma possível. Receber um “*on*” de alguém, ou seja, ficar devendo uma obrigação pode ter o sentido de uma sensação de fidelidade, como na famosa história de *Hachi*, um cão que esperou até o fim de sua vida, pelo dono que não voltou, no fim de um dia, no ponto do bonde, em Tóquio. A devoção de um filho pela mãe, que para o ocidental é definido como amor, para o japonês é um débito, uma devoção sem limites. O “*on*” para o Imperador é um privilégio, aceito sem contestação, pelo simples fato de ser japonês. (BENEDICT, 2011).

A China teve um papel fundamental e relevante na cultura japonesa, uma vez que serviu de base, modelo e inspiração para a evolução em vários aspectos como arquitetura das cidades, organização do estado, estruturação administrativa, social, escrita, etc. (PEREIRA, 2001).

A construção da cultura japonesa é questionada como um processo ideológico com a finalidade de atender os interesses e propósitos do Estado Militarista Japonês, durante a metade do século XIX. A figura do imperador japonês, que durante séculos exercia um papel simbólico para o povo, por conta do domínio dos senhores feudal (*daimios*) foi resgatada como divindade, sendo um exemplo de tradição inventada. (ODA, 2011)

A essência imutável da cultura japonesa foi objeto de resgate entre 1930 e 1942, por vários intelectuais japoneses que manifestaram um inconformismo com a “ocidentalização” dos costumes e influência europeia, nos estilos de vida mais modernos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota para os americanos o debate sobre a cultura muda radicalmente, com a necessidade de reconstrução do país e desocupação das terras invadidas. Os americanos impuseram uma série de mudanças no Japão que tinham como objetivo eliminar o espírito militarista e o culto ao imperador como figura divina.

Como vitoriosos as autoridades americanas, em Washington, queriam que o Imperador Hiroito fosse responsabilizado pelos crimes de guerra e que a instituição imperial fosse eliminada, como condição básica para a implantação de um regime democrático. O general Douglas McArthur, Comandante-em-chefe das Forças Aliadas de Ocupação do Japão decidiu pela permanência do Imperador que poderia ter um papel simbólico positivo na reconstrução do país, “desde que manipulado adequadamente”. (ODA, 2011).

O estudo sobre o Japão, durante a guerra, foi fundamental para o papel desempenhado pelo General McArthur, na rendição japonesa. A eliminação da figura do Imperador poderia ter levado o Japão a uma comoção nacional sem precedentes e com resultados catastróficos. A partir do pronunciamento do Imperador, em transmissão nacional pelo rádio, declarando a rendição aos americanos, os soldados japoneses regressavam ao Japão, entregavam as armas e retornavam às suas vidas normais. (BENEDICT, 2011)

Os imigrantes japoneses e seus descendentes, após a Segunda Guerra Mundial, viveram o drama da perda de parentes e amigos e o fim do sonho de retornar à pátria de origem. Com o objetivo de manter vivas as tradições e querer cultuar rituais, princípios e costumes os imigrantes fizeram das festividades um fator de resistência cultural; ao longo dos anos, as comemorações e festas típicas contaram com uma rede de organização voluntária. (ODA, 2011).

A relação com a terra e com a natureza, passa pelo senso estético uma vez que, por exemplo, o espaço da moradia, a casa, para o japonês não pode ser separada do seu jardim. A sala, com o “*tatame*” (esteira feita de palha) é um local de contemplação deste mesmo jardim. No início da colonização as famílias não podiam fazer uso do vestuário, alimentação de costume, arquitetura e mobiliário típico. Eram alojadas em galpões, casas de pau-a-pique, chão de terra batida. (HANDA, 1987).

O senso estético dos japoneses sofreu um impacto ao chegarem nas fazendas brasileiras, diante das condições que se apresentavam; haviam saído de uma aldeia, no Japão, de casas individuais, sem cercas e envolvidas por áreas de cultivo; como descrito nos relatos de mulheres sobre esse novo espaço de moradia:

No Japão tínhamos uma preocupação com a arrumação da nossa casa, sempre mantinha uma disposição marcada pela leveza e delicadeza de decoração, onde o tempo e o vento estão sempre harmonizando o ambiente. (WAWZYNIAK, 2004, p. 4)

Os aspectos culturais foram de certa forma esquecidos por um longo período, até os japoneses se tornarem independentes das condições de trabalho assalariado e melhorarem as condições financeiras. Como a preocupação era ganhar dinheiro para voltar ao Japão, a questão artística e estética foi deixada para um segundo plano, pois todos os esforços e o tempo da família estavam voltados para o trabalho duro no campo.

Em entrevista, em 1999, o filho de Torazo Okamoto, patriarca que iniciou o plantio do chá em Registro, SP, conta a sensação que teve ao chegar ao Brasil:

A zona rural era selvagem... aqui em frente tinha uma lagoa e o que tinha de jacaré? Jacaré, cobra em frente de casa. Era selvagem e perigoso andar por aí. Comíamos carne de caça. Éramos verdadeiros índios. Éramos índios. Não era como agora, que o pessoal já vem abonado para a região. Naquele tempo, não. Vinha com trinta e três mil réis no bolso e só. (GONÇALVES, 2008, p.195).

A construção dos jardins típicos japoneses e o plantio de algumas verduras para a culinária japonesa começaram a ser desenvolvidas com a melhora da renda das famílias. (HANDA, 1987). A preocupação com o senso estético teria que esperar a superação de todos os problemas iniciais além da ideia da volta ao Japão que colaborava para a não fixação das raízes em solo brasileiro.

Os japoneses tiveram que superar as dificuldades e melhorar as condições de vida depois de passar de empregado para meeiro e arrendatário para pensarem na questão estética e nas atividades de natureza artística. O japonês, por tradição gosta mais das plantas do que dos animais; o gosto artístico é revelado no plantio de flores, na elaboração do jardim típico, tanque com peixes e *bonsai*. A contemplação do jardim japonês, que fazia parte da vida, no Japão, ficou esquecida nos primeiros anos da imigração. (GONÇALVES, 2009).



A natureza exclusivista dos descendentes dos imigrantes japoneses, ainda que residindo muitos anos no Brasil remonta ao longo período de isolamento imposto pelo regime Tokugawa, com 265 anos de restrições e contato com outras nações. (KAWANO, 2009).

Ao estudar a imigração japonesa no Brasil autores como Dezem (2008) e Ennes (2001) relatam as dificuldades das famílias em sair do isolamento e dos seus círculos de convivência. Os filhos dos japoneses não eram orientados para conviver com a sociedade brasileira e assimilarem a cultura local em razão da ideia de que voltariam em breve ao Japão.

Para Kawano (2009) os momentos de repressão e discriminação, por parte do Estado, no período 1939-1945, contribuíram para o isolamento do imigrante japonês nas colônias. Por outro aspecto os imigrantes tornaram-se mais japoneses como uma reação contra a ordem pública e porque estavam sendo discriminados e perseguidos. Para uma população que por razões culturais não tinha interesse em absorver os costumes brasileiros o fechamento do grupo se deu por razões de precaução e autodefesa. (LESSER, 2001).

O sentido de autodefesa é possível de ser verificado ao estudar a colônia japonesa em Campo Grande; em 2008, cerca de 5.000 famílias de descendentes japoneses estavam na capital do Mato Grosso do Sul. Um fato interessante é constatado que a cidade possui duas associações culturais japonesas: o Nipo Clube, fundado em 1920, e o Clube Okinawa. Uma pesquisa verificou que uma funcionária do Clube Okinawa vê de forma negativa a participação dos jovens sócios do Nipo Clube em frequentar as aulas de *taikô* do Clube Okinawa, alegando que o *taikô* é de Okinawa e os jovens não são. (KUBOTA, 2008,) Essa pesquisa mostra, de um lado, como a comunidade Okinawana se concentrou numa região longe de São Paulo, e, por outro lado a discriminação existente entre os japoneses. Historicamente o Japão anexou Okinawa no século XVI, manteve sob domínio, impondo sua cultura e língua; em 1945 foi ocupada pelos americanos e, posteriormente, em 1972, Okinawa foi devolvida ao Japão. O estudo de Kubota não deixou claro o razão da existência de dois clubes japoneses em Campo Grande.

A comunidade japonesa procurou manter e preservar a identidade étnica e com o tempo passou a integrar a sociedade brasileira. A escola, o trabalho e o espaço público foram os lugares onde aconteceu a construção/ desconstrução e reconstrução da identidade do nipo-brasileiro. O termo nipo-brasileiro surge como uma espécie de

negociação das duas identidades que precisam habitar e conviver no mesmo território em que se encontram. “Na nossa visão os descendentes de japoneses são brasileiros, mesmo que, muitas vezes, o sujeito do cotidiano tenha “cara” de japonês”. (SOUZA,2009).

A preservação da identidade étnica do nipo-brasileiro aconteceu por uma característica cultural japonesa que é o caráter gregário de seu povo: “viver em bando”; associações de vários níveis se organizavam na medida em que a colônia se consolidava. A imigração japonesa, em 2013, conta com descendentes de quarta geração e os princípios e características ainda se mantêm. No município de Pereira Barreto surgiram inúmeras associações de moças, moços, outras com finalidades esportivas, culturais, profissionalizantes e até associações de associações. Eram organizadas sempre que surgiam problemas ou para favorecer o espírito do grupo. Este sentido de organização, mais uma vez, é uma herança trazida da estrutura social japonesa baseada na vila rural (*mura*). As cerimônias, casamentos, festas, eram realizadas segundo a tradição e até as punições dos delitos usava *o mura-hachibu* (ostracismo, o indivíduo era punido com a expulsão da comunidade). (ENNES, 2001).

O papel das atividades festivas desenvolvidas pelos descendentes de japoneses, no Brasil, faz parte de uma tentativa de resistência cultural que tem a finalidade de manter um processo de identidade; por outro lado, mesmo com o passar dos anos, da aculturação sofrida, o nipo-brasileiro não consegue passar despercebido entre a diversidade cultural que construiu o povo brasileiro.

#### **4.13 A culinária japonesa e o imigrante no Brasil**

A culinária, em qualquer país, tem forte ligação com o modo de vida de seu povo. A maneira e os costumes na preparação dos alimentos estão relacionados com a história e trajetória deste povo.

Para entender a importância da culinária na vida das pessoas é preciso considerar que a alimentação tem outro papel, além da satisfação da fome e da sobrevivência humana. Neste sentido “desde os primórdios do surgimento dos seres humanos a alimentação influenciou profundamente na formação e identificação das culturas”. (SOARES; GAUDIOSO, 2012).

Os japoneses, pelas condições geográficas e por séculos de isolamento em relação a outros povos, conservaram os costumes em relação à alimentação de forma muito peculiar e própria.

A culinária, como o culto aos familiares, o modo de se vestir, os banhos quentes diários (“*Ofurô*”) e a cerimônia do chá eram quase que impossíveis nas fazendas de café, no período inicial da colonização japonesa em razão da maneira como aconteceu a imigração ao Brasil. (CARDOSO, 1998).

Os tipos de alimentos do Brasil eram muito diferentes em relação aos que os japoneses estavam acostumados no Japão.

A diferença da alimentação brasileira, em relação à japonesa, gerou graves problemas de saúde, em famílias japonesas que trabalharam na Fazenda Cambuí entre 1913 e 1960 em Matão, SP. Um levantamento dos óbitos, no período citado, constatou que de 261 casos registrados, 129 eram menores de um ano de idade. Essas crianças, em sua maioria, pereceu vítima de doenças comuns da época, motivadas pela desnutrição, fraqueza e debilidade, provocadas, principalmente, pela falta de alimentação do recém-nascido. Quando a mãe tentava suprir esta falta com outro tipo de alimento como leite de vaca, mingaus e outros o recém-nascido morria vítima de disenteria, gastroenterite, toxicose alimentar ou infecções intestinais. (PEDRO, 2005).

Além dos problemas de saúde, decorrentes da alimentação diferente e desconhecida, os japoneses enfrentavam a questão degustativa, do paladar; a alimentação remete a uma lembrança olfativa, relacionada com os costumes. A preservação dos hábitos da culinária japonesa está relacionada com os saberes, habilidades, práticas e com o modo de ser das pessoas. Neste sentido:

Adotar um modelo alimentar significa aderir a um elenco de alimentos, às formas de preparação, às combinações de pratos, ao esquema de cardápio cotidiano, aos temperos e suas formas de uso e ao modo como são compostos os pratos. As práticas alimentares são aprendidas culturalmente e transmitidas de geração em geração, portanto não são facilmente deslocadas e apreendidas. Aderir a um modelo alimentar não se finda nele mesmo, mas no conjunto de valores e símbolos que o acompanham, no corpo de elementos práticos e simbólicos que o constituem. (CANESQUI; GARCIA, 2005. p.283).

Os elementos que constituem a cultura de um povo estão ligados com os costumes, às tradições. Neste sentido “a identidade de um povo se dá, principalmente, por sua língua e por sua cultura alimentar”. (SONATI; SILVA, 2010).

A língua é responsável pela comunicação dos indivíduos, pela transmissão dos ensinamentos e conhecimentos, que levam à compreensão das coisas e do crescimento do próprio indivíduo e de sua coletividade; a sua cultura alimentar remete à sua essência, ao seu passado, às suas origens, à sua formação. Desta forma “os hábitos alimentares não existem isoladamente e nem é possível entender a alimentação de um povo sem ver o todo.” (MACIEL, 2001).

Os hábitos alimentares dos japoneses podem ser analisados em relação ao arroz, componente fundamental da sua alimentação. O arroz não é simplesmente um grão que permite saciar a fome. Por essa razão os japoneses têm uma relação estreita com o *moti*, um bolinho feito de um arroz que gruda, chamado *motigome*. Na sua origem os japoneses acreditavam que cada grão de arroz era habitado pelo espírito da planta. O Xintoísmo acreditava na existência de quarenta mil deuses. Por possuir espírito de incontáveis grãos o *moti* possuía poderes divinos. (LIANG, 2008).

A importância do arroz, para o imigrante japonês era tão grande que o colono não descansava, trabalhava a semana toda no cafezal e, no domingo, ia cuidar do arrozal; “o japonês não está satisfeito se não comer o arroz”. (HANDA, 1987).

Outro alimento tradicional, degustado no café da manhã, pelos japoneses é o *nattô*; feito de soja fermentada é rico em proteínas e foi uma fonte vital de nutrição no período feudal. Este alimento teria sido descoberto, por acaso, durante uma batalha do general Minamoto Yoshiie; o exército teria sido atacado enquanto os soldados destilavam soja para os cavalos; as palhas foram carregadas e dias depois, ao abrirem, perceberam as sementes fermentadas por uma bactéria chamada *Bacillus nattô* que vive na palha de arroz. Os soldados experimentaram e gostaram.

Outro alimento, o *tsukemono*, conserva feito pelos japoneses, no Japão feudal, tinha como finalidade servir de alimento quando o inverno chegava; num verso *Haiku* é possível verificar a importância que esse simples componente da culinária tem para os japoneses: “ uma mosca que pousa na pedra do tsukemono que está a secar; é uma sensação inimaginável para aqueles que só comiam carne seca ou alimentos gordurosos temperados com alho”. (HANDA, 1987)

Barthes (2007) faz uma analogia da alimentação japonesa com a pintura, como se a comida fosse uma escrita, preparada num ritual muito próprio pelo cozinheiro e saboreada como se manipulando uma paleta de pintura:

A bandeja de refeição parece um quadro dos mais delicados: é uma moldura que contém objetos variados (tigelas, caixas, pires, palitos, montinhos miúdos de alimentos, um pouco de gengibre cinza, alguns fiapos de legumes alaranjados, um fundo de molho marrom) e como esses recipientes e esses pedaços de alimentos são exíguos e tênues, mas numerosos, essas bandejas realizam a definição da pintura. No entanto a ordem está destinada a ser desfeita, refeita segundo o próprio ritmo da alimentação. O que era quadro imobilizado torna-se espaço não de vista, mas de se fazer, ou de um jogo. A pintura era apenas uma paleta com a qual você vai jogar enquanto come colhendo aqui uma pitada de legumes, ali de arroz, ali de condimento, ali um gole de sopa, segundo uma alternância livre, como um grafista (precisamente japonês) instalado diante de um conjunto de potinhos de tinta. ... Da pintura, a comida japonesa toma ainda a qualidade menos imediatamente visual, a qualidade mais profunda e engajada no corpo, que é não a cor, mas o toque. (Barthes, 2007, 07-38)

A culinária japonesa, apesar da sua simplicidade em termos de composição ou opções, reflete as possibilidades que o agricultor conseguia obter em seu trabalho no campo. O pouco espaço de terra para cultivo, aliado à dependência do plantio do arroz, criou hábitos de uma alimentação frugal, econômica mas com forte dose de preocupação estética na sua apresentação à mesa.

#### **4.14 A espiritualidade dos imigrantes e descendentes**

A espiritualidade para o japonês sempre ocupou um lugar de destaque na sua relação com a vida e com o mundo. O budismo, originário da Índia no século V antes de Cristo só seria introduzido no Japão no século VI d.C. através da Coreia e era voltado para as camadas mais nobres do Japão.

No Budismo Nichiren os serviços funerais começam a ser realizados por pessoas leigas; até então, os funerais exigiam a contratação de um sacerdote para dar um nome cerimonial ao falecido (*Kaiyô*) ou o nome póstumo budista e recitar um *sutra* (escritura

budista). A corrente Nichiren dá início a associação dos serviços funerais budistas e os ritos folclóricos em memória aos ancestrais. O culto aos ancestrais era praticado antes da introdução do Budismo no Japão. A relação do culto aos ancestrais estava relacionada com as cerimônias que antecederiam a colheita no campo e a lembrança dos espíritos dos mortos.

Toshizô Nishida (1850-1918) um líder religioso fundou o movimento *Bussho Gonenkai Kyôdan*. Os seguidores budistas deveriam fazer o culto aos antepassados nas suas casas, não no templo, colocando num livro de registro da família os nomes dos falecidos. Ao contrário da tradição, Nishida orientava que a obrigação do culto aos antepassados deveria ser de todos os membros da família e não apenas do filho mais velho. (PEREIRA, 2001).

Durante o período Tokugawa o governo mostrava sua capacidade de controle sobre os cidadãos utilizando o budismo a favor do Estado; em todo vilarejo havia, pelo menos, um templo budista e cada família tinha que se filiar ao templo, independente da seita que seguia, para receber um certificado de filiação. Com este procedimento estava afiliado ao longo de várias gerações. Os templos budistas cumpriam o papel de centros religiosos, artísticos e educacionais.

Na Era Meiji (1868-1912) o Budismo perde sua força ao ser perseguido com o restabelecimento do Xintoísmo (culto aos deuses). Ocorre uma aliança de certos ramos do Budismo Nichiren (linha que pregava a fé no Sutra de Lótus) com o movimento Nacionalista. Novas religiões surgem neste momento e os ramos budistas na sua quase totalidade apoiam o militarismo japonês. O Governo Meiji, para enfraquecer o Budismo na população, cria o Sistema Público de Ensino.

O imigrante acreditava que tinha deixado a religião no Japão e que o culto aos antepassados era responsabilidade do irmão mais velho que lá ficara. Como a vinda ao Brasil tinha um caráter temporário, ganharia muito dinheiro e voltaria: a questão da espiritualidade estava assim resolvida. A história mostra que a maioria dos imigrantes não voltou ao Japão. Os japoneses foram ficando e muitos foram enterrados nas cidades por onde passaram. O deslocamento dos colonos, em busca de melhores oportunidades criou uma situação delicada a ser administrada em relação aos mortos que foram sepultados em cidades distantes, ao longo da jornada dos imigrantes. (HANDA 1987 e WAWZYNIAK, 2004).

Um estudo sobre a Colônia Brejão, em Álvares Machado, SP, relata as dificuldades enfrentadas pelos japoneses. Em 1923 a colônia tinha 151 famílias, sendo

67 proprietários e 84 arrendatários e colonos. Em razão dos constantes falecimentos por doenças desconhecidas, atendimento médico precário e falta de medicamentos houve a necessidade de construção de um cemitério local. Na época os enterros eram feitos em Veado, distante 15 quilômetros da colônia; a estrada era uma “picada” na mata e o transporte muito difícil. Em 1918 foi construído o Cemitério do Shibu, único da América Latina, tombado pelo CONDEPHAAT, como patrimônio histórico; são 784 pessoas sepultadas e apenas um não descendente de japoneses. (TAKENAKA, 2002).

Uma variante do budismo, a doutrina Messiânica, criada por Mokiti Okada em 1935, trouxe como contribuição para a agricultura a crença na importância da alimentação natural, em razão dos três pilares da religião: *Johrei*, Agricultura Natural e o Belo. O *Johrei* seria a transmissão da Luz Divina, através da palma da mão; o Belo é a valorização da beleza na arte e no dia-a-dia das pessoas. Essa valorização seria uma forma de elevar as pessoas; um dos exemplos seria a prática de *Ikebana*, o arranjo de flores japônês. Para os japoneses a natureza, as flores, as estações do ano são muito valorizadas. A doutrina messiânica iria influenciar os imigrantes japoneses que viriam para o Brasil, a partir de 1935, ainda que a maioria fosse budista. (GONÇALVES, 2008).

Nos preceitos da Igreja Messiânica os antepassados, quando perdem o corpo físico, continuam num corpo espiritual; por esse motivo, quanto mais as pessoas agradecerem os antepassados mais graças receberão, garantindo um futuro mais próspero. (SILVA, 2011).

A valorização e manutenção da terra, a verdade, o bem e o belo, para os japoneses, se complementariam, dentro dos valores trazidos pelos antepassados.

Segundo dados da Imigração Brasileira, no porto de Santos, até 1936, entraram 176.755 japoneses, sendo 1,33% católicos; os demais eram budistas ou católicos, conforme os registros da época.

Os imigrantes japoneses foram os maiores divulgadores do Budismo em todo o mundo. A relação do japonês com a terra se ampara no culto aos antepassados, nas festividades da colheita na agricultura, na estrutura familiar e na sua espiritualidade. Conservar a terra tinha um significado em manter a propriedade de seus ancestrais.

Neste contexto o trabalho na agricultura, a espiritualidade, o culto aos ancestrais, o valor da família, a relação com a natureza podem ajudar a entender a relação que o japonês tem com a terra. (PEREIRA, 2001).

A relação do imigrante japonês com a espiritualidade ficava em segundo plano, quando comparada com a educação e cultura; quando os japoneses se reuniam, numa determinada região, procuravam formar, de imediato uma associação e, em seguida uma escola primária. Não havia a mesma preocupação em relação a construção de um templo ou igreja. (HIRAKAWA, 2007)

Para entender a preocupação com a espiritualidade, o retorno à terra dos antepassados, neste *Haiku*, a autora mostra a sua preocupação em permanecer no Brasil, não mais retornando ao Japão; por isso a importância de comprar um lugar no cemitério, com a colheita de outono:

NENGAN GA KANAI BOCHI KAU TOYO NO AKI

O grande anseio

poder comprar um lugar no cemitério

com a colheita de outono.

(ISUMI, 2010 p. 118)

(A poesia haikai ou haiku, é caracterizada por três versos: a primeira linha com 5 caracteres e 5 sílabas; a segunda linha com 7 caracteres e 7 sílabas e a terceira linha com 5 caracteres e 5 sílabas).

Ao estudar o declínio do budismo entre os japoneses, Usarski (2008) avaliou como a mobilidade geográfica e social afetou a continuidade da transmissão dos valores da cultura para os membros da família. Ao deixarem o meio rural e mudarem para as cidades os japoneses se dispersaram. Outro fator decisivo no processo de mudança foi o não aprendizado da língua japonesa, pois a língua é uma ferramenta básica de expressão, preservação e transmissão de uma cultura. Ao perder o contato com a língua materna, os descendentes de japoneses correm o risco de não preservar a cultura de sua origem e perder os costumes. A ausência da língua japonesa leva ao abandono da religião de seus antepassados (budista, xintoísta, messiânica e outras). As mudanças na religião aconteceram, também, com os casamentos dos filhos na igreja católica e posteriores batizados. O desconhecimento da língua japonesa leva ao desapego da música, cinema, teatro, revistas, literatura e outras manifestações artísticas, pela incompreensão do significado.



#### 4.14.1 O sofrimento que foi escondido

Carignato (2002) relata que os diários japoneses eram a única forma de registro das histórias e sofrimentos vividos, após a chegada ao Brasil. O japonês, por causa da sua educação, não falava, não expunha seus sentimentos. A mulher japonesa, através das histórias contadas aos filhos extravasava seus sentimentos. Na literatura, os versos da poesia *tanka* (poesia japonesa escrita em 32 sílabas: 7-5-7-7-7) era a forma do japonês exteriorizar o que sentia, de forma muito sintetizada, curta, crua e dura, como apresentado a seguir:

TATAKAI WA	A guerra
SOKOKU NI SEMARI	está findando na terra do pai
SENJÔ NO	os nomes dos campos de batalha
NAMO MIMI NI YASUKI	foram ficando mais familiares
IOTÔ SURIBACHIYAMA	Iwojima e Monte Suribachi

(KIYOTANI, 1945, in: HASHIMOTO *et al*, 2008, P.327-339).

ATSUTÔ	Foi angustiante
SHUBIHEI ZENMETSU O	quando a guarnição de Attu
MODAERISHI GA	foi aniquilada
OKINAWA NI USHINAERU WA	mas em Okinawa
IKUMAN NARAMU	quantos milhares estão perdidos?

(KIYOTANI, 1945, in: HASHIMOTO *et al*, 2008, P.327-339).

A Colônia Hirano, às margens do rio Dourado, na região de Cafelândia, SP, foi palco de uma tragédia pouco lembrada; Carignato (2002) escreveu sobre a passagem em “A Morte na Mata das Ilusões”, de Masao Daigo (1997): uma epidemia de malária fez a primeira vítima entre os japoneses em 29 de dezembro de 1915: Sen Fumino, de 44 anos, tendo chegado no Brasil em 1910. O autor descreve as mortes, nome a nome, as famílias, o parentesco, sofrimento inimaginável, que se arrastou até junho de 1916. No total cerca de oitenta japoneses morreram. Uma tragédia entre tantas outras que ficaram à margem da história. A perda de familiares, de muitas crianças, marcou os primeiros anos da imigração japonesa, em terras brasileiras. As famílias, em deslocamento, entre as fazendas e cidades foram deixando seus entes, seus parentes, partes de suas histórias. (TAKENAKA, 2002).

Essa incapacidade de expressar suas emoções só foi registrada nos *haikais*. Hidekazu Masuda chegou ao Brasil em 1929, após concluir o curso de Escola de Comércio Okura, de Osaka. Artista plástico, pintor, poeta e jornalista; das lembranças do avô, “sempre muito severo, de pouco falar e sorrir, quase nunca demonstrava suas emoções”. Escreveu esse haicai:

Doce e tenro o inhome  
saudades até do avô  
de pouco sorrir

(ODA,2000,in: HASHIMOTO *et al*, 2008, p.341-371).

As lembranças e a memória fazem parte de um processo de reconstrução. Ocada (2006) cita “a reconstrução dos fios partidos da memória” e o uso da história oral para conhecer um pouco da história da imigração japonesa ao Brasil.

O trabalho do pesquisador, de reconstruir e ligar esses fios partidos da memória se depara com a ação do tempo, e das barreiras criadas pelo sofrimento vivido pelos imigrantes. A memória, por sua vez, “reinterpreta o passado, transformando o presente e reconstruindo os significados das ações dos indivíduos e dos grupos”. (SILVA, 2004, p.46 *apud* Ocada, 2006).

A reconstrução dos significados das ações vividas e sofridas coloca o sofrimento em lugares mais escondidos da memória como uma forma de sublimação ou defesa. Os sonhos da volta ao país de origem, pelos pais que no Brasil ficaram por toda uma vida, emergem com os filhos e netos, nos anos de 1980, em busca de um novo Japão como descrito:

O desejo de retornar sempre se manteve muito vivo e forte na mente do imigrante, ainda que se expressasse pelo desejo de fazer uma breve viagem ao país de origem... Enquanto o viajante teme o que não conhece, aquele que retorna teme o que já conheceu, teme não reencontrar o que foi ali deixado, aquelas imagens fortemente registradas na memória. É como que se uma parte do sujeito, de repente, desaparecesse, morresse, deixasse de existir. Como que se ele sofresse uma amputação, um corte com sua origem e não conseguisse mais reconhecer suas filiações primárias; como se os marcos de sua origem tivessem sido removidos e ele ficasse à deriva, sem ancoradouros.” (STERZA, 2008, p. 109).

Essa volta dos filhos dos japoneses, ao Japão, como um retorno dos sonhos trazidos pelos pais, pode não significar o reencontro do que lá foi deixado. Para compreender o sofrimento vivido e as dificuldades encontradas pelos imigrantes japoneses é preciso “buscar no passado elementos que aprofundam as diferenças entre o

modo de vida do imigrante e a população local.” Essas diferenças podem ser um recurso que caracteriza de forma simbólica as fronteiras entre o conhecido e o desconhecido (WAWZYNIAK, 2004).

A vinda dos japoneses ao Brasil, a partir de 1908, foi um “mergulho no desconhecido”; não estavam preparados e não sabiam o que iam encontrar, como relata uma descendente da primeira leva:

O começo foi muito difícil. Ficamos todos juntos em uma casa simples de madeira, com dois quartos, que ficava no alto de um morro. Para tomar banho, tirávamos água do poço, esquentávamos no fogão a lenha e usávamos uma bacia. Na hora de dormir, a gente colocava o *futon* (colchão japonês) no chão, que fora trazido na viagem. Não tínhamos banheiro. Usávamos um buraco cavado atrás da casa. Um dia vi mamãe chorando escondido. Filha única, ela nunca havia usado uma enxada na vida no Japão e suas mãos tinham ficado cheias de calo. A família dela era mais rica que a do meu pai e, antes de vir, diziam que no Brasil ela só cuidaria da casa. Mentira. Ela também cuidava da casa e ainda trabalhava no cafezal. (HIGUCHI, 2003, p.103-104 *apud* WAWZYNIAK, 2004).

Entre os elementos constituídos de memória, Michel Pollak refere-se aos “vestígios de todos da memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento” como um problema, pois: “em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora vão faltar no relato ou na biografia”. (Pollak, 1992).

Os vestígios na memória ficam gravados como Shungoro Wako, autor de várias obras relacionadas com os japoneses no Brasil escreveu:

"Transcorreram trinta anos desde que chegamos a este país. Nesse lapso de tempo pereceram, vitimados por várias causas, um total de quase vinte mil almas, entre velhos, jovens, homens e mulheres. Voltar ao Japão, abandonando seus túmulos, não constitui absolutamente o caminho certo com respeito aos nossos antepassados...". (WAKO, 1939 *apud* WAKISAKA, 1992, p 241.).

O sofrimento vivido pelos imigrantes japoneses, no Brasil, com a perda de filhos, e parentes, por conta do desconhecimento e dificuldades, em relação à nova terra, pode ser traduzido nesta afirmação: “Fica o que significa. E o que já se disse a respeito da memória. Há sensações, lembranças e experiências que se guardam no mais profundo silêncio individual”. (MARTINELLO, 2009).

Este silêncio está guardado na Colônia Ramos, comunidade japonesa, em Curitiba, SC, onde um sobrevivente da bomba atômica na Segunda Guerra, conta sua experiência:

Kazumi não perdeu nenhum parente, mas chorou a morte de 240 dos 360 colegas de classe. Ao longo dos anos, muitos japoneses morreram em decorrência dos ataques atômicos e crianças nasceram com defeitos físicos. Kazumi segue saudável, trabalha, caminha, é lúcido. Aos 78 anos, não apresenta sequelas. Calcula-se que vivam no Brasil cem sobreviventes das bombas atômicas. Em Frei Rogério eram sete. Dois morreram de câncer, provavelmente pela radiação, dois estão no Japão para tratamento de saúde e três continuam na Colônia Celso Ramos. (Jornal **Diário Catarinense**, 18 de junho de 2007, p.05.)

Há relatos de momentos de tristeza: a perda de um filho recém-nascido, causada pelo excesso de trabalho que culminava com a falta de cuidados com as crianças. As histórias dos imigrantes japoneses são muito parecidas. Os sonhos eram os mesmos: um lugar onde fosse possível prosperar.

Então, eu perdi o primeiro filho. Morreu com três meses de nascido. Eu trabalhava na roça. E, naquele tempo, gente japonesa não pensa em família, pensa só em trabalhar. Aí tinha plantação de tomate. Aí eu não tinha leite, dei mamadeira para neném, coloquei na cama, não deixei arrotar, coloquei na cama e ficava pensando no meu serviço. Agora penso, não pode pensar isso, não pode fazer isso, eu estou arrependida porque fiz isso, mas tem marido, tem sogra, tudo. Primeiro é serviço que pensa. (Kubota, 2008).

O sofrimento não revelado, omitido em muitos relatos da literatura, caracteriza a formação do povo japonês, principalmente da figura masculina, condicionada pela educação a não demonstrar os sentimentos.

#### **4.15 A terceira fase: pós 2ª guerra mundial (1950)**

A partir de 1950 a produção agrícola do Oeste Paulista começa a perder lugar e importância para a pecuária, para a especulação imobiliária e para a indústria. Com o declínio da monocultura do café e algodão os japoneses começam a se destacar com as pequenas propriedades e policultura com o trabalho familiar. (SOUSA, 2010).

Entre 1952 e 1963 entraram no Brasil 45.650 japoneses e que se concentraram, no início, no estado de São Paulo. A importância dos japoneses está relacionada com o

seu papel econômico, com a mão-de-obra e como introdutor de técnicas novas, principalmente na agricultura. (SUZUKI e WAKISAKA, 1992).

A maioria dos japoneses que ficou na atividade rural, até 1998 “teve uma participação na produção agrícola muito superior ao seu efetivo demográfico, mantendo, inclusive, um quase monopólio de certos produtos como chá, pimenta e hortelã”. Os japoneses tinham como característica, em relação à terra, uma tendência a especialização de algumas culturas, de uma busca intensa por produtividade, diferente das observadas por outras correntes de agricultores imigrantes. Na produção de café, o japonês era responsável pela produção de 5,9% do Brasil, 7,07% do café do Paraná e 13,74% de São Paulo. Em relação ao algodão os japoneses respondiam por 11,58% da produção brasileira, sendo 26,77% da produção de São Paulo e 20,01% do Paraná. Na produção de chá, os japoneses representavam 92,05% em São Paulo. (CARDOSO, 1998).

Outros produtos como óleo de hortelã, rami, amendoim, tomate, batata, ovos e frangos tinham na colônia japonesa grande produtores. Os japoneses que deixaram as atividades na agricultura buscaram os espaços urbanos do Oeste Paulista porque as cidades formadas ao longo das ferrovias concentravam pessoas, produção e serviços. Os japoneses começaram em trabalho autônomo, não assalariado, com o objetivo de conquistar sua independência financeira. Outros japoneses trabalhavam como empregados em empresas como BRATAC, Banco Tozam, Brazcot, Banco Noroeste, Banco do Brasil, Companhia Prudência de Capitalizações, etc. Alguns abriram pequenos negócios como armazéns, bares, pensões, restaurantes, lojas, oficinas, tinturarias, etc. Com a insistência na educação dos filhos, os japoneses começaram a entrar nas universidades de São Paulo, tornando-se médicos, engenheiros, dentistas. (SOUSA, 2010).

As novas regiões em expansão exigiam dos fazendeiros uma nova postura, com as fazendas organizadas no modelo capitalista, com controles de custos e lucros. O fazendeiro de café assume a função de empresário agrícola com ligação com empresas de exportações, bancos de financiamento, crédito, etc. O imigrante japonês, dentro deste novo contexto, passa a ter oportunidades de inserção no comércio, serviços, além do trabalho na agricultura.

A inserção do imigrante na agricultura como uma forma de introdução do trabalho assalariado em grande escala, permitiu a mudança de uma condição de trabalho considerado escravo para a de um trabalhador livre, sendo condição fundamental para as

transformações que ocorreram no sistema econômico brasileiro e, por isso mesmo, os estrangeiros foram personagens importantes deste progresso. (CARDOSO, 1998).

O período que se inicia após o final da Segunda Guerra Mundial é caracterizado pelas mudanças no processo produtivo e industrial e possibilita o surgimento de indústrias de bens e serviços que vão oferecer oportunidades de trabalho nas cidades, para muitos filhos de imigrantes, além das possibilidades de estudos nas grandes cidades.

#### **4.16 Contribuições dos japoneses ao Brasil em outros setores**

A contribuição dos japoneses no Estado de São Paulo, entre 1908 e 1958 esteve ligada em grande parte com a produção agrícola. O desenvolvimento do estado foi acompanhado pela participação dos japoneses que buscaram formas de inclusão na estrutura social brasileira, buscando estratégias e desenvolvendo o trabalho na agricultura de forma a aprimorar as técnicas de cultivo e buscando o máximo de produtividade.

A grande mobilidade geográfica demonstra que os imigrantes japoneses buscavam alternativas e melhores condições de trabalho, indo para as cidades, abrindo estabelecimentos e comércios além de maior lucratividade com o trabalho na terra.

Alguns imigrantes japoneses puderam deixar a agricultura e investir em outras áreas porque, nos anos de 1930 os empresários regionais preferiram aplicar o capital na agropecuária, que estava substituindo os grandes cafezais afetados pela crise de 1929, e em imóveis. Alguns japoneses empreendedores, de forma modesta, com o capital acumulado com o trabalho na lavoura, abriram empresas produtoras de molhos, bebidas, fiação de seda e equipamentos agrícolas, entre outras. (SOUSA, 2010).

Os irmãos Sukekichi e Hidekazu Nakaya, provenientes de Matsuyama, cidade de Ehime-ken, Japão, chegaram ao Brasil em 1932. Vieram para trabalhar no café, na fazenda Barra Mansa em Promissão – São Paulo. Com o conhecimento industrial que tinham no Japão acabaram montando uma indústria brasileira, chamada Sakura Nakaya Alimentos Ltda., que se tornou conhecida nacionalmente. (SOUSA, 2010).

As empresas estabelecidas em Presidente Prudente surgiram nos anos de 1945, 1947 e 1948, logo ao final da Segunda Guerra Mundial. Apesar das restrições sofridas em função do conflito mundial os japoneses iniciaram os empreendimentos, mostrando que estavam incorporados e aceitando o Brasil como pátria definitiva. Todas as

empresas eram do ramo de alimentos como chocolate em pó, "catchup", groselha, *shoyu*, batidinha, *vodka*, licor, cachaça, molho de pimenta, molho inglês, molho de alho, refrigerante (tubaína), palmito em conserva, *saquê*, entre outros. (SOUSA, 2010).

Na região de Marília, Pompéia e Álvares Machado, interior de São Paulo, em 1940, 1943, 1945, 1967 e 1992 surgiram outras indústrias nipo-brasileiras de bens de capital, nos ramos de móveis, esquadrias metálicas, máquinas e equipamentos agrícolas.

O grupo Jacto surgiu do pioneirismo de Shunji Nishimura, imigrante japonês que veio ao Brasil em 1932, com 22 anos de idade. Nishimura trazia na bagagem cem ienes em dinheiro, o equivalente em 2013 a um dólar americano. Nishimura passou pelo Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Botucatu e trabalhou nas lavouras de café. Em Pompéia abriu uma pequena oficina de consertos, em 1938 que viria a se transformar numa grande indústria: a Máquinas Agrícolas Jacto. (HERRERA *et al*, 2004)

Com a Segunda Guerra mundial as importações de máquinas foram prejudicadas e Nishimura iniciou pequenos projetos para minimizar os problemas dos agricultores da região que vivia da produção do café e do algodão. A pequena oficina começou a fabricar utensílios domésticos, plantadeiras manuais para algodão e amendoim máquinas de beneficiamento de grãos. Em 1948 lançou e patenteou uma polvilhadeira e em seguida pulverizadores (costais, motorizados e tratorizados).

A empresa se tornou conhecida mundialmente com a produção de colheitadeiras, lavadoras de alta pressão, carrinhos elétricos, tanques para tratamento de esgoto residencial e industrial. A contribuição de Nishimura, para a agricultura nacional inclui a fabricação de embalagens plásticas, cochos de alimentação de gado, caixas d'água, equipamentos para jardinagem, etc.

Após seis anos de estudos, em 1973, a empresa lançou no mercado a primeira colhedora de café do mundo. Em 2008, após dez anos de pesquisas a Jacto lançou uma máquina colhedora de laranja. Segundo Herrera, o imigrante criou a Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia que mantém uma escola técnica agrícola com cursos para a formação de mão-de-obra especializada para a agricultura, além de três colégios na cidade de Pompéia. (HERRERA *et al*, 2004).

A especialização em determinadas atividades ou tipos específicos de agricultura precisam ser analisados levando em consideração o contexto de expansão da economia paulista. O caso dos japoneses em São Paulo envolve aspectos específicos que precisam ser analisados para entender o comportamento e a trajetória dos japoneses e "o

cooperativismo agrícola pode ser considerado o exemplo mais ilustrativo deste grupo”. (TANIGUTI, 2012).

As oportunidades geradas pelas necessidades do país levaram os imigrantes e descendentes a buscar alternativas de trabalho e alguns empreendedores a estabelecerem negócios voltados para hortifrutigranjeiros, produtos de consumo da colônia japonesa, entre outros.

#### **4.17 O Cooperativismo entre os japoneses no Brasil**

Os japoneses que se localizavam nas novas zonas cafeeiras, como pequenos proprietários, alcançavam um feito que não conseguiram realizar no Japão. Na condição de imigrantes, vindos sem nenhum recurso, na sua grande maioria, conseguiram atingir uma meta sonhada. “Os japoneses, acostumados com uma renda que permite subsistir, costumes sociais de submissão, em relação aos donos de terras no Japão” encontra, no Brasil, a possibilidade concreta de serem donos de um pedaço de terra. Esta possibilidade, inimaginável no Japão, acaba criando a condição para que os imigrantes acabassem se fixando, definitivamente, no país. (SAITO & MAEYAMA, 1973).

A passagem do imigrante japonês, da condição de contratado-assalariado, arrendatário e proprietário de terra teve como base o trabalho cooperativo de todos os membros da família, como uma unidade de trabalho. As informações obtidas pela Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa mostram “essa característica do movimento que transforma o colono em arrendatário, proprietário ou empresário urbano”. O colono japonês não passa para a condição de arrendatário ou pequeno proprietário somente com a capacidade de fazer economias ou poupança mas foi ajudado pela solidariedade nacional e o aparecimento da noção de colônia. (CARDOSO, 1998).

A colônia japonesa é definida como o agrupamento organizado nas fazendas, com uma estrutura e hierarquia informal, baseada no conceito da vila rural no Japão (*mura*).

O imigrante assalariado, em busca de melhores condições de trabalho acaba sendo orientado por conterrâneos e se incorporando nos agrupamentos, núcleos e colônias. Os núcleos eram os loteamentos organizados pelas companhias de colonização



e imigração como Aliança, Iguape, entre outros. As empresas japonesas que organizaram a colonização no Brasil, facilitaram aos imigrantes a compra de pequenas áreas de terras e a formação das cooperativas permitiu a sobrevivência econômica de seus associados. (CARDOSO, 1998).

Do sonho inimaginável de ser proprietário de terras, no Japão, o cooperativismo, a união e solidariedade, concretizavam a posse de terras, no Brasil. A grande maioria dos japoneses veio após 1920 e passaram os dez primeiros anos trabalhando como assalariados, enfrentando muitas dificuldades. Os japoneses conseguiram guardar um pouco de dinheiro e começaram a comprar pequenas área de terra, ou arrendar, ou como meeiros, melhorando as condições de vida. (TANIGUTI, 2012).

Uma regulamentação do Governo, em 22 de novembro de 1932, permitiu que as terras fossem loteadas em pequenas propriedades, em razão da crise no café em 1929. A possibilidade de comprar pequenas áreas permitiu que os japoneses pudessem desenvolver outras culturas, de ciclo mais rápido, e, assim, começaram a mudar a sua condição social. Com a fixação definitiva em determinada região, o sonho de voltar ao Japão ia ficando mais distante. O cooperativismo veio reforçar o conceito de “*Mura*” com os associados das cooperativas ganhando força, negociando melhor seus produtos agrícolas. Com a união das famílias, as dificuldades iam sendo gradativamente superadas e a necessidade de mudanças, de busca por outras terras, foi se enfraquecendo. (TANIGUTI, 2012).

O deslocamento geográfico dos imigrantes, em busca de terras novas e atraídos pela procura de mão-de-obra, permitiu um crescimento dos japoneses em outras regiões do estado de São Paulo. Esse deslocamento geográfico permitiu que agricultores se estabelecessem próximos à capital paulista e arrendassem pequenas áreas de terra. Kenhiti Simomoto, que viera ainda criança, em 1915, voltou ao Japão e estudou um modelo de cooperativismo, em 1925. Simomoto retorna ao Brasil, em 1927, criando a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata, em Cotia, a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). O cooperativismo agrícola foi fundamental ao coordenar a produção dos japoneses e desenvolver a logística para chegar no mercado consumidor de uma grande cidade como São Paulo. (TANIGUTI, 2012).

As cooperativas ligadas aos japoneses, em trabalho de Seabra (1977), são citadas na Tabela 3, mostrando que, na década de 1930, os japoneses contavam com as

cooperativas para a comercialização da produção na agricultura em várias regiões do estado de São Paulo.

**TABELA 3:** Cooperativas ligadas à coletividade de origem japonesa – associados segundo origem – final da década de 1930.

<i>Cooperativas</i>	<i>Associados</i>	<i>Japoneses e desc. (%)</i>	<i>Brasileiros (%)</i>	<i>Outros</i>
CAC	1360	90,3	7,7	2
CCA Sul-Brasil	125	99,2	0,8	-
CA Bandeirante	47	100	-	-
CAM de Mogi das Cruzes	418	95,5	1,4	3,1
SCA de Bastos	700	100	-	-
CA de Fda Tietê	567	100	-	-
CP de Banana de Juquiá	279	100	-	-
CAM de Cafelândia	269	94,8	4,1	1,1
SC do 2º Núcleo colonial de Utsuka	161	100	-	-
CA Garça-Vera Cruz	157	100	-	-
CAM de Pompéia	117	100	-	-
SCA dos Agricultores de Registro	85	100	-	-
CA de Getulina	83	98,8	1,2	-
CA de Marília	78	100	-	-
CA de Monte Alto	71	100	-	-
CAM de Taquaritinga	71	100	-	-
CA da Fazenda Aliança	70	100	-	-
CA de Avaré	69	100	-	-
CA de Paraguaçu	63	100	-	-
CA da Araçatuba	57	100	-	-
SCA Suburbana da Capital	45	100	-	-
CA de Ourinhos	36	100	-	-
CAM de Suzano	10	100	-	-

Fonte: SEABRA, 1977, p.33

Legenda: CAC= Cooperativa Agrícola de Cotia CA= Cooperativa Agrícola  
CAM= Cooperativa Agrícola Mista SCA= Sociedade Cooperativa Agrícola  
CCA= Cooperativa Central Agrícola CP= Cooperativa de Produtores

Os dados indicam que havia em 1977, 23 cooperativas com 4.938 cooperados, sendo 78,6% de japoneses com 3.881 cooperados. Em 18 delas (78,26%) a participação dos japoneses era de 100%. Com o cooperativismo, os três fatores fundamentais da relação do japonês com a terra, foram se solidificando no Brasil: a família, a residência e a cooperação econômica. (CARDOSO, 1998).

A grande contribuição da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) foi a demonstração da viabilidade econômica de pequena propriedade agrícola. Além dos avanços do ponto de vista técnico e de gestão, a CAC serviu para orientar os pequenos agricultores que “por meio de uma exploração racional e de alta performance a pequena propriedade poderia ser economicamente viável.”. (HIRATA, 2008).

A policultura (diversificação da produção) surge como uma maneira de conseguir alternativas para assegurar uma renda fixa, em razão das oscilações da monocultura como o café, algodão, etc. Os fazendeiros que tinham no café sua principal atividade começam a plantar outras culturas como rícino, mandioca, tungue, sisal, rami e amendoim. O Brasil tinha um grande consumo de sacas para embalar o café, arroz, e outros e dependia do fornecimento das fibras da Índia e a produção brasileira viria atender essa demanda. Os melhores resultados vieram da associação da cultura de algodão com batata. O consumo de batata, em São Paulo, aumentava gradativamente e os horticultores dos arredores da capital não conseguiam produzir em quantidade suficiente para atender a demanda. A Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) ajudou na comercialização da batata, dos pequenos lavradores da região de Presidente Prudente e Presidente Bernardes. A batata se tornaria o elemento de união dos integrantes da Cooperativa, uma vez que possuía duas safras anuais: a batata da seca, colhida no inverno e a batata das águas, que terminava no final do ano. (MONBEIG, 1984).

Nem todas as inovações dos japoneses foram coroadas de êxito; a perspicácia dos japoneses falhou, em alguns momentos, como no caso do plantio de menta. Em 1944 uma campanha de grande alcance foi levada aos agricultores para o plantio da menta. Notícias foram manipuladas no interesse de empresas brasileiras e americanas pela menta, com preços tentadores. Em 1929 essa campanha atingia Batatais, Franca, Nuporanga, Alta Mogiana, Bebedouro, Colina, Barretos, Matão, Taquaritinga, Catanduva, São José do Rio Preto, Araçatuba, Assis, Presidente Venceslau, Presidente Prudente e Marília. Os japoneses da região da Alta Sorocabana foram os que mais investiram, empregando todas as economias e a cultura foi uma catástrofe, em termos de resultados. Entre 1940 e 1941 o interventor federal em São Paulo, Fernando Costa foi um dos incentivadores na cultura da amoreira e criação do bicho-da-seda. Com o final da Guerra Mundial, a procura pela seda, por países da América do Sul, Estados Unidos, Itália, França e Suíça, levou os produtores a aumentar a sua produção. A amoreira viria substituir os cafezais, na Alta Sorocabana, Alta Paulista, entre Piratininga e Tupã. Como alternativa de adubar as amoreiras os japoneses passaram a criar frangos usando a “cama-de-frango” como esterco (os excrementos e a palhada dos galpões). Surgia, assim, outra atividade que os japoneses desenvolveram: a combinação da criação do bicho-da-seda e da avicultura (frangos e ovos) (MONBEIG, 1984).

O imigrante japonês, em todo o tempo vivido no país, buscou os melhores resultados na terra, trabalhando, na maioria, em áreas de pequena extensão e praticando uma agricultura essencialmente familiar. (ABREU, 2012).

A possibilidade de melhoria nas condições de vida e de trabalho, para os japoneses, em grande parte, pelos estudos desenvolvidos, foi resultado do esforço colaborativo e cooperativo que caracterizou a trajetória dos imigrantes.

#### **4.18 A valorização da terra pelo imigrante Japonês**

A trajetória dos japoneses, no Brasil, por todas as regiões por onde passaram, poderia ter mudado o rumo de suas histórias; entretanto, trinta anos depois da chegada, 90% dos japoneses se dedicavam à agricultura. Esses dados mostram como os japoneses eram arraigados à prática da agricultura no seu país de origem. Para reforçar o propósito de fixar o imigrante japonês no Brasil, o Governo Japonês, através da BRATAC, lançou uma cartilha com o Programa Gozar a Terra (GAT), em 1936. Com uma série de preceitos a cartilha difundia a ideia de o colono amar a terra do mesmo modo que “quanto mais se enraíza, mais viçosa se torna a árvore” (SAKURAI, 2000). Esse programa procurava vincular a fixação a terra “como meio de chegar à felicidade individual”. Com o trabalho, de forma racional, envolvendo a família e a saúde, o Brasil ajudaria a combater o *furusato*, ou seja, a saudade da terra natal e fixaria os japoneses em definitivo em terras brasileiras. (GONÇALVES, 2009).

Quando o sonho de voltar foi interrompido, definitivamente, com o final da Segunda Guerra e a destruição do Japão, os japoneses resolveram se dedicar à agricultura com afinco e fixar raízes definitivamente no Brasil. (HANDA, 1987).

A fixação das raízes na terra, para o japonês é simbolizada pelo habitante e o lugar. O lugar é a sua origem. O habitante não se define como uma unidade independente na composição de uma vila rural (*mura*); sua significação dava-se somente como membro do *ie*. (WAWZYNIAK, 2004). A origem dessa concepção remonta o Japão feudal e foi uma forma de impedir a invasão de estrangeiros e manter o poder dos feudos, por volta do século III. (RYUZIRO *apud* SHIMIZU, 2010). Um *mura* seria formado por 30 a 80 pequenos povoados, chamados de *buraku*, com cerca de cem casas em cada povoado. Esses povoados constituiriam a unidade mais elementar da vida rural e tudo deveria passar pelo *mura*. Numa assembleia anual era eleito o *sonchô*, chefe da aldeia e outros representantes para cuidar de assuntos como educação, finanças,

culturais e produção agrícola. Existiam regras e punições como a exclusão do infrator da aldeia. Essa relação entre o sujeito e o lugar é tão importante que, até 2010, grupos minoritários como os *burakumin* são discriminados, no Japão; no momento que vão procurar casamento ou emprego, não conseguem ocultar a sua origem. Os *burakumin* ou *etas* são os párias do Japão; em 2010 totalizam 3 milhões de pessoas e, apesar da lei de 1871 que abolia a condição de burakumin e os nomeava *shin heimin* (pessoas novas comuns) eles continuam vivendo em guetos e discriminados. (SHIMIZU, 2010)

Para compreender o conceito de *Mura*, ou Vila Rural, que os japoneses trouxeram para o Brasil, principalmente nos núcleos organizados pelas Companhias de Imigração, é preciso considerar os valores e as relações familiares. Uma representação ideológica serve de base para pensar e agir em assuntos de família como o casamento. O casamento acontece com membros do próprio *mura* e atende a preservação do grupo econômico. O conceito foi sendo aperfeiçoado, ao longo do tempo, para servir de instrumento de preservação, sustentação e sobrevivência, ao longo da história japonesa. Esta ideologia foi importada da China, como tantas outras. No Japão, a concepção do respeito filial teve que se adaptar a uma estrutura feudal que combinou duas hierarquias: a familiar (na figura do pai) e a senhorial (na figura do *Daimio*). (CARDOSO, 1998).

A relação do japonês com a terra sempre considerou essa hierarquia; a obediência dos filhos ao pai é uma virtude máxima, inquestionável. Essa obediência se apresenta sob a forma de uma quase devoção. (BENEDICT, 2011).

Dados da Cooperativa Agrícola de Cotia, segundo Sakurai (2000) contradiz a ideia de que a maioria dos imigrantes eram agricultores, no Japão. Do total de chefes de família que chegaram ao Brasil até 1962, apenas 37,9% eram agricultores. A grande maioria dos imigrantes viria se tornar agricultores no Brasil.

Em trabalho realizado por Ocada (2006) com mulheres acima de 70 anos, cujas famílias vieram do Japão para trabalhar nos cafezais paulistas, para serem agricultores, além de muita prática era preciso “ter amor na lavoura”:

Os japoneses vinham mesmo... era para trabalhar na lavoura, né, mas quem não era mesmo da lavoura, não deu nada, porque não sabe trabalhar na lavoura, faziam só “malemá” [para] comer, né. Que nem meu pai mesmo, não era bom lavrador, nada... porque precisa ter muito prática, precisa ter amor na lavoura! Né? Precisa gostar [da] lavoura! No Japão o pai dele diz que tinha bastante terra, tinha arrendatário, [punha] os outro [para] trabalhar para ele... era de família mais ou menos bom, né... (entrevistada A.). (OCADA, 2006)

Nakagawa (2008), em entrevista na Revista UNESPCIÊNCIA, relata a história da família, no Japão, onde, nove gerações cultivam a terra, na região de Yamagata, no norte do país. A família produz, em 2008, uma espécie de agrião que é muito apreciada nos restaurantes de Tóquio. O relato do professor Júlio Nakagawa permite entender um pouco a questão da valorização da terra, pelos japoneses, e da relação que cultivam com a mesma a centenas de anos. O pai de Júlio fazia parte da quinta geração de agricultores no Japão. Estudou até o nível técnico, na área de agricultura e, antes de vir para o Brasil, em 1920, ficou um ano estudando inglês e português, em Tóquio. Com três amigos que vieram para o Brasil o pai poderia ter seguido a carreira diplomática, como fizeram os companheiros de viagem. Era um imigrante diferenciado e preferiu ficar na agricultura. Os pais de Júlio se conheceram e casaram no Brasil, em 1920.

Júlio conta que, só depois de voltar ao Japão e conhecer Yamagata foi que compreendeu a razão e decisão do pai na opção pela agricultura. “O pai veio ao Brasil com a intenção de fundar um feudo, no estilo japonês, isto é, comprar terras, formar uma propriedade rural e não sair mais desse lugar, transmitindo a posse da terra para filhos e netos”. Este fato tem a ver com a própria história do Japão, onde o processo de colonização interna foi promovido por senhores feudais que se apoderavam das terras com a ajuda dos *samurais*, segundo Júlio.

Nakagawa observa que os senhores feudais usavam a terra como base para ampliar o seu governo e com a ampliação dos domínios cediam parte para donatários ou colonos. Diferentemente da maioria dos imigrantes, o pai de Júlio veio com a intenção de comprar terras e ficar. A maior preocupação com a educação dos filhos se devia ao fato que o pai de Júlio considerava os filhos brasileiros e que deviam aprender bem o português.

As atividades na agricultura e sua continuidade, pelos japoneses e descendentes, era mantida baseada na tradição, após a morte do chefe da família, o filho mais velho assumia com a obrigação de manter o fruto do trabalho e da dedicação aos ancestrais, conservando uma conduta sábia e reta, não desonrando a herança recebida.

Em pesquisa com agricultores, em Assaí, PR, 20% dos entrevistados deram continuidade ao trabalho na terra, herdado dos ancestrais remetendo à sabedoria para lidar com a terra, com a natureza, e não, por exemplo, com outras atividades. (BERNARDES, 2009).

Além da herança, os imigrantes trabalharam na terra devido “à afinidade com a própria terra, tanto quanto às técnicas empregadas no campo, como a exiguidade do

território habitável que leva os japoneses a respeitar cada pedaço de chão, sem desperdícios.” Um levantamento sobre o uso da terra no Japão, em 2002, mostrou que 67% de todo o território é coberto por florestas e campos, e as terras para agricultura representam 12,8% e as áreas urbanas 4,8%. (SAKURAI, 2007).

Essa valorização é mostrada numa pesquisa com descendentes em Assaí, Pr, onde 62% dos entrevistados responderam que:

O modo nipônico de olhar a terra é diferente, pois: os nipônicos são mais dedicados; não “esbanjam” tempo nem terra; sempre cultivam o máximo do espaço possível, mas consideram que precisam cuidar do solo. Pois esse solo da região, segundo os agricultores é um presente “divino”, extremamente fértil, permitindo uma produção maior em relação a outras regiões onde o solo não dispõe dessa fertilidade natural. (BERNARDES, 2009. p145).

O imigrante japonês constrói a sua identidade, no Brasil, ligada à terra, de forma específica e única, que Sakurai (2000) chamou de “processo de imigração tutelada”. Essa tutela era representada pelo amparo, orientação e gerenciamento pelo governo japonês e a partir do topo da estrutura estatal. A política de imigração japonesa tinha acesso a terra como elemento fundamental. Esse processo aconteceu por meio de aquisição de terras no Brasil, por compra no mercado, doações do governo brasileiro ou projetos de colonização. O sonho de voltar ao Japão, em pouco tempo, contrapunha com a política governamental japonesa de fixar o imigrante na terra. O jornal do Comércio de 1942 definiu como uma “fome de terra” dos japoneses em razão das restrições ao acesso no Japão. (GONÇALVES, 2009).

Durante séculos, a posse média no Japão, era de 2,45 acres, o equivalente a 0,99 hectares. Até 1945, 50% de terra arável era terra de colonato; 30% de todas as famílias de agricultores eram colonos arrendatários cuja renda da lavoura não dava para o sustento da família. Essa situação obrigava o lavrador, além do trabalho na agricultura, conseguir trabalho extra mediante serviços ao patrão ou a outros agricultores mais abastados, em melhores condições. (SAITO; MAEYAMA,1973).

As razões históricas, a falta de espaço, a impossibilidade de ser proprietário de terras no Japão em razão do alto custo e pouca oferta, entre outras razões, levaram o imigrante japonês a valorizar tanto a possibilidade de ser dono, ainda que de uma pequena área agrícola.

#### 4.19 Contribuições dos japoneses para a agricultura brasileira

A contribuição dos japoneses para a agricultura brasileira coincide, nos anos de 1930, com a preocupação mundial dos agricultores dos países industrializados que geravam excedentes impróprios para a comercialização. O Governo Getúlio Vargas cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social, em razão do êxodo rural, do crescimento urbano, da crise de 1929 e o desemprego em massa. Os riscos de desabastecimento verificados no final da Primeira Guerra Mundial serviram de alerta para a questão da alimentação. A crise de 1929 teve papel fundamental na mudança da agricultura voltada para o café com o imigrante japonês, nas pequenas propriedades, desenvolvendo os hortifrutigranjeiros. (EVANGELISTA; YAZBECK, 2010).

Em 1932, no estado de São Paulo, os japoneses eram responsáveis por 46% na produção de algodão, 57% na produção de casulos de bicho-da-seda, 70% na produção de verduras e 75% no chá (Vale do Ribeira). (SAKURAI, 1998).

Uma rede de restaurantes populares foi criada, nos grandes centros, sendo a pioneira no Rio de Janeiro, capital do país. O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, teve como primeiro diretor o médico e geógrafo Josué de Castro que coordenou em 1933 um estudo sobre as condições de vida das classes operárias de Recife. Em 1946 publicou o livro “Geografia da Fome”. Em 1945 funcionavam seis unidades do SAPS no Rio de Janeiro e quarenta e duas espalhadas pelo Brasil. O abastecimento de São Paulo, com o deslocamento dos japoneses das fazendas de café, para as regiões de Mogi das Cruzes, Suzano, Cotia, teve uma contribuição significativa neste período.

O legado que a imigração japonesa deixou para o agronegócio brasileiro com a avicultura se desenvolveu em função da tecnologia japonesa. Em São Paulo as grandes avícolas se espalharam por cidades como Bastos, Marília, etc. Espécies de hortaliças como acelga, bardana (“*gobô*”), variedades de cebolinhas-de-cheiro, foram trazidas do Japão pelos parentes de colonos, assim como a tecnologia para a produção. Na área de frutas os japoneses desenvolveram as culturas de poncã, caqui, pera, pêsego, moranguinho. Desenvolveram também as técnicas para o cultivo de maçã, guaraná, pimenta-do-reino, cravo-da-índia e mangostim. (NAKAGAWA, 2012)

A introdução da culinária japonesa, com a mudança nos hábitos dos brasileiros como o peixe cru (“*sashimi*”), o bolinho de arroz (“*sushi*”), o queijo de soja (“*tofu*”) e



outras raízes como o espinafre japonês (“*rorençô*”) e “*conhakú*” contribuíram para a alimentação brasileira. Nakagawa, como professor emérito da Faculdade de Ciências Agrônômicas, campus de Botucatu, foi diretor entre 1977 e 1985 e participou de muitos projetos voltados para o cultivo de mamona, citricultura e horticultura. O desenvolvimento de técnicas e melhoria da produtividade no alho, alho roxo, análise do teor de clorofila das plantas para avaliar aspectos de nutrição, melhoria de sementes para o plantio livres de vírus foram trabalhos de grande repercussão. Metodologias para melhorar a fertilidade do solo do cerrado, por meio de técnicas de nutrição e adubação foram liderados por Nakagawa.

A soja foi trazida nas malas dos imigrantes para a preparação do “*missô*”, uma pasta feita a partir da fermentação dos grãos, muito utilizada em sopas e preparo de legumes, peixes, etc. A soja propicia a preparação do queijo (“*tofu*”), do “*nattô*” (soja fermentada) e “*shoyu*” (tempero básico da culinária japonesa). Estudos mostram que dez anos haviam se passado e os imigrantes japoneses não tinham acesso ao shoyu; só depois de 1915, com a veiculação dos jornais, nas colônias japonesas, o produto começou a ser divulgado e vendido em algumas cidades. (ANDRADE, 2008)

A batata foi levada, por volta de 1913, por japoneses que saíram das fazendas de café para os arredores de São Paulo, capital. Os japoneses que se dedicaram à bataticultura desenvolveram sementes como a variedade “Paraná-ouro”. O cultivo da batata permitiria o surgimento da CAC que foi decisiva para o fortalecimento da colônia japonesa no Brasil.

Em 1973, um produtor de Bandeirantes, PR, notou uma variação na coloração de uva Itália, na sua plantação. Conseguiu multiplicar as mudas e criou uma variedade chamada “Rubi Okuyama”, uma uva que iria ganhar destaque no mercado brasileiro. (ANDRADE, 2008).

O caqui, fruta originária do Japão, foi trazido pelo imigrante Matsumoto, em 1916. Em 1923, outros japoneses como Yoshioka, Nishioka e Watanabe trouxeram as variedades *Fuyu* e *Jiro*. A pimenta-do-reino chegou ao Brasil em 1933, em razão da morte de um imigrante japonês que estava a bordo do navio da Companhia de Colonização da América Latina (Nataku). Makinossuke Ussui, representante da Nataku, atracou no porto de Cingapura, para cremar o corpo do passageiro. Aproveitou para pegar vinte mudas de pimenta-do-reino que foram levadas ao estado do Pará. A Colônia de Tomé-Açu foi organizada em 1929 e a pimenta-do-reino teve uma expansão muito grande na sua produção. (NUNES, 2006)

Os japoneses se estabeleceram no Pará, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e no Amazonas onde desenvolveram a cultura de várzea, produzindo arroz e juta. (SASAKI, 2006).

A abóbora Japonesa (caboxá) foi introduzida no Brasil em 1970; a variedade Tetsukabuto ganhou mercado em razão da sua dupla utilização: pode ser usada tanto no preparo de doces como de salgados. A poncã, fruta natural da Índia veio para o Brasil trazida por imigrantes japoneses. Em 1929 Kyujiro Kuwabara enxertou em um limoeiro nativo duas mudas que trouxera do Japão. (ANDRADE,2008).

A experiência dos japoneses na metalúrgica, indústria têxtil, porcelana e cerâmica foram contribuições importantes. O uso da seda, papel, porcelanas tiveram uma importância histórica na vida japonesa, ao longo dos anos. Uma parte dos imigrantes, com conhecimento técnico mais avançado, em relação aos camponeses, tiveram maiores chances de mobilidade social, no Brasil. Alguns imigrantes japoneses, além do conhecimento de técnicas na agricultura como plantio de arroz em canteiros alagados, floricultura, frutas, verduras, legumes, tinham conhecimento em agro artesanato, indústrias de *shoyo*, missô (derivados da soja) e saquê (bebida fermentada do arroz) além de mecânica, serralharia e marcenaria. (SOUSA, 2010).

Como exemplo de contribuição coletiva, a comunidade japonesa em Jacareí, SP, se organizou a partir da chegada de imigrantes de outras regiões, adquirindo terras para a produção de hortaliças, granjas de ovos e frangos e floricultura. Com a participação da Cooperativa Agrícola de Cotia a colônia de Jacareí teve o auxílio no aprendizado de técnicas de produção e venda dos produtos, no início das suas atividades. (ANDRADE, et al.,2008).

Um estudo de Aoki (2011), sobre os imigrantes japoneses, em Registro, SP, baseado na memória de seus descendentes, permitiu reconstruir o passado e o presente da teicultura, iniciada em 1930 com seu auge no final de 1970. A cultura do chá foi trazida pelos japoneses ao Brasil, substituindo o arroz e o café que não lograram sucesso. O autor considera que a cultura do chá possibilitou a fixação do imigrante no Brasil, pela sua capacidade e conhecimento do cultivo, além de se tornar um produto importante para a economia local e regional.

O imigrante japonês, saindo de sua pátria de origem, trazendo na bagagem sonhos de conquistar riquezas por meio do seu trabalho acabou contribuindo para o desenvolvimento da agricultura, com o uso de técnicas aprimoradas e desenvolvidas no Brasil.

## **5. O IMIGRANTE JAPONÊS EM TAQUARITINGA, SP**

A pesquisa foi conduzida com as famílias de japoneses e descendentes que se fixaram em Taquaritinga, SP e permanecem na atividade agrícola com propriedades, em 2013.

As entrevistas se basearam no resgate de histórias orais:

a riqueza da história oral é que me possibilita observar como, no processo de rememoração, apresenta influência a forma como recordamos o passado, numa tentativa de reescrevê-lo com novas tintas obtidas com o amadurecimento, que advém da velhice e de certa sabedoria adquirida no decorrer da vida. TANNO In: HASHIMOTO, et al.(2008).

Outro autor define que “ A história de vida de uma pessoa, apesar de abarcar o social, é pessoal e única, visto que duas pessoas não recordam o mesmo fato do mesmo jeito”. (PORTELLI, 1997).

As entrevistas buscaram o resgate das histórias de vida das famílias japonesas, baseadas nas memórias dos entrevistados, com o propósito de responder às indagações dos objetivos do trabalho. O trabalho de campo foi marcado por algumas dificuldades, no início, sendo o pesquisador recebido com desconfiança e certa indiferença, pelos entrevistados. Após a entrevista com o imigrante mais velho da comunidade, da terceira família da amostra, o trabalho adquiriu uma dinâmica totalmente diferente, ficando a sensação de que a rede de comunicação da comunidade japonesa havia sido acionada e o pesquisador recebido a permissão para a realização da investigação.

### **5.1 A história dos imigrantes japoneses**

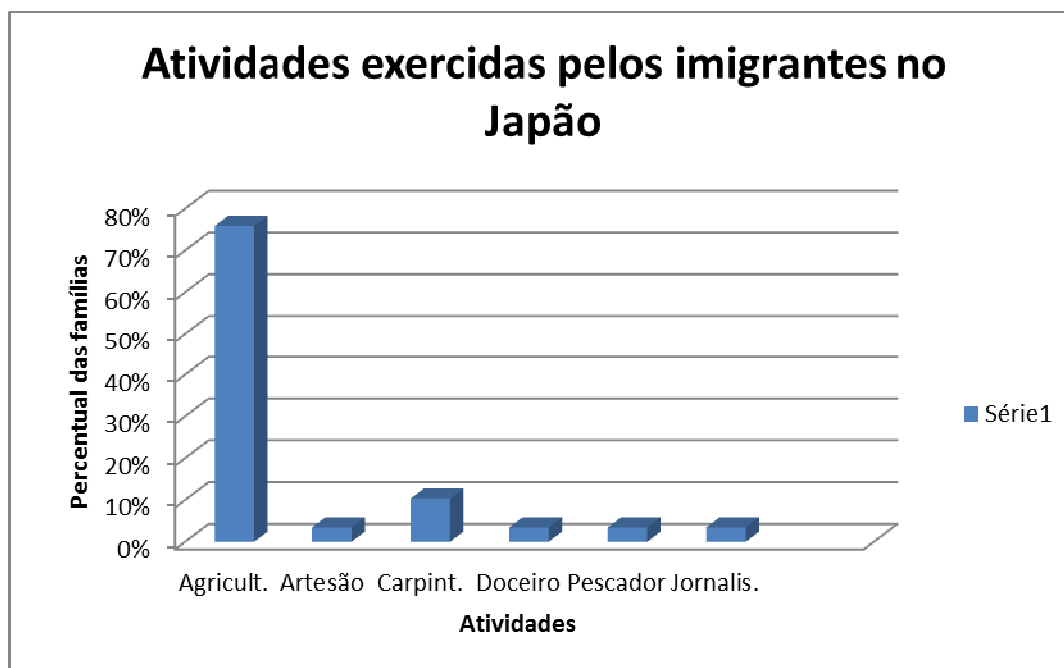
#### **5.1.1 Atividades exercidas no Japão pelos imigrantes pesquisados em Taquaritinga, SP**

As famílias japonesas entrevistadas em Taquaritinga confirmaram estudos da literatura os quais descrevem que as atividades exercidas pelos imigrantes no Japão era voltada, em sua maioria, para a agricultura, além de outras em menor número como artesão, carpinteiro, doceiro, pescador e jornalista.

Na sua maioria as famílias japonesas entrevistadas eram de agricultores, com tradição e conhecimento no trabalho com a terra, mostrado na Figura 5. Os dados das entrevistas apontam que de modo em geral os imigrantes plantavam arroz e legumes,

duas famílias, além de agricultores faziam trabalhos de carpintaria; uma família além da agricultura, os componentes eram carpinteiros e doceiros. Esta família manteve a tradição e, em 2013, produz de forma artesanal um doce cuja receita foi trazida do Japão. Da amostra da pesquisa, em uma família o pai era jornalista, ajudando a divulgar a campanha da imigração para o Brasil e, em outra, o descendente remanescente da primeira família a chegar a Taquaritinga não se lembra das atividades.

**FIGURA 5:** Atividades exercidas no Japão pelas famílias entrevistadas.



Fonte: o autor.

### 5.1.2 O ano de chegada das famílias japonesas no Brasil, entrevistadas em Taquaritinga, SP

Na primeira fase da imigração japonesa, considerada como a “fase experimental” 3 famílias chegaram em 1916, ao Brasil, vindo se fixar em Taquaritinga, SP. Entre 1920 e 1940, 17 famílias vieram do Japão, correspondendo à segunda fase, chamada de “fase da imigração em massa”.

Na terceira fase, denominada de “fase pós-guerra” vieram 04 famílias, na amostra pesquisada, como indicado no Quadro 1 e Figura 6. O período entre 1945 e 1960 foi marcado por muitas dificuldades, no Japão, com a necessidade de reconstrução dos pais, arrasado com o conflito mundial, fazendo com que algumas famílias imigrassem para o Brasil.

Os dados obtidos em Taquaritinga encontram similaridades em outros trabalhos da literatura em relação aos períodos citados. Os períodos ficaram caracterizados pelos

números registrados nos serviços de imigração brasileira e tiveram aspectos que puderam ser analisados em relação às condições que os imigrantes encontraram quando chegaram no Brasil.

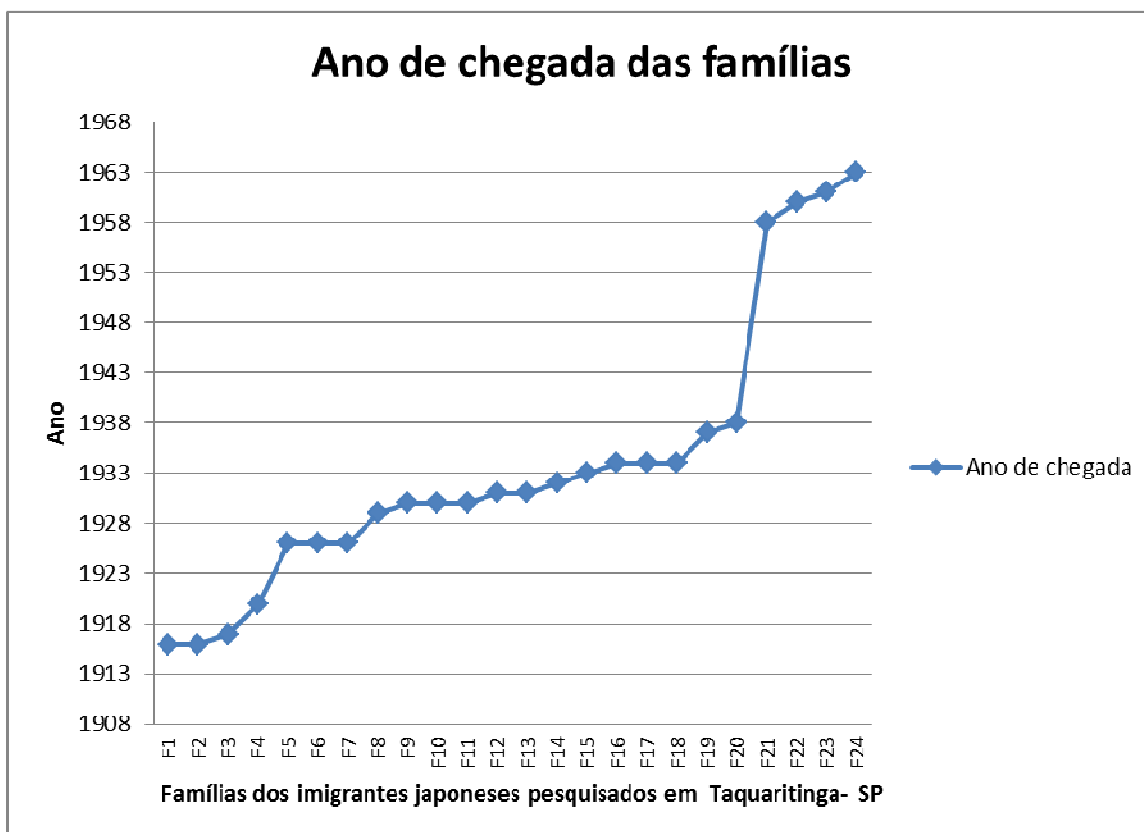
**Quadro 1:** Ano de chegada das famílias japonesas ao Brasil, fixadas em Taquaritinga, SP, em 2013.

Período	Família entrevistada	subtotal
1916-1919	F1/ F2/ F3	3
1920- 1940	F4/ F5/ F6/ F7/ F8/ F9/ F10/ F11/ F12/ F13/ F14/ F15/ F16/ F17/ F18/ F19/ F20	17
1941- 1963	F21/ F22/ F23/ F24	4
<b>Total</b>		<b>24</b>

Fonte: o autor

A figura 6 permite visualizar as três fases distintas da imigração japonesa ao Brasil com a primeira família que chegou em 1916, oito anos depois do início do processo imigratório dos japoneses. Entre 1926 e 1931, nove famílias deram entrada no país, vindo fixar residência em Taquaritinga, SP.

**Figura 6:** Ano de chegada das famílias japonesas ao Brasil, fixadas em Taquaritinga, SP, em 2013.



Fonte: o autor.

### **5.1.3 Arranjos de nomes para a composição da família antes da chegada ao Brasil, entrevistada em Taquaritinga, SP.**

Alguns trabalhos da literatura mencionam os arranjos de nomes ou “famílias arranjadas” para os imigrantes japoneses entrarem no Brasil, em razão dos contratos com os fazendeiros que determinavam o número de braços para o cultivo nas lavouras. As famílias improvisadas acabavam se dispersando, deixando as mulheres, principalmente, numa situação de difícil sobrevivência.

Neste levantamento apenas uma família teve o arranjo de nome: quando o avô casou, no Japão, em razão da esposa ser filha única, ele adotou o nome da esposa para que a família do sogro tivesse continuidade. O avô veio com a esposa e os filhos para o Brasil, com o sobrenome da esposa. Os netos, nascidos no Brasil, têm o sobrenome da avó, em 2013. Em outra família, uma mulher ficou viúva, casou-se com outro homem que também ficara viúvo, ao chegar ao Brasil e que adotou o enteado como filho.

No caso de Taquaritinga, a pesquisa mostrou que não teve nenhuma família improvisada.

### **5.1.4 A composição das famílias entrevistadas na chegada ao Brasil**

As famílias japonesas, entrevistadas em Taquaritinga, SP, na chegada ao Brasil (Quadro 2) foram classificadas em 18 grupos diferentes, em relação à força de trabalho, o que demonstra a falta de um padrão, para um total de 24 famílias.

A composição da família, pelos depoimentos dos entrevistados, teve alguma influência nas dificuldades vividas, em relação à quantidade de pessoas que precisavam ser atendidas, alimentação, remédios, roupas e outras necessidades. A família mais numerosa, por outro lado, contava com maior força para trabalho.

Das famílias entrevistadas, cinco eram compostas do casal e 04 filhos (F2, F12, F22, F23 e F24). Das 24 famílias entrevistadas, cinco se formaram após a chegada ao Brasil, sendo que as demais eram famílias organizadas, sem a concepção de “família arranjada” como referido em outros estudos da literatura.

**QUADRO 2:** A composição da família japonesa na chegada ao Brasil

<i>Família</i>	<i>Composição da família do imigrante</i>	<i>Número de pessoas</i>
F1	Casal, filho e nora.	4
F2	Casal, 4 filhos.	6
F3	Casal, 7 filhos.	9
F4	Homem.	1
F5	Casal, filho, nora, 6 netos, 1 irmão com 2 sobrinhos.	13
F6	Casal, 3 filhos.	5
F7	Casal, filho, nora.	4
F8	Casal, filho, nora, 5 netos.	9
F9	Casal, 1 irmão do marido.	3
F10	Casal, 6 Filhos.	8
F11	Casal, 5 Filhos.	7
F12	Casal, 4 Filhos	6
F13	Dois irmãos.	2
F14	Casal, 2 filhos, 1 irmão do marido.	5
F15	Casal e irmão do marido.	3
F16	Dois irmãos, 2 filhos.	4
F17	Casal, 2 filhos, 1 nora, 2 netas.	7
F18	Um homem, 1 casal, 5 filhos.	8
F19	Casal, 6 filhos.	8
F20	5 Irmãos.	5
F21	Mulher, 4 Filhos, 2 Irmãs.	7
F22	Casal, 4 Filhos.	6
F23	Casal, 4 Filhos.	6
F24	Casal, 4 Filhos.	6

Fonte: o autor

## 5.2 A relação com a terra

### 5.2.1 Mobilidade dos imigrantes japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP : de assalariado a proprietário

Os dados apresentados no Quadro 3 e na Figura 7 permitiram visualizar a evolução das famílias entrevistadas, nas três fases distintas da imigração japonesa ao Brasil. Na primeira fase (fase experimental) as 3 famílias que chegaram em 1916 e 1917 encontraram maiores dificuldades, sendo as famílias que mais tempo trabalharam como empregados (16, 20 e 33 anos respectivamente). Duas destas famílias levaram mais tempo para comprar a primeira propriedade, em relação a todas as demais da amostra pesquisada.

Na segunda fase, a chamada “imigração em massa”, 17 famílias chegaram entre 1920 e 1938 e permaneceram entre 2 a 14 anos como empregados; 1 a 14 anos como

meeiros; 1 a 22 anos como arrendatários e de 4 a 29 anos para se tornarem proprietários, a partir do ano de chegada ao Brasil.

Na terceira fase (fase pós-guerra), 4 famílias chegaram ao Brasil em 1958, 1960, 1961 e 1963. Trabalharam como assalariados de 2 a 5 anos, 3 a 11 anos como meeiros, 1 a 9 anos como arrendatários e levaram de 02 a 17 anos para se tornarem proprietários. Os tempos eram melhores, no Brasil e duas famílias dispunham de dinheiro da venda de propriedades no Japão.

O relato a seguir serve para ilustrar uma pequena história de vida de uma família, entre tantas que vieram do Japão, há mais de cem anos e que compõem o cenário da agricultura na nossa região.

A terceira família a chegar ao Brasil em 1917 e que se fixou em Taquaritinga, em 2004, levou 87 anos para conseguir comprar 2,7 hectares de terras. Esta família de 9 pessoas era composta de um casal e 7 filhos. Um dos filhos, nascido em 1914, chegou com 3 anos de idade, casou em 1944, com 30 anos, teve 4 filhos (2 homes e 2 mulheres) e morreu em 2008, aos 94 anos. Os filhos deste imigrante, T. e T. trabalharam com o pai muitos anos e em 1990, T. com 38 anos foi trabalhar no Japão, fazendo o caminho inverso do pai. Somente em 2004, com 52 anos, conseguiu realizar o sonho do pai e comprar a pequena propriedade que mora com a mulher, em Taquaritinga. Dois filhos estão no Japão trabalhando e o mais novo é “*sushiman*”(profissional de gastronomia que prepara sushi) em Jaboticabal, SP.

Os dados do Quadro 3 sugerem que não há um padrão com relação ao processo de mobilidade social, como também observado na literatura. Para Dezem (2005) os japoneses levaram de 04 a 06 anos, em média como assalariados, de 03 a 06 anos como meeiros e arrendatários, tornando-se proprietário depois de 12 anos.

O que se observa em Taquaritinga, SP, por outro lado, é a inexistência deste padrão de maneira geral, muito embora ele possa ser observado em algumas famílias. Somente duas famílias não conseguiram esta trajetória (F22 E F24), que iniciaram na condição de meeiro e arrendatário. Percebe-se que as famílias que imigraram no início da colonização (1916-19020) levaram mais tempo que as demais na condição de empregado.

Os dados obtidos pelas entrevistas indicam que oito famílias conseguiram passar da condição de assalariado para proprietário depois de 10 a 17 anos de trabalho na terra, dentro do período médio citado em outros trabalhos de literatura (DEZEM, 2005).



Analisando a mudança de posição social, da condição de empregado para proprietário, verifica-se uma variação de tempo entre 02 a 87 anos, o que indica a persistência de algumas famílias que não desistiram do objetivo da posse da terra.

**QUADRO 3:** A mobilidade da família japonesa entrevistada: de assalariado a proprietário.

<i>Família</i>	<i>Chegada</i>	<i>Assalariado</i>	<i>Meeiro</i>	<i>Arrendatário</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Anos para compra da terra</i>
F1	1916	16	4	4	1940	24
F2	1916	20	2	30	1968	52
F3	1917	33	10	44	2004	87
F4	1920	10	5	5	1940	20
F5	1926	6	0	17	1949	23
F6	1926	4	5	5	1940	14
F7	1926	3	1	21	1951	25
F8	1929	4	0	0	1933	4
F9	1930	12	6	6	1954	24
F10	1930	10	0	0	1940	10
F11	1930	10	3	4	1947	17
F12	1931	14	0	0	1945	14
F13	1931	5	0	14	1950	19
F14	1932	2	0	4	1938	6
F15	1933	4	4	4	1945	12
F16	1934	2	14	0	1950	16
F17	1934	5	0	2	1941	7
F18	1934	5	2	22	1963	29
F19	1937	4	1	1	1943	6
F20	1938	12	0	0	1950	12
F21	1958	5	3	9	1975	17
F22	1960	0	11	1	1972	12
F23	1961	2	0	0	1963	2
F24	1963	0	0	2	1965	2

Fonte: o autor

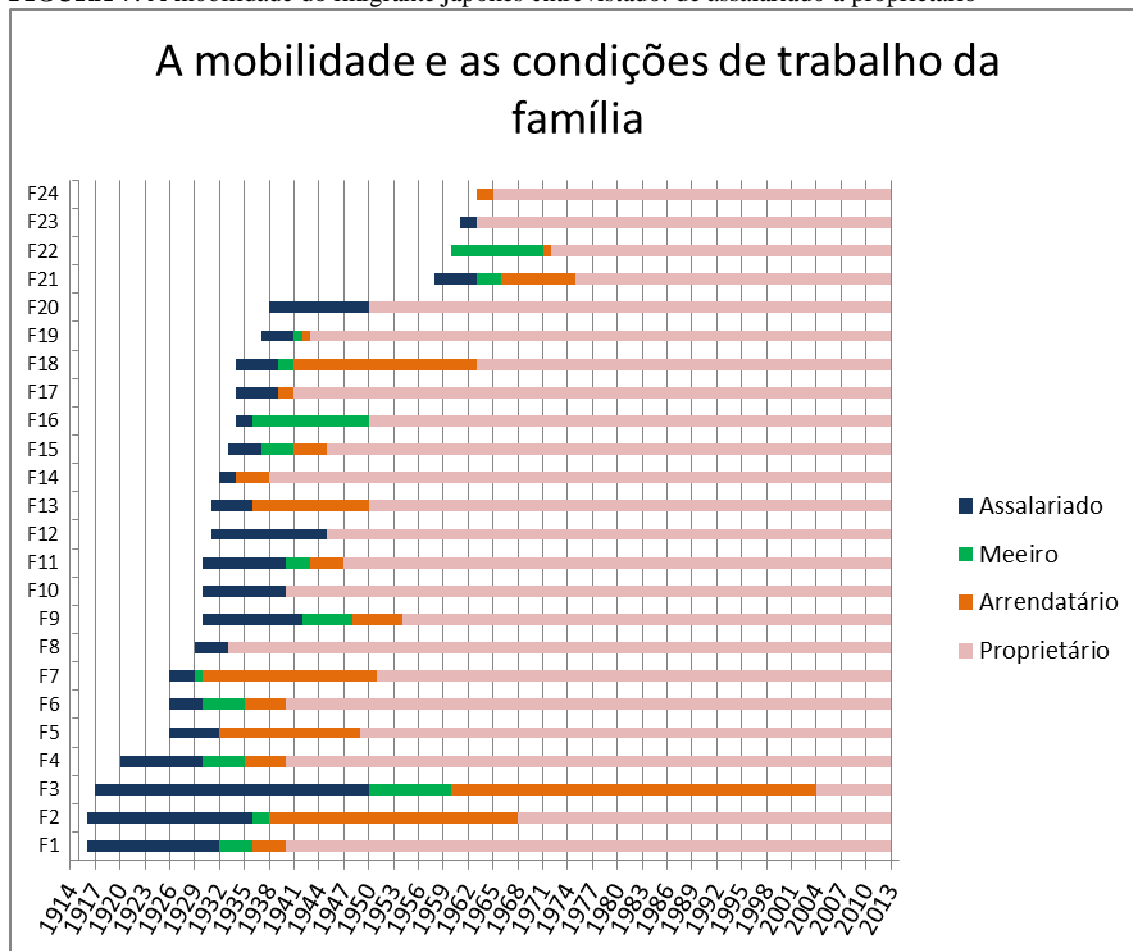
Na Figura 7 pode-se visualizar a mobilidade das 24 famílias entrevistadas que se fixaram em Taquaritinga, e os respectivos tempos em anos na condição de assalariados, meeiro, arrendatário e proprietários. A condição de trabalhar como empregado variou de família para família, sendo que a condição de proprietário foi alcançada, para a maioria das famílias, por volta de 1950.

As quatro famílias que vieram do Japão na Terceira Fase da Imigração – pós Segunda Guerra Mundial, conseguiram passar da condição de assalariados na

agricultura para proprietários, entre dois e dezessete anos, o que indica as melhores condições de trabalho e oportunidades.

Observando a Figura 7, apesar da falta de um padrão em relação ao tempo de mudança na mobilidade social, verifica-se que a Fase da chamada Imigração em Massa, entre 1920-1940, foi mais homogênea, considerando a Fase Experimental (1908-1920) e a Fase Pós Guerra (1945-2013).

**FIGURA 7:** A mobilidade do imigrante japonês entrevistado: de assalariado a proprietário



Fonte: o autor.

### 5.2.2 A compra da terra pelas famílias entrevistadas

Julgou-se relevante verificar se os imigrantes japoneses tiveram algum tipo de ajuda financeira de bancos, financiamentos de instituições de crédito, ou outros meios, para a compra das primeiras áreas de terras.

Ao comparar as áreas de terras adquiridas entre 1916 e 2004 com aquelas que os imigrantes são proprietários em 2013 pode-se constatar que: seis famílias mantiveram o mesmo tamanho da propriedade; em quatro famílias houve redução das áreas em relação às iniciais, treze famílias aumentaram o tamanho da propriedade e uma família não lembra a área inicial. Estes dados apontam falta de um padrão em relação ao tamanho das propriedades, considerando que as condições de trabalho, as dificuldades encontradas e os ciclos e produção agrícola foram comuns a todas as famílias.

Em relação à aquisição do primeiro lote de terra 17 famílias conseguiram comprar com economia dos salários e ganhos, no período entre 1916 e 1975. A ajuda financeira entre irmãos, parentes e vizinhos foram relatados por cinco famílias. Duas famílias recorreram a empréstimos bancários para comprar terra.

Em cinco famílias, quando o primeiro filho ia casar, os pais já tinham conseguido guardar um dinheiro que serviria para comprar um pedaço de terra ou construir uma casa na propriedade. A primeira compra de terras, das famílias entrevistadas, variavam entre 2,4 hectares a 159,7 hectares, como apresentado no Quadro 4.

Em relação a obtenção dos recursos, quando se refere à economia o dinheiro era proveniente dos anos de trabalho como empregado, meeiro, arrendatário de todos os membros da família, inclusive guardados em casa, em espécie. Quando refere-se a trabalho, significava o dinheiro assalariado. Referência a bancos e amigos trata-se de empréstimos que eram saldados em parcelas ou prestações de longo prazo. Quando refere-se a irmãos significava a ajuda na própria família.

Estudo de DECKLE e HAMADA (2000) faz referência ao *Tanomoshi-ko* (uma prática de associações rotativas de crédito e poupança, também conhecidas como *Mujin*). Entre os agricultores japoneses e comerciantes a prática do *Tanomoshi-ko* era uma forma de conseguir dinheiro para o pagamento de dívidas ou a compra de algum bem. Na pesquisa em Taquaritinga, a prática do *Tanomoshi-ko* não foi utilizada, segundo os entrevistados.

**QUADRO 4:** Meios para a aquisição da terra

<i>Família</i>	<i>Chegada</i>	<i>Ano da compra</i>	<i>Tempo/ anos para comprar</i>	<i>Obtenção dos recursos</i>	<i>Área Inicial comprada (Ha)</i>	<i>Área de terras em 2013(Ha)</i>
F1	1916	1940	24	Economia	27,7	27,2
F2	1916	1968	52	Banco	24	58
F3	1917	2004	87	Trabalho	2,7	2,7
F4	1920	1940	20	Economia	44,7	68,9
F5	1926	1949	23	Irmãos	66	4,2
F6	1926	1940	14	Irmãos	32	39,9
F7	1926	1951	25	Amigos	20	20
F8	1929	1933	4	Economia	28,2	76,6
F9	1930	1954	24	Amigos	48	12,1
F10	1930	1940	10	Trabalho	32,2	32,2
F11	1930	1947	17	Economia	53,2	106,1
F12	1931	1945	14	Economia	100	91,7
F13	1931	1950	19	Economia	32	15,7
F14	1932	1938	6	Economia	18	46
F15	1933	1945	12	Banco	159,7	159,7
F16	1934	1950	16	Economia	36,3	266,2
F17	1934	1941	7	Economia	12	115,6
F18	1934	1963	29	Economia	44	75
F19	1937	1943	6	Economia	15	314,1
F20	1938	1950	12	Economia	34,2	48,4
F21	1958	1975	17	Economia	NL	50,8
F22	1960	1972	12	Amigos	52,9	52,9
F23	1961	1963	2	Economia	2,4	4
F24	1963	1965	2	Economia	14	18,1

Fonte: o autor

### **5.2.3 Uso de insumos/ produtos pelas famílias entrevistadas em Taquaritinga, SP.**

O uso de insumos e /ou produtos químicos abordado nas entrevistas indicou que três famílias não lembravam dos nomes dos produtos químicos, usados nas plantações entre 1920-1950, nos primeiros anos da imigração, conforme Quadro 5. Os produtos mais usados como Manzate, Metalitox, Rodiatox, Parathion, Calda bordalesa, Metaltox, Dithane, Neantina foram citados, no período compreendido entre 1930 e 1960, pelas famílias mais antigas e 1960 -1995 pelas que chegaram no Brasil em anos mais recentes. Alguns entrevistados mostraram maior conhecimento em relação aos nomes e uso dos produtos; outros declararam que seguiam as orientações dos vizinhos,

“patrícios” e amigos. A indicação técnica, nos primeiros anos de trabalho na terra, era desconhecida, pela falta de agrônomos e especialistas.

A partir dos anos 70 a orientação e as informações sobre a aplicação dos produtos químicos foi sendo aprimorada e modificada. Entre os entrevistados, apenas uma família mostrou mais conhecimento sobre o uso dos produtos químicos, entre 1931 e 1970, em razão de um filho ter trabalhado como vendedor de agrotóxicos entre 1960-1970, em Taquaritinga, SP. Algumas datas, citadas pelos entrevistados, ficaram marcadas em razão de algum incidente, internação ou fato relacionado ao uso dos produtos químicos, na época, conforme Quadro 5A.

Os resultados não puderam ser comparados com outros estudos da literatura, por falta de pesquisas sobre este tema, relacionados aos imigrantes japoneses e seus descendentes.

**QUADRO 5** - Uso de insumos/produtos químicos

<i>Família</i>	<i>Período</i>	<i>Produto</i>	<i>Finalidade</i>	<i>Cultura</i>
F1	1964-1977	Manzate	Fungicida	Tomate
F2	1969-1970	Metaltox	Inseticida	Algodão
F3	1950	NL	Inseticida	Cereais
F4	NL	NL	NL	NL
F5	1960	Metaltox	Inseticida	Tomate
F6	1935-1940	Rodiatox	Sistêmico	Algodão
F7	1935-1960	Metaltox	Inseticida	Tomate
F8	1960-1970	Rodiatox	Inseticida	Tomate
F9	1940-1960	Rodiatox	Inseticida	Algodão
F10	NL	NL	NL	NL
F11	1984	Parathion	Inseticida	Tomate
F12	1994-1995	Rodiatox	Sistêmico	Tomate
F13	1930-1945	exasom	Inseticida	Algodão
F14	NL	NL	Pragas	Algodão
F15	1960-1965	Calda Bor	Desinfec.	Tomate
F16	1956	Rodiatox	Inseticida	Berinjela
F17	1950	Metaltox	Inseticida	Tomate
F18	1940-1950	Metaltox	Inseticida	Tomate
F19	1941-1950	NL	NL	Algodão
F20	1960-1970	Metaltox	Inseticida	Tomate
F21	1958-1962	Rodiatox	Inseticida	Pepino
F22	1962-1975	Ditane	Inseticida	Tomate
F23	1965	Niantina	Inseticida	Tomate
F24	1965-1975	Horitox	Inseticida	Arroz

Legenda: NL = Não lembra

Fonte: o autor

**QUADRO 5 A** – Relatos sobre o uso de insumos/produtos químicos

<i>Família</i>	<i>Relatos dos entrevistados</i>
F1	O pai foi internado; o médico pediu para abandonar a atividade rural, mas não teve jeito.
F2	Sintomas de vômito, não foi internado, continuou trabalhando.
F3	O pai foi internado.
F4	Muito experiente como agricultor, começou trabalhar na terra em 1955.
F5	O sr. M. passou mal, teve tonturas, náuseas, não foi hospitalizado.
F6	Irmão mais velho foi hospitalizado; cavalo quase morreu pela ação do veneno.
F7	Usava niantina, calda bordalesa, rodiatox, metasis tox; muitos casos na vizinhança.
F8	Passou mal, mas não foi internado.
F9	Primos e vizinhos foram intoxicados; usavam um lenço para se proteger.
F10	Muito experiente como agricultor, começou trabalhar na terra em 1950.
F11	A filha, com 17 anos morreu por ingestão do produto.
F12	O tio, com 40 anos, morreu por contato com produto, o vidro quebrou no manuseio.
F13	Usava arsênico, verde paris, exasom em pó; ouviu boatos de mortes por uso dos produtos.
F14	Ouviu falar de casos de vizinhos intoxicados.
F15	Usava inseticidas no tomate, mas não tiveram problemas.
F16	Tinha 13 anos, foi internado.
F17	Não tiveram problemas mais sérios.
F18	Não tiveram problemas mais sérios.
F19	Agricultor experiente, com mais de 40 anos na agricultura.
F20	Ouviu falar de casos de vizinhos intoxicados.
F21	O pai foi internado; foi muito intoxicado ao longo dos anos; não pode mais trabalhar.
F22	Irmã e pai passavam mal; ficavam no hospital até desintoxicar, não havia proteção, EPI's.
F23	Era proibido o uso de niantina, quando descobriam tinha que gradear a terra.
F24	Não teve problema, vivia no meio do veneno.

Fonte: o autor

Os relatos, com base na lembrança dos entrevistados, sobre o uso e aplicação dos produtos químicos pelas famílias japonesas, estão descritos no Quadro 15. (APÊNDICE B)

Pelos depoimentos e ausência de dados mais consistentes a questão do uso de produtos químicos, pelos imigrantes japoneses, não permite inferir considerações significativas.

#### **5.2.4 Produtos orgânicos produzidos pelas famílias entrevistadas em Taquaritinga, SP**

A pesquisa buscou verificar se os imigrantes japoneses, em Taquaritinga, utilizaram alguma técnica de cultivo da terra, sem o uso de agrotóxicos. Estudos da literatura são escassos sobre o assunto; trabalho de Gonçalves (2008) abordou a Religião Messiânica e o consumo de produtos produzidos sem agrotóxicos, a partir dos anos de 1955, quando a Igreja Messiânica Mundial chegou no Brasil.

Das famílias entrevistadas seis alegaram não ter conhecimento sobre o assunto, ou não se lembrarem, nos primeiros anos da colonização japonesa, da produção sem o uso de produtos químicos. Alguns comentários foram transcritos no Quadro 16 (APENDICE C).

Os entrevistados consideraram que, nos primeiros anos, entre 1920-1940, os imigrantes encontraram uma terra fértil, com a incidência de poucas pragas, com pouco uso de venenos. A maior preocupação no início era a formiga e a necessidade de extinção ou controle dos formigueiros. Os produtos de consumo próprio, como legumes e verduras eram cultivados em pequena escala, sem o uso de agrotóxicos.

Os produtos disponíveis na época, segundo os entrevistados, eram inseticidas e fungicidas, sistêmicos, aplicados dada a preocupação com as pragas e os ataques em larga escala.

Segundo os entrevistados o uso de adubos químicos era desconhecido, sendo a utilização de esterco de vaca e “cama de frango”, proveniente de aviários, os materiais mais usados no processo de adubação.

O uso da calda bordalesa foi citado por um único entrevistado, cuja divulgação entre os imigrantes japoneses foi realizada por uma Cooperativa criada em 1930, em Taquaritinga, filiada da Cooperativa Agrícola de Cotia.

A cultura do cogumelo shiitake foi desenvolvida por uma família, nos anos de 1990, sem nenhum tipo de agrotóxico, mas com toda a infra estrutura necessária (estufa, controle de temperatura, etc.). A produção de cogumelos era vendida na capital, São Paulo, transportada em caminhão próprio que levava frutas. Com a mudança na produção de frutas, o cultivo de cogumelos foi desativado.

Os dados obtidos em Taquaritinga permitem considerar que, mesmo com a experiência no cultivo da terra no Japão, os imigrantes adotaram as técnicas praticadas pela maioria, sem orientação técnica, uma vez que pelos relatos, a figura do engenheiro

agrônomo era rara, no começo da colonização. Os produtos orgânicos, pelos dados obtidos, seriam conhecidos pelos japoneses em anos bem recentes.

### **5.3 A família**

#### **5.3.1 O ensino da língua japonesa aos filhos dos imigrantes japoneses entrevistados**

Um estudo de Braghini (2007) trata da memória familiar, e procurou avaliar os motivos da renúncia da língua dos ancestrais, pelas famílias dos imigrantes japoneses. A proibição e perseguição pelo governo brasileiro no período da Segunda Guerra Mundial (1939/1945) teria sido um dos motivos desta renúncia. Em Taquaritinga as famílias entrevistadas relataram a dispersão dos grupos de japoneses das fazendas de café, no início da colonização; enquanto trabalhavam como empregados, estavam muito próximos uns dos outros e a língua japonesa era praticada diariamente. Com o deslocamento para outras regiões esses grupos foram perdendo o contato. Outros depoimentos mostram que o convívio das crianças nas escolas foi mudando o hábito de falar japonês. Alguns pais não forçaram os filhos a aprender a língua de origem; outros entrevistados declararam que o idioma japonês não era falado em casa.

Outro aspecto importante também ressaltado foi a proibição, pelo governo, do funcionamento das escolas japonesas nas fazendas, entre 1930 e 1940, com a política de Unidade Nacional, Unidade de Raça e Unidade no Trabalho.

A preocupação com o ensino da língua japonesa para os filhos estava presente em muitas das famílias entrevistadas. Outras famílias achavam que tinham que aprender o português, porque tinham que saber negociar; algumas crianças tiveram problemas na escola, os pais não obrigavam a falar o idioma japonês. Quando os filhos e netos foram trabalhar no Japão, nos anos 1980/1990, sentiram a falta da língua japonesa, segundo os relatos apresentados no Quadro 06.



**QUADRO 06:** O ensino da língua japonesa aos filhos dos imigrantes japoneses

<b>Família</b>	<b>Relatos sobre o ensino da língua japonesa aos filhos dos imigrantes</b>
F1	Os japoneses se dispersaram depois que deixaram as fazendas como empregados.
F2	Nem os mais velhos aprenderam; achavam que todos entendiam o português.
F3	Os filhos foram trabalhar no Japão e tiveram que aprender a língua.
F4	Em casa não falavam o japonês.
F5	Os netos falam porque nasceram no Japão; os pais foram trabalhar por lá.
F6	Na família falava; na colônia era quase que obrigado a falar o <i>nihongô</i> .
F7	Incentivava as filhas a falar inglês; as filhas trabalham na área medica e reconhecem a falta do <i>nihongô</i> com pacientes japoneses.
F8	Os pais falavam <i>nihongô</i> em casa; os filhos que foram para o Japão, aprenderam.
F9	O pai do A. era professor de <i>nihongô</i> , com o tempo os filhos esqueceram.
F10	O pai não forçou aprender a língua japonesa.
F11	A maioria da colônia entendia português; hoje incentivaria os netos a aprenderem o <i>nihongô</i> e outras línguas.
F12	Os filhos e a mulher estão no Japão e falam japonês.
F13	A maioria não fala e não entende; só o básico, em casa. Um foi para o Japão.
F14	O pai achava que tinha que aprender a negociar e falar em português.
F15	O pai dizia que não precisava; era importante trabalhar e ganhar um trocado.
F16	Tinha aulas sábado à noite, na colônia; as meninas aos domingos de manhã.
F17	Os netos foram estudar e aprender línguas e o <i>nihongô</i> .
F18	O pai contratou professor 2 dias por semana; com o tempo foi perdendo o contato; até o pai morrer, só falava <i>nihongô</i> com ele.
F19	Os mais velhos estudaram; uma sobrinha está no Japão e aprendeu.
F20	Na colônia era incentivado a cantar em japonês.
F21	Os filhos tiveram problemas na escola e a mãe resolveu não ensinar mais.
F22	Estando no Brasil não quis obrigar a aprender o japonês; não era o meu estilo obrigar; dependia de cada um.
F23	Ainda tem parentes no Japão; a família preserva a língua e os costumes.
F24	Eram alfabetizados quando vieram; estão no Japão há 20 anos trabalhando.

Fonte: o autor

### **5.3.2 Educação dos filhos dos imigrantes japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP**

Para os japoneses, a educação e a língua eram elementos articuladores da identificação e continuação de sua etnia (WAWSZYNIAK, 2004). Por essa razão a busca pela educação dos filhos e o aprendizado da língua estava acima de todas as prioridades.

Pelos depoimentos dos entrevistados, resumidos no Quadro 7, a maioria das famílias chegou no Brasil entre 1916 e 1940. Os filhos dos imigrantes, em período escolar, teriam frequentado o ensino básico entre 1940 e 1955, aproximadamente, considerando a chegada, o crescimento, o casamento e o nascimento dos filhos no Brasil. Os filhos dos imigrantes nascidos no Japão chegaram com idades que variavam entre 01 a 10 anos, em média. Considerando o período entre 1919 e 1940, as crianças japonesas foram para a escola nesta fase. Procurou-se obter informações desta fase: a escolaridade dos filhos dos japoneses, as dificuldades de acesso às escolas nas cidades e a necessidade de contar com os filhos no trabalho da lavoura. Pelos resultados obtidos, conforme alguns relatos mostrados no Quadro 7, as famílias valorizavam a educação dos filhos, apesar da distância da escola e da condição de acesso.

Em 10 famílias entrevistadas, os filhos estudaram até o nível básico, conhecido como ensino primário na época. Nas demais famílias os pais trabalharam muito para alguns filhos concluírem o curso superior.

A educação dos filhos, para algumas famílias entrevistadas era considerada fundamental mas a necessidade de ajuda na lavoura fez com que a maioria dos filhos homens da primeira geração (*isseis*) só concluísse o curso primário. A preocupação dos pais era com o trabalho, ganhar dinheiro e melhorar a condição de vida; os filhos mais novos tiveram a chance de estudar. Alguns entrevistados responderam que as filhas tinham que trabalhar e estudar; poucas mulheres das famílias entrevistadas tiveram a chance de só estudar.

As entrevistas em Taquaritinga confirmaram, conforme outros estudos da literatura, que os japoneses tinham preocupação com a educação dos filhos, não medindo esforços para que a formação educacional acontecesse.

Alguns depoimentos estão resumidos no Quadro 7.

**QUADRO 7** : Educação e escolaridade dos filhos dos imigrantes, entrevistados em Taquaritinga, SP

<i>Família</i>	<i>Depoimentos dos entrevistados</i>
F1	A escola era longe, não tinha condução; só os mais novos estudaram um pouco.
F2	Dos onze irmãos só o mais novo se tornou dentista; os outros foram até o 4º ano.
F3	Os irmãos só fizeram o primário.
F4	O irmão A. estudou um ano em São Paulo e fez contabilidade.
F5	Os tios tiveram formação básica no Japão; os filhos só trabalhavam.
F6	Os filhos estudaram de acordo com as condições da família.
F7	O pai trabalhou muito; o irmão mais velho fez de tudo para o A. estudar.
F8	O pai trabalhou e formou todos os filhos: médicos, engenheiros, área de saúde.
F9	Estudaram o básico; o mais novo que podia estudar optou pela lavoura.
F10	Os filhos estudaram; professor, engenheiro, advogado.
F11	Os filhos estudaram o básico; os netos nível superior e técnico.
F12	Os filhos fizeram até o nível técnico.
F13	Todos estudaram; primeiro grau, técnico, superior.
F14	Todos só trabalhavam; só uma irmã se tornou professora; o pai não exigiu os estudos.
F15	Os pais fizeram todos estudarem; os netos, todos chegaram à universidade.
F16	Uma família muito rígida, o avô tinha muito conhecimento, todos estudaram.
F17	Os pais investiram nos estudos dos filhos apesar das dificuldades.
F18	Os tios estudaram; os filhos se formaram. A família valoriza muito a educação.
F19	Os irmãos só estudaram até o 4º ano primário
F20	Geralmente todos estudaram até o grupo ou primeiro grau.
F21	A família era pequena; as filhas todas concluíram o ensino superior.
F22	Os irmãos só estudaram o básico.
F23	O pai veio com formação, o trabalho era mais importante, as filhas estudaram.
F24	A família da mãe era muito estudada, no Japão; do pai, não era muito.

Fonte: o autor

### **5.3.2.1 A relação dos japoneses com a terra**

Em cinco famílias os entrevistados não souberam dizer como se estabelece a relação dos japoneses com a terra ou como se explica a valorização da mesma. Em trabalho de Bernardes (2009) encontram-se relatos similares onde os japoneses que imigraram para o Brasil traziam a tradição do *mura* que era produzir muito em pouco espaço de terra. Neste aspecto seis entrevistados confirmaram que o trabalho na terra veio acompanhado da tradição das famílias do Japão, onde a terra é escassa, muito valorizada. Outro entrevistado lembrou que as condições climáticas, o inverno rigoroso não possibilitava o trabalho em quase seis meses do ano, fazendo com que o agricultor “tivesse que hibernar como um urso”. Outro entrevistado considerou que família ficou no campo por “não saber fazer outra coisa”, indicando que a falta de instrução foi condição para a família permanecer na atividade agrícola.

Alguns depoimentos relacionaram o valor à terra com a tradição, costumes, religião, cultura e o respeito pela natureza. A valorização da terra, transmitida pelos pais, foi salientada em seis famílias pesquisadas. Os depoimentos mais relevantes estão descritos no Quadro 7 A. A escolha destes depoimentos se baseou na pergunta ao entrevistado sobre o valor dado à terra pelo imigrante japonês, pela insistência ou persistência em manter a propriedade, ainda que pequena, após tantos anos passados.

**QUADRO 7 A:** A educação dos pais e sua relação com o conceito de “amor à terra”

<b><i>Depoimentos sobre: o que leva o japonês a gostar tanto da terra?</i></b>	<b><i>Resposta</i></b>
Não sabe fazer outra coisa; acha que é bobo mesmo!	1
Não sabe como; a terra foi lidada com muita dificuldade e trabalho.	1
Só veio a compreender, anos depois, nos ensinamentos da Seicho-no-iê	1
Veio da história, não sei de onde, veio da raça; o japonês gosta de plantar verduras. São Paulo, padaria é português, quitanda é japonês.	1
Talvez “está” no subconsciente, o correto era plantar, produzir alimentos.	1
Vem da tradição, dos costumes, do respeito; o pai deixou 2 alqueires de terra no Japão; 40 anos depois o governo consultou para saber se a família, no Brasil, autorizava a derrubada de uma casa, para passar uma estrada.	1
Não gosta da terra; da parte do pai dele, eles gostam, vai para o sítio todos os dias.	1
Não sabe dizer.	2
A educação não teve nada a ver.	2
Era costume; era da cultura, era “bom” a vida na terra, quando criança.	1
Sim, (e não deu mais detalhes).	1
A lembrança do avô (do Japão) não era boa; lá trabalhava 6 meses e hibernava 6 meses; como urso, ao chegar aqui, a fartura de terras, a possibilidade de comprar terras, talvez explique isso.	1
O pai sempre valorizou muito a terra, chegou a ter 115 alqueires (o filho adotado o venera como pai verdadeiro), deixou tudo em suas mãos.	1
O pai sempre falava para não perder o que tinha.	1
A forma como você vivencia aquilo que vive: meu avô gostava do Brasil porque tudo que planta dá; árvores de jabuticaba, do primeiro sítio comprado, são preservadas até hoje, porque representam a nossa infância.	1
Acha que a questão é econômica: 1 alqueire de cebola equivale a 20 de cereal, por isso o Japão gosta de área pequena; a família era muito pobre, passou muita fome.	1
Depois que vieram para o Brasil é que começaram a se dedicar na terra, pelo conhecimento, por entender como plantar.	1
Não sei de onde vem esse gosto; meu marido gostava de peixe, pescar, criar peixe, dizia que escutar a água caindo curava as feridas.	1
O japonês tem um respeito maior pela natureza, vem desde os tempos dos <i>samurais</i> ; tem a ver com a educação; a terra é pouca.	1
Não sabe fazer outra coisa; se tivesse tido oportunidade não teria comprado mais?	1
Vem da educação, muito rígida, disciplina.	1
A educação era muito forte (no Japão), mas o povo queria terra para trabalhar e não podia comprar.	1

Fonte: o autor

### **5.3.2.2 A educação dos filhos dos imigrantes e a relação com a religião**

A importância da educação para os japoneses é citada por Kojima (1991) com uma referência a Smith (1973): “*the brazilians build a town beginning with plaza and the church, but the japanese start with the school*”. (os brasileiros constroem uma cidade começando com uma praça e uma igreja, porém os japoneses começam com uma escola).

Em relação ao conceito “construir escolas em vez de igrejas”, os entrevistados responderam que o culto era feito em casa, tinha o *butsudan* (altar para o culto aos antepassados); em algumas casas ocupa um lugar de destaque, como peça importante do espaço, em 2013. Outros disseram que nunca houve “pressão” para construir um templo; algumas famílias eram xintoístas porque o próprio governo japonês era xintoísta; a preocupação era grande com a educação, e educação sempre foi mais importante, pois era condição para progredir e melhorar., conforme visualizado no Quadro 17 (APENDICE D).

### **5.3.2.3 A relação do trabalho e a educação dos filhos dos imigrantes**

Um dos objetivos deste estudo foi avaliar se o imigrante japonês valorizava a educação dos filhos e se a necessidade da mão-de-obra familiar, na agricultura, interferiu nos estudos dos mesmos. Com base em outros estudos da literatura a pesquisa buscou identificar aspectos desta relação: a escola e o trabalho na terra. Todas as famílias entrevistadas consideraram que a escola não interferiu nos afazeres no campo; os que não puderam estudar ajudavam os pais, outros prosseguiram nos estudos. Em onze famílias os filhos dos imigrantes fizeram o ensino primário e ficaram na terra, conforme alguns relatos mostrados no Quadro 7B.

Os dados permitiram concluir que, apesar da necessidade da ajuda dos filhos na agricultura, alguns puderam estudar, enquanto os irmãos compensavam a falta deles na terra. Outros depoimentos mostraram que alguns filhos queriam estudar para melhorar as condições de vida das famílias mas optaram em ficar na terra e ajudar os pais.

**QUADRO 7B:** Prejuízo da força de trabalho da família japonesa em relação à escolaridade dos filhos

<i>Família</i>	<i>Comentários sobre: o trabalho na terra em relação aos estudos dos filhos</i>
F1	Não tinha escola; a maioria não foi adiante.
F2	Não. Poucos estudaram, trabalharam até casarem.
F3	Não. O pai e dois irmãos só trabalharam.
F4	Não. Os irmãos e filhos trabalham na terra até 2013
F5	Não. Todos trabalharam muito; a família era grande.
F6	Não. Os que puderam, seguiram carreiras.
F7	Não. Dois irmãos ajudaram A. a estudar.
F8	Não. O pai e a mãe trabalharam muito para os filhos poderem estudar.
F9	Não. O que podia estudar não foi; preferiu ficar na terra.
F10	Não.
F11	Não. Na verdade só estudaram o básico.
F12	Não. Não sabe dizer.
F13	Não.
F14	Não. Todos ficaram na terra e trabalharam.
F15	Não. Os pais focavam nos estudos e no trabalho.
F16	Não.
F17	Não. Os filhos tinham que primeiro estudar.
F18	Não. Um filho muito inteligente, o pai pediu para um amigo, na cidade, deixar ele ficar na casa para poder estudar; ele fez o ITA, trabalha lá como professor.
F19	Não. Contratou empregado quando precisou.
F20	Não. A maioria só fez os primeiros anos
F21	Não. Todas as filhas estudaram.
F22	Não. Todos trabalharam muito.
F23	Não. Todos trabalharam muito.
F24	Não. A família era pequena, mas todos ajudavam.

Fonte: o autor.

### **5.3.3 O casamento dos filhos dos imigrantes japoneses, em Taquaritinga, SP**

Nos casamentos arranjados (*omiai*) aparecia a figura do *nakôdo*, intermediário dos arranjos matrimoniais (WAWSZYNIAK, 2004). A expressão “três contos pela filha” era comum entre os japoneses que temiam perder uma mulher integrante da família por força do casamento e saída da casa dos pais; o casamento arranjado garantia que o noivo fosse morar na propriedade do sogro. Essa combinação foi observada em 18 famílias entrevistadas em Taquaritinga, SP.

A escolha dos noivos e noivas permitiram a junção de famílias provenientes da mesma *mura* do Japão, fortalecendo as propriedades agrícolas, e os relatos mostram a influência de alguns membros da comunidade em relação às demais famílias japonesas.

“O casamento inter-étnico poderia representar a quebra na organização familiar cujos alicerces estavam plantado em padrões tradicionais de ordem, dever, e interesses compartilhados pelo grupo étnico”. (WAWSZYNIAK, 2004).

Das 24 famílias entrevistadas, 04 relataram que o casamento dos filhos dos imigrantes foi liberado, permitindo a mistura das etnias ( japoneses com outras etnias). As demais famílias lembram que a prática do “*omiai*” era comum e os filhos aceitaram os acordos firmados entre as famílias (do noivo e da noiva).; uma família que chegou no Brasil em 1963, lembrou que para os japoneses o casamento é um negócio, garantindo uma boa comissão para o intermediário do arranjo, conforme relatos apresentados no Quadro 8.

Os relatos das famílias permitem considerar que a preocupação dos imigrantes japoneses em manter a tradição, o costume e a preservação da etnia, foi trazida no processo da imigração ao Brasil.

Para a maioria dos entrevistados os pais determinavam o casamento dos filhos com japonesas ou descendentes; a escolha do noivo ou noiva, com a prática do *omiai* (casamento arranjado entre as famílias).

Em três famílias em que os pais não forçaram o casamento com japonesas, ou descendentes, duas famílias tiveram filhos que casaram com outras etnias e uma, apesar do pai ser “liberal”, os filhos casaram-se com descendentes de “*nisseis*” (Nissei é a segunda geração dos imigrantes japoneses).

Ao longo das entrevistas, verificou-se que os descendentes de japoneses, ao falar da etnias, consideram “japoneses” todos os descendentes dos imigrantes e chamam de “brasileiros” os integrantes de outras etnias.

Apesar da aparente aceitação de serem brasileiros, fica muito evidente o constrangimento, ainda em 2013, dos casamentos com outras etnias, demonstrando o preconceito do japonês em misturar o sangue como visualizado no Quadro 8.

**QUADRO 8:** Casamentos dos filhos dos imigrantes japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP

<b>Família</b>	<b>Relatos das famílias entrevistadas sobre os casamentos dos filhos</b>
F1	Todos casaram com “brasileiras” ou “brasileiros”; a família não se preocupava com as tradições, o passado. O pai, senhor M. casou com “italiana”.
F2	O sr. K casou por <i>omiai</i> ; a cunhada C. tinha candidato bom, mas não quis casar; casou com “brasileiro”.
F3	As irmãs casaram com <i>nihonjin</i> ; o senhor T. casou com filha de italianos.
F4	A família se preocupava em saber se tinha algum tipo de doença; o pai não queria a mistura da raça, de nenhuma maneira.
F5	A pressão era grande; irmãos casaram com irmãs da mesma família; a maioria casou com descendentes <i>nihonjin</i> .
F6	No começo todos casavam por <i>omiai</i> ; o pai do A. trocou a noiva para o filho casar com outra, que ele gostava mais.
F7	O pai era bem liberal; ficou viúvo quando o filho A., o caçula, tinha apenas dois anos; não se casou, depois, apesar de ser novo ainda.
F8	Os filhos todos casaram com “japoneses”.
F9	Na família, os casamentos foram com “japoneses”.
F10	A maioria das primas se recusou a casar com <i>omiai</i> .
F11	Os irmãos foram por <i>omiai</i> ; os filhos puderam escolher; o descontentamento por <i>gaijin</i> não era disfarçado.
F12	Todos os irmãos casaram por <i>omiai</i> .
F13	O pai era muito liberal; não obrigou ninguém a casar com <i>nihonjin</i> ; cada um escolheu quem quis.
F14	O pai não queria levar nenhuma mágoa por causa de suicídio de uma filha de um amigo, obrigada a casar por <i>omiai</i> .
F15	O avô era muito radical; uma filha foi deserdada e rompeu relações até o filho mais novo casar com <i>gaijin</i> (estrangeiro); teve que aceitar a filha depois disso.
F16	Não gostava de misturar a raça; pensava em voltar ao Japão. Ao voltar viu que os filhos não se adaptariam mais; ficou decepcionado.
F17	Uma irmã não queria casar, mas casou com o escolhido; vive até hoje (2013); a sobrinhada já se misturou; cada um casou do seu jeito.
F18	Os pais é que escolhiam as noivas e noivos.
F19	Todos os irmãos casaram por <i>omiai</i> ; o pai trocava ideia com a irmã mais velha nos arranjos de casamentos.
F20	A avó, recusou três pretendentes, apresentados pelo pai; casou com o Sr. M, 2 anos mais velho, em 1947, por <i>omiai</i> ; viveram 66 anos juntos.
F21	Os tios casaram por <i>omiai</i> .
F22	O pai mostrava-se preocupado com o M. casar com <i>gaijin</i> , foi comunicar a família do “patrão” quando M. decidiu casar com <i>nihonjin</i> .
F23	É do tempo que japonesa não podia namorar “brasileiro”; o filho R. casou com “brasileira” e não deu certo.
F24	Todos casaram por <i>omiai</i> ; é um negócio; garante uma boa comissão para o intermediário; amor só a curto prazo.

Fonte: o autor



### 5.3.4 A culinária japonesa e as famílias entrevistadas em Taquaritinga, SP.

As entrevistas mostraram que quatro famílias, em 2013, mudaram o hábito alimentar trazido pelo imigrantes japoneses. Essa mudança foi justificada pelo casamento de alguns filhos com “brasileiros ou brasileiras”. O termo “brasileiro” é utilizado pelos entrevistados, sem distinção, para italianos, alemães ou outras etnias, independente de nascidos no Brasil ou não.

As famílias, na sua maioria mantêm o costume da culinária trazida pelos avós e pais; diferenças no modo de preparo de pratos, de regiões do Japão, são comentadas entre japoneses e descendentes, nas reuniões dos clubes, por ocasião dos almoços ou jantares de confraternização. Este aspecto reforça a ideia das diferenças regionais, das vilas rurais japonesas, trazidas na culinária. Os eventos nas associações se mantêm pela música e comidas típicas, basicamente, em 2013.

Outra justificativa para a mudança nos hábitos alimentares foi atribuída à falta de produtos japoneses, no início da colonização, o que levou a família a consumir os produtos da culinária brasileira ou de outros povos, como polenta, típica dos italianos. O consumo do arroz preparado à maneira brasileira foi incorporado ao feijão, que para os japoneses era utilizado para confecção de doces. O uso de gordura de porco, banha, molhos, entre outros produtos, foi de difícil aceitação pelas famílias no início da colonização.

As lembranças dos entrevistados mostram que a falta da culinária japonesa foi um dos aspectos mais difíceis de ser superado entre todas as dificuldades enfrentadas. A falta do *shoyu* (molho de soja), *missô* (pasta de soja), *tofu* (queijo de soja), peixe, arroz próprio para a culinária japonesa, e vários tipos de verduras, marcou uma fase difícil de ser esquecida.

Os dados permitiram concluir que a culinária, para a maioria dos japoneses e descendentes, é fundamental no dia-a-dia e na preservação dos costumes trazidos do Japão, mesmo depois de muitos anos de Brasil.

Os comentários dos entrevistados sobre esta questão estão descritos no Quadro9.

**QUADRO 9:** A culinária japonesa e as famílias entrevistadas em Taquaritinga, SP

<i>Família</i>	<i>Comentários sobre a conservação dos hábitos alimentares</i>
F1	A família adotou a comida brasileira; quase não faz a comida japonesa.
F2	A família usa a culinária japonesa; nos fins de semana as netinhas preferem comida brasileira.
F3	A mulher é “brasileira”; faz comida brasileira.
F4	Os pais faziam o <i>missô</i> e <i>shoyu</i> todo ano para usar no ano seguinte.
F5	Mantem a culinária, os pais eram doceiros, no Japão, fornece nas festas típicas da cidade um doce cuja receita é do tempo da avó.
F6	Passaram fome no começo; o senhor T. come <i>gohan</i> (arroz) até no jantar; no Japão comia arroz no café da manhã.
F7	No começo fazia <i>shoyu</i> de milho, só para tapear.
F8	O valor dado ao <i>umeboshi</i> (fruta em conserva) é tanto que uma tia vem de Campinas buscar no sítio, em Taquaritinga.
F9	Sempre fazem a comida típica; mas na família tem os que gostam é de carne; não dão valor às verduras.
F10	Todos gostam da comida japonesa; a empregada que trabalhava com a mãe veio trabalhar na casa do filho, depois que a mãe morreu e faz a comida, diariamente.
F11	A senhora Y., matriarca da família, controla a cozinha; sempre manteve o costume; come peixe todos os dias.
F12	Não tem netos, mas todos gostam da comida japonesa.
F13	A família condena as variações no cardápio: <i>sashimi</i> com limão, <i>temaki</i> (bolinho de arroz com recheio) com abacate, <i>sushi</i> com maionese, etc.
F14	Desde o tempo do pai come comida brasileira; faz comida japonesa de vez em quando. Todos gostam, mas muitos casaram com “brasileiras” e “brasileiros”; mantem o hábito, apesar da mistura.
F15	Desde o tempo do pai faz comida brasileira, mas gostam dos dois tipos. Faz comida japonesa de vez em quando.
F16	A família mantém a culinária japonesa.
F17	A família é muito tradicional; apesar de sobrinhos “brasileiros”, “alemão”, todos gostam da comida japonesa.
F18	A mãe era muito preocupada e conseguia alimentar os filhos com o mínimo que conseguia; brotos de plantas; hoje a alimentação não é mais problema.
F19	Os netos, mesmo sendo crianças gostam muito da comida.
F20	Todos gostam, filhos, sobrinhos.
F21	O pai mantém o costume da roça; comer às 9 horas da manhã; a família mantém os costumes do Japão.
F22	Têm a ver com o costume no Japão, muitas verduras e legumes.
F23	A família tem supermercado, produtos típicos japoneses, banca de peixes em Ribeirão Preto. A neta come <i>sashimi</i> , duas vezes, de manhã.
F24	A família mantém os costumes, de maneira muito forte, na culinária.

Fonte: o autor.

### 5.3.5 A espiritualidade dos imigrantes e descendentes entrevistados em Taquaritinga, SP.

Os imigrantes japoneses imigravam do Japão com uma religião definida, na maioria de orientação budista conforme apontam os dados das entrevistas. Resultados similares são descritos por outros estudos disponíveis (TAKENAKA, 2003; ANDRE, 2009)

Na chegada ao Brasil, entre 1908-1936, ao passarem pelo serviço de imigração as famílias declararam sua religião, ficando registrado no livro de entrada dos estrangeiros. Os imigrantes japoneses declaravam como da religião “Acatholica”. (WAWSZYNIAK, 2004). Estudo de Hirakawa (2007) cita que, em pesquisa realizada no Serviço de Imigração Brasileira, até 1936, dos 176.755 japoneses imigrantes, 1,33% declararam como da religião católica; os demais eram “acatólicos” ou budistas.

Em Taquaritinga, os entrevistados relataram como pertencentes a religião budista e uma família como xintoísta. Nas famílias entrevistadas nove declararam serem budistas e católicas, ao mesmo tempo, os pais eram budistas e os filhos foram batizados na igreja católica. Nas casas mantém o *butsudan* (altar para o culto aos antepassados) e seguem o ritual do culto aos antepassados.

Os que declararam seguir a religião católica são cinco famílias; seis são budistas, três são xintoístas/católicas e uma família se declarou budista/*seicho-no ie*.

Pelos depoimentos a religião católica foi uma aceitação decorrente dos filhos nas escolas brasileiras e uma forma de declaração de aceitação de serem brasileiros não diferentes. Os mais velhos ainda mantêm a tradição budista; as novas gerações são católicas, como se pode inferir pelos dados do Quadro 10.

Pelos relatos dos familiares a espiritualidade se apresenta como dividida em dois momentos: a fase de chegada dos imigrantes, a orientação espiritual budista ou xintoísta; com o nascimento e casamento dos filhos adotaram a religião católica.

Em 18 famílias o *butsudan* (altar para o culto aos antepassados) é mantido em lugar de destaque na casa com a prática das reverências diárias.

Para os japoneses o ritual no interior da casa revestia-se de especial significado ao assumir a condição de elo entre o passado e o presente. Dentro do *ie* acha-se o *Kami dana* (o santuário doméstico), onde os antepassados são cultuados. O *ie* é herdado dos

antepassados. Ainda que a pessoa morra e a casa mude, os residentes continuam a pensar que estão realmente vivendo com seus ancestrais.

Estudo de Nucci (2006) observa que existe uma dualidade do oriental em certos posicionamentos na vida; “na frente”, para as pessoas, o japonês declara ser católico; “nas costas” ele é budista ou xintoísta; é uma concepção para preservar o lado íntimo, pessoal, em relação ao lado público, social. Outros estudos como de Andre (2009) e de Hirakawa (2007) citam a adesão ao catolicismo como maneira de evitar as perseguições e a aceitação pelo povo brasileiro de religião católica, em sua maioria, nos anos de 1920- 1950.

Para entender a questão da espiritualidade dos japoneses, as entrevistas foram complementadas com um levantamento dos imigrantes japoneses e descendentes sepultados em Taquaritinga, SP entre 1919 e junho de 2013. A vida religiosa japonesa tem como uma das referências o culto aos antepassados; quando os imigrantes deixaram o Japão, os filhos mais velhos ficaram com a responsabilidade de manter o *ie*, o culto aos antepassados. A permanência definitiva dos japoneses e os familiares sepultados no Brasil criou uma situação que não estava prevista nos planos da imigração. O levantamento dos óbitos possibilitou obter informações esquecidas pelos entrevistados e as *causa-mortis*, com similaridades em relação a outro trabalho da literatura como o de Takenaka (2003) confirmando o grande número de óbitos de crianças entre 1919 e 1950 em Taquaritinga, SP.

Esse levantamento permitiu um avanço na literatura, ao procurar conhecer as condições de saúde enfrentadas pelos japoneses e as doenças que provocaram a perda de familiares, na grande maioria crianças.

**Quadro 10:** A religião dos imigrantes e descendentes japoneses entrevistados em Taquaritinga, SP

<i>família</i>	<i>Religião</i>	<i>Relatos sobre a religião praticada pelas famílias entrevistadas</i>
F1	Católica	Todos seguiram o costume brasileiro; batismo, casamento.
F2	Cat/Bud	Cada um seguiu a sua orientação; não havia determinação.
F3	Católica	O pai veio do Japão, mas nunca falou de religião; tinha o <i>butsudan</i> .
F4	Cat/Bud	Os pais eram budistas; os filhos seguiram a católica.
F5	Bud/Seich	O pai pediu para manter os sutras; a Sra. T. é preladora em Taquaritinga.
F6	Cat/Bud	Os filhos seguem a católica; os mais velhos eram budistas.
F7	Católica	Os filhos seguem a católica; os mais velhos eram budistas.
F8	Budista	Segue a tradição dos avós e pais; mantem a tradição, diariamente.
F9	Cat/Bud	Os pais eram budistas; os filhos seguiram a católica.
F10	Budista	Os pais eram budista, seicho-no iê, a família é espírita.
F11	Cat/xint	Os pais eram xintoístas; os filhos seguem a católica.
F12	Cat/xint	O pai era católico, tinha o <i>butsudan</i> , seguia o xintoísmo.
F13	Cat/Bud	Os pais eram budistas, tem o <i>butsudan</i> ; os filhos seguem a católica.
F14	Cat/xinto	O pai nunca exigiu a religião; cada um seguiu sua escolha; o sr. S. segue um ritual todo mês.
F15	Budista	O avô e pai eram budistas; a filha é espírita; culto aos antepassados é presente.
F16	Budista	A família tem forte ligação com a região de origem, no Japão; culto aos antepassados.
F17	Católica	Mantém o <i>butsudan</i> ; nunca houve pressão para os filhos seguirem determinada religião.
F18	Cat/Bud	Ajudou a construir templo budista em Ribeirão Preto; os filhos são católicos.
F19	Cat/Bud	Tinha o <i>butsudan</i> ; todos casaram na católica; mudaram para a evangélica.
F20	Budista	O pai mantém o <i>butsudan</i> ; as filhas foram batizadas na católica.
F21	Cat/Bud	O pai mantém o <i>butsudan</i> ; as filhas foram batizadas na católica.
F22	Budista	A família mantém o <i>butsudan</i> em destaque na sala de estar da casa.
F23	Cat/Bud	O filho mantém o <i>butsudan</i> , os filhos foram batizados na católica.
F24	Católica	Mantem o <i>butsudan</i> ; não vê relação entre a religião com o fascínio pela terra.

Legenda: Cat/Bud = Católica/Budista Cat/Xinto = Católica/Xintoísta Cat/Seich = Católica/Seicho-no-iê

## 5.4 As relações sociais

### 5.4.1 Associações dos japoneses e descendentes em Taquaritinga, SP

Os imigrantes tinham a preocupação em manter os costumes trazidos do Japão e as famílias se reuniam em uma propriedade próxima da cidade de Taquaritinga, por ocasião de festas e confraternizações. Um membro da comunidade trazia de São Paulo filmes japoneses que eram projetados num galpão deste sítio, com a plateia sentada em caixotes de madeira improvisados. Em 1955, um grupo de jovens, contrariando a vontade dos mais velhos, conseguiu parte do dinheiro com um deputado paulista para iniciar a construção da sede do Nipo Clube de Taquaritinga.

Pelas respostas e depoimentos colhidos nas entrevistas a comunidade japonesa foi dividida em dois grupos, em 1962, com a criação do segundo clube denominado Associação Japonesa de Taquaritinga Kai Kan. Hirakawa (2007) define Kai Kan como a associação de japoneses; outra denominação utilizada pelos imigrantes era a de Kenjin-Kai, associação da província japonesa, fazendo referência à *mura* do Japão.

A separação aconteceu por causa da eleição para presidente do Nipo Clube de Taquaritinga, e o presidente eleito não foi reconhecido, com a alegação da chapa contrária de que não seriam filiados à Federação das Colônias Japonesas do Brasil.

Dos entrevistados 11 famílias são associadas ao Nipo Clube, 9 famílias associadas do Kai Kan, 2 famílias associadas das duas agremiações e 2 famílias não são associadas. Alguns comentários sobre esta divisão das famílias estão transcritos no Quadro 11.

Esta divisão da colônia japonesas em Taquaritinga, com duas agremiações separadas, evidenciam sinais de influência de dois grupos japoneses e que resistem às tentativas de reconciliação. Os dados obtidos nas entrevistas permitiram verificar de que regiões do Japão as famílias pertencentes às associações culturais eram provenientes.

No Nipo Clube seis famílias associadas vieram de Kumamoto, duas de Fukushima, duas de Okayama e as outras quatro famílias de Nagasaki, Totori, Niígata e Miage-ken. Na associação cultural Kai-kan duas famílias vieram de Iwate, duas de Fukushima e as demais de Nagasaki, Takanabe, Kumamoto, Miyagi, Nagoya, Niígata e Ibaraki. Duas famílias, últimas a chegar em Taquaritinga, são associadas das duas agremiações. A união das famílias nas associações em Taquaritinga lembra o conceito de *mura* (vila rural) trazido do Japão.

A divisão das associações dos japoneses, em Taquaritinga encontra situação parecida em Campo Grande, MS, onde um estudo de Kubota (2008) verificou a separação dos japoneses em dois clubes. Uma ala dissidente, proveniente de Okinawa fundou o Clube de Okinawa, separando do Nipo Clube que era a associação mais

antiga. A autora não confirmou se a cisão ocorreu por conta dos resquícios da Segunda Guerra, das diferenças entre vitoristas e derrotistas, ou, por briga entre duas famílias que disputavam o poder na comunidade japonesa.

**QUADRO 11** : A divisão das famílias japonesas nas associações em Taquaritinga, SP.

<i>Família</i>	<i>Comentários sobre as razões da separação da associação japonesa</i>
F1	Foi problema político. Duas famílias brigaram feio; acha que o resultado deveria ter sido respeitado.
F2	O sr. W. tentou unir, em 1962; as diferenças nunca foram acertadas entre as famílias.
F3	Duas famílias dominavam os grupos; se desentenderam; não teve jeito.
F4	Não sabe.
F5	Os chefes se desentenderam; não combinaram; o Sr. A foi da diretoria do Clube B.
F6	As famílias entraram em atrito; o Sr. M. associados dos dois clubes.
F7	A divergência entre as famílias; associado do Clube A e tem bastante influência por ser o mais velho.
F8	Segue o tio; associado do Clube A.
F9	As diferenças eram "feroz"; frequentavam o clube depois das 22:00 horas quando não tinha ninguém nas ruas.
F10	Briga de família.
F11	Por causa de duas facções diferentes; associado dos dois clubes.
F12	Desentendimento de alguns membros do Clube A.
F13	Em 1962, ano da discórdia, houve a divisão do Clube A, Sr. Y. foi para o Clube B, com a ala dissidente.
F14	" Deixa quieto", foi a expressão de T, seguida de uma risadinha característica, sua.
F15	A briga foi liderada pelo sr. H.; associado do Clube A.
F16	A colônia ficou dividida com a briga; os dois clubes são adversários um do outro.
F17	O avô pleiteava a presidência, ganhou, mas a chapa adversária anulou alegando não ser filiado à federação.
F18	Participa do clube de Monte Alto.
F19	Foi por conta da disputa para presidente do clube, entre as famílias.
F20	Houve desavença entre algumas famílias e isso levou a uma divisão; há um movimento de reaproximação.
F21	Desentendimentos de alguns membros do Clube A e os dissidentes formaram outro clube.
F22	Briga entre as famílias.
F23	Faz referência à época da guerra; diferenças de opiniões entre as famílias Desentendimento entre duas famílias.
F24	A briga entre as famílias; já tentou a união dos dois grupos, mas não conseguiu; acha possível. Associado das duas; queria a continuidade da cultura, mas não é fácil.

Fonte: O autor

#### **5.4.1.1 A participação das famílias entrevistadas nas associações japonesas de Taquaritinga, SP em 2013.**

As famílias japonesas em Taquaritinga, nos anos de 1950-1960, organizavam torneios de beisebol, esporte muito popular entre os imigrantes. Os times representavam os “bairros” rurais, como eram chamados na época. O bairro da Barrinha tinha um time que era rival do time do bairro da Figueira. As duas famílias que lideraram a separação da primeira associação cultural, em 1962, criando a segunda agremiação moravam uma em cada bairro citado. A organização dos bairros agrícolas em Taquaritinga, lembra a concepção da *mura* (vila rural no Japão). As famílias entrevistadas relembram os principais esportes que eram praticados, nos anos de 1950-1960, além de outras atividades culturais e suas participações em anos recentes, conforme relatos transcritos no Quadro 11.



**QUADRO 11 A :** A participação das famílias entrevistadas nas associações japonesas de Taquaritinga, SP em 2013.

<i>Família</i>	<i>Relatos sobre a participação nas associações japonesas</i>
F1	Associado do Clube A porque seguia a turma do Sr. O.
F2	Alguns praticaram futebol, a esposa gostaria de aprender <i>bonsai</i> , <i>origami</i> ; tem um pinheiro de 50 anos no sítio; associado do Clube A.
F3	Sempre trabalhou no sítio, não tinha como frequentar; não frequenta.
F4	Acha importante a homenagem aos mais velhos, esportes, agora está meio abandonado; era associado do Clube B.
F5	A família participa dos eventos, é voluntária, faz doces, doações de pintura para leilões de entidades, etc. Associado do Clube A.
F6	As festas começaram na colônia, nos sítios, improvisadas; hoje associado do Clube A e é o mais velho dos imigrantes em Taquaritinga.
F7	Associado do Clube A; a esposa é artista plástica, pinta quadros.
F8	Associado do Clube A; estudou fora, voltou em 1960, gosta do undokai.
F9	A colônia era muito unida, associado do Clube B.
F10	Associado do Clube A e do Clube B.
F11	Foi presidente duas vezes; quer contar a história do Clube A.
F12	Associado do Clube A; gosta da música japonesa e acompanha o pessoal do nas viagens para os torneios de música; também é associado do Clube B.
F13	Gosta de música, dançar; foi um dos fundadores do Clube A. Hoje é associado do Clube B.
F14	O pai foi um dos fundadores do Clube A; depois foi para o Clube B, com a briga.
F15	O pai foi um dos fundadores do Clube A; Depois da separação foi para o Clube B
F16	Faz parte da diretoria, depois de 39 anos de existência é a primeira mulher aceita na diretoria do Clube B.
F17	Mora em Monte Alto e frequenta o clube da cidade.
F18	Foi presidente 3 vezes do Clube B; a colônia começou as atividades culturais no seu sítio, no período de 1935-1940.
F19	Foi o fundador mais importante do Clube A, na opinião da Sra. Y. O marido era grande entusiasta da música e valorizava muito as atividades do Clube.
F20	O filho é da diretoria do Clube B, em 2013.
F21	As filhas gostam de <i>bonsai</i> (arranjo de flores), <i>origami</i> (dobradura de papel) e tênis de mesa; participam pouco da associação do Clube B.
F22	Participa do Clube A; gosta muito de música, futebol e eventos; o neto canta e participa de torneios.
F23	Grande incentivador da música, dos festivais, dos eventos; tenta unir os dois clubes.
F24	Associado dos dois clubes, queria manter os costumes; queria unir os dois clubes.

Fonte: o autor.

#### **5.4.2 Preconceitos, perseguições e estigmas sofridos pelas famílias entrevistadas**

Em relação aos problemas, preconceitos e estigmas sofridos pelos imigrantes e descendentes, os entrevistados trataram os temas com certa dificuldade; houve resistências e constrangimentos para falar sobre o assunto. Os relatos obtidos, não permitiram estabelecer padrões. Algumas similaridades foram encontradas em relação a outros trabalhos da literatura em regiões do estado de São Paulo. (MORAIS, 2000; SHIZUNO, 2001).

Em 07 famílias entrevistadas foi registrado o desconhecimento em relação às ações do grupo de japoneses pertencentes ao *Shindo-Renmei*, logo após o final da Segunda Guerra, grupo que não aceitava a derrota dos japoneses e praticava ações extremistas contra os próprios patrícios. Os depoimentos não permitiram descobrir as razões que levaram os entrevistados a alegarem desconhecimento destes fatos, uma vez que a colônia japonesa, em São Paulo, era bastante organizada. WAWZYNIAK( 2004) cita pesquisa de CYTRYNOWICZ (2000) com dados de 1939 onde, de um universo de 11.576 pessoas consultadas, 87,72% eram assinantes de jornais japoneses. As informações circulavam entre os membros da colônia japonesas segundo vários estudos da época.

Estudo de Komatsu (2010) que pesquisou documentos do DOPS - SP (Delegacia de Ordem Política e Social) mostram depoimentos de membros do grupo Shindo-Renmei alegando que o desenrolar da guerra não era acompanhado pelos jornais brasileiros ou japoneses, mas pelas conversações entre os patrícios, nas colônias. Essa estratégia dos líderes visava enganar os membros do Shindo-Renmei desacreditando as notícias veiculadas pela imprensa.

Em relação às perseguições políticas, policiais e violências, no período 1939-1945, 20 famílias alegaram não conhecer ou saber de casos relacionados com familiares, amigos e vizinhos da comunidade japonesa.

Em relação à questão do estigma e ofensas aos japoneses, como arrendatários de terras, apenas uma família confirmou o esgotamento da terra e o uso de um produto que aumentava a produtividade, mas prejudicava a terra. A grande maioria alegou nunca ter ouvido falar, como descrito no Quadro 12.

**QUADRO 12:** Os problemas, preconceitos e perseguições aos japoneses entrevistados de Taquaritinga.

<i>Família</i>	<i>Comentários dos entrevistados</i>
F1	Não se lembra, não ouviu falar, apesar de viajar pelo estado com caminhão.
F2	Houve comentário, ouviu falar de casos de perseguição, determinada época só comia batata e fubá.
F3	O entrevistado se mostrou muito alienado em relação ao assunto; desinteressado, omissos.
F4	Diziam que o japonês esgotava a terra; usavam um produto para produzir mais e estragava a terra. O Japão viria buscar os japoneses, mandando um navio até Santos.
F5	Na época da guerra era proibido falar japonês; para viajar precisava de salvo-conduto.
F6	Teve casos em outras regiões, Birigui, Tupã; pessoas venderam terras e foram para Santos esperar o navio do Japão.
F7	Prisões, violência policial com "rabo de tatú", família M. teve supermercado confiscado em Marília. Não sabe o que aconteceu depois.
F8	O arroz esgotava a terra e era preferido dos japoneses; morreu muita gente nos lados de Borborema; os brasileiros também perseguiam.
F9	Não lembra, não ouviu falar; não ouviu nenhum relato dos pais; não se lembra de nenhum preconceito contra os japoneses.
F10	Não lembra, não ouviu falar.
F11	O ditado "onde japonês arrenda não nasce nem tiririca", não acha que é verdade.
F12	Por aqui não se lembra de nada, não ouviu falar; não ouviu falar do <i>Shindo Renmei</i> .
F13	Ouviu pelo rádio; o Japão perdeu a guerra; tinha o espírito samurai, duas espadas em casa, a mãe não trouxe; cita o livro <i>Shishim</i> (a guerra).
F14	<i>Shindo Renmei</i> ; um japonês matava o outro; esse negócio de perseguir japonês, <i>tuti buona</i> gente, como dizia os italianos...
F15	O avô, o pai, não contava, veio saber anos depois pelo livro "Corações Sujos" do Fernando Morais.
F16	O pai não contava; desviava o assunto; a terra exaurida era por falta de rotação; não acontecia só com os japoneses.
F17	Apesar das negativas, o senhor. S. N. foi preso e levado para a Ilha Grande, São Paulo; era acusado de ser do grupo anti- <i>Shindo Renmei</i> .
F18	Houve perseguição; o cunhado foi preso por razões da guerra.
F19	Não lembra; os tios não contavam; nasceu em 1956, depois da guerra.
F20	Um tio, I. K. foi preso, acusado de fazer parte do <i>Shindo Renmei</i> ; era coisa da guerra.
F21	Apesar de negar sabia dos <i>Kachigumis</i> e <i>Makegumis</i> ; leu nos jornais; com relação ao arrendamento os fazendeiros gostavam da família japonesa e do trabalho.
F22	Ouviu falar que a divisão dos clubes, em Taquaritinga, teve a ver com os derrotistas e "vitoristas".
F23	Leu em livro sobre a história, veio depois, em 1961; tem uma postura de conciliação entre as famílias de Taquaritinga.
F24	Não ouviu falar; veio depois, em 1963; na época da guerra nem tinha nascido; nasceu em 1948, chegou com 15 anos no Brasil.

Fonte: o autor.

### **5.4.3 Os sonhos dos imigrantes das famílias japonesas, em Taquaritinga,SP**

Os relatos dos entrevistados mostram que os sonhos foram se apagando com o tempo em razão da adaptação e aceitação por uma nova pátria além das raízes criadas, os filhos e o crescimento das famílias.

Ao falar do passado, dos sonhos que os imigrantes traziam do Japão, muitas lembranças foram evocadas, ainda que tanto tempo tenha decorrido. A grande maioria não teve a oportunidade de voltar ao Japão como imaginado antes da vinda ao Brasil. Outros não tiveram condições financeiras para fazer uma viagem tão longa, mesmo em forma de turismo, para rever o Japão. Alguns manifestaram o sentimento de não voltar ao Japão, mesmo como turista, por razões não definidas. Alguns filhos dos imigrantes ofereceram a viagem ao Japão como uma espécie de presente mas tiveram a recusa por parte dos pais. Algumas considerações dos entrevistados estão apresentadas no Quadro 13.

Os depoimentos encontram muitas similaridades com outros trabalhos sobre a imigração japonesa (CARIGNATO, 2002; BOMTEMPO, 2003 e CARNEIRO, 2011), uma vez que as histórias de vidas partiram do mesmo ponto de origem, num determinado momento histórico de um país com uma unidade étnica, ainda que proveniente de um povo de diversas regiões e ilhas distantes do arquipélago japonês.

A unidade étnica e os princípios que norteavam esse povo, até então desconhecido de grande parte dos outros povos do planeta, foi o elemento decisivo para a manutenção dos imigrantes japoneses no Brasil. Os sonhos se misturaram com as dificuldades e com o sofrimento vivido.

Trabalhos da literatura mostram que o sofrimento dos imigrantes era escondido, disfarçado pelas mulheres e pouco demonstrado pelos homens. (CARIGNATO, 2002; HASHIMOTO, 2008; KUBOTA, 2008 e MARTINELLO, 2009).

Com o tempo e a vivência no Brasil, os depoimentos mostram que os imigrantes e descendentes aprenderam a externalizar o que foi vivido no passado, sem sentimentos de vergonha ou remorso. Um exemplo dessa mudança foi observado numa entrevista marcada por intensa emoção, ao lembrar dos sonhos da família, ao deixar o Japão. O filho de um imigrante, com treze para quatorze anos de idade, na época, vivia uma forte crise de identidade, diante de todo o sofrimento e dificuldades, perguntava a si mesmo,

no meio da lavoura, o que é que estava fazendo numa terra tão estranha; esse jovem, diante dos problemas que a família passava, da situação de fome, da perda de parentes pela malária, indagava porque tinha nascido no Brasil e não no Japão, terra de seus pais. Um dia, numa palestra na Cooperativa Agrícola da cidade, ele ouviu o presidente da entidade, de origem italiana, de que os japoneses não tinham vindo para o Brasil por vontade própria; “os japoneses vieram porque Deus os havia mandado; Deus precisava de um punhado dessa gente para plantar, cultivar a terra e ensinar tudo o que eles sabiam para os brasileiros”. (FUGITA, 1997). Depois desse dia, aquele jovem, hoje um grande empresário, passou a entender a razão de ter nascido no Brasil.

Os sonhos da volta foram introjetados pelos imigrantes e descendentes e adormecidos nas suas memórias. O tempo se encarregou de consolidar a consciência da adoção de uma nova pátria, o Brasil.

**QUADRO 13:** Os sonhos dos imigrantes pelas famílias entrevistadas em Taquaritinga, SP

<b>Família</b>	<b>Comentários das famílias entrevistadas</b>
1.	Acha que não tem nem ideia; acha que é mais brasileiro; os pais poderiam voltar a visitar o Japão, mas não foram; sentiriam deslocados.
2.	Não sabe se a volta ao Japão teria mudado a vida da família; aqui todos levam uma vida mais ou menos, com problemas; com o tempo passado todos se consideram brasileiros.
3.	Não sabe o que o pai pensava; ele nunca falava; T., que nasceu no Brasil voltou várias vezes ao Japão; nunca pensou que poderia conhecer onde o pai nasceu.
4.	Viria, ficava 10, 12 anos; ovo não precisava comprar, achava no pasto; ninguém voltou; veio a guerra, o Japão ficou acabado; a turma foi saindo da roça, ganhou dinheiro, se formaram...
5.	A senhora T. foi ao Japão, em 2000, em busca de algum parente; voltou frustrada; não encontrou ninguém na região de seus pais; acredita que vieram para o Brasil e perdeu o contato.
6.	Acha que foi bom; se tivesse ficado no Japão teria morrido; os parentes que ficaram no Japão, os homens, morreram todos na guerra.
7.	Valeu a pena; apesar de passarem fome, no começo; foi muito difícil.
8.	Acha que a vinda da família, pelos costumes, como os indígenas, tem a tradição, os filhos devem manter as terras que herdarão dos pais; mesmo que a pessoa é médica, no fim de semana gosta de vir ao sítio e lidar com a terra.
9.	Pelo menos foi uma aventura que eles tiveram; foi um sonho, sofreram; se tivessem ficado no Japão não teriam vivido essa aventura.
10.	Os filhos foram criados como brasileiros, não como japoneses.
11.	Os japoneses queriam voltar para o Japão; há relatos de alguns que queriam voltar no mesmo dia.
12.	Sinceramente, pelas condições que moravam, o governo não dava condições, o governo feudal não dava condições; alguns não conseguiram progredir, não conseguiram comprar nada; umas duas famílias, em Taquaritinga, não conseguiram nada; vivem no anonimato.
13.	Agora acha que é bom; antigamente era difícil; anos 70, 80 foram melhorando as coisas no Japão; antes era muito difícil; hoje, está bom, apesar da mulher e dois filhos estarem trabalhando no Japão.
14.	Um país como o Brasil, não tem país igual; é um dos primeiro países do mundo; todos os povos vieram de fora; meu pai nunca quis voltar para o Japão; a família é muito feliz, todo mundo se dá bem.
15.	A sorte ajudou, o pai foi trabalhando, juntou dinheiro, conseguiu comprar o que tem; não encontrou os irmãos ao voltar ao Japão, encontrou as cunhadas; o sonho era voltar rico; acabou morrendo aqui; o que me deixou mais triste foi a bomba atômica que acabou com a guerra e matou muita gente.
16.	O avô dizia que a sua pátria era o Brasil; aqui a terra era muito boa, tudo que plantava dava; não tinha neve, não tinha <i>taifu</i> , não tinha maremoto.
17.	Um médico, presidente da cooperativa, quando K. tinha 15 anos, disse que "os japoneses não vieram ao Brasil porque queriam; Deus precisava desse punhado de gente para desbravar, para ensinar e produzir o que foi trazido pelos japoneses".
18.	Valeu a pena; quanto sofrimento; hoje está bem integrado; o Japão tem muitas intempéries, muita coisa, vulcão, terremoto, tsunami, <i>taifu</i> .
19.	Sim, talvez não totalmente; mas acho que a expectativa primordial era fixar família, negócios, enfim "raízes" em um novo país e isso de fato ocorreu.
20.	Quando veio queria voltar, mas veio a guerra, muita miséria, 2 tios morreram na guerra, eram novos, chefe, doutor; ainda bem que veio para o Brasil; quando foi passear no Japão foram elogiados pelos tios por falar bem o japonês, ficaram impressionados com o sucesso da família no Brasil; a família que ficou no Japão é mais pobre.
21.	Não sei como tava lá no Japão, para os pais não teve muita vantagem não; sofreram muito quando chegaram, passaram muitas dificuldades, sofreram muito.
22.	Acha que valeu a pena; o pai da senhorita L. queria voltar para passear, mas não teve condições; O senhor T. não teve oportunidade de voltar mas a mãe dele voltou duas vezes; aqui criaram as filhas.
23.	A mãe sempre falou que valeu a pena; o clima, a dificuldade de criar os filhos no Japão; apesar de todas as dificuldades valeu a pena; gostou do Brasil; aqui era outra vida; começou sem recursos, mas a mãe gostou muito.
24.	O pai veio pobre, com pouco dinheiro, sofreu, a gente sofreu junto; no fim deu certo; aqui tinha mais campo; conseguiu construir o que conseguimos, país estranho, mas deu tudo certo

Fonte: o autor

## 6. CONCLUSÕES

A revisão teórica com os principais autores que estudaram a imigração japonesa ao Brasil e a pesquisa conduzida com as famílias de agricultores, em Taquaritinga, SP, permitiram concluir que o mito da exploração da terra, pelos japoneses, e a exaustão da mesma podem ser entendidos pela necessidade e desejo dos japoneses de produtividade máxima, pelo retorno da terra o mais rápido possível para voltar ao Japão, numa expectativa média de cinco anos, conforme planejado pela maioria dos imigrantes.

O camponês estava acostumado, no sistema feudal do Japão, a trabalhar em áreas de terras arrendadas, em média, de 0,99 hectares, equivalente a meio alqueire ou o tamanho de um campo de futebol brasileiro; para sobreviver, portanto, exigia o máximo de produtividade, antes de vir para o Brasil.

A terra, no Brasil, em razão do desmatamento e derrubada da floresta tropical de forma radical, objetivando a exploração de grandes áreas de plantio de café fez com que a camada de húmus fosse diminuindo gradativamente, assunto bem estudado por Monbeig (1984). O problema da exaustão da terra era, portanto, comum aos japoneses e demais colonizadores, como os italianos, espanhóis, portugueses e outros. Não era exclusivo dos japoneses.

A mobilidade dos imigrantes japoneses permitiu que partissem em busca de novas terras, melhores condições de vida; não se fixavam por muito tempo, no mesmo lugar, havendo muitos casos de fugas das fazendas, enquanto “presos” pelos contratos e dívidas contraídas pelas despesas nos armazéns das propriedades onde trabalhavam. Isto gerou uma onda de boatos visando prejudicar os japoneses como forma de retaliação.

Os imigrantes japoneses arrendavam terras em áreas alagadas, brejos, por rejeição dos fazendeiros que destinavam as áreas mais nobres para o plantio do café. Mesmo em terras rejeitadas por outros colonos conseguiam bons resultados, o que aumentava a rejeição dos outros agricultores.

O mito dos imigrantes japoneses e descendentes, como responsáveis pela exaustão da terra, foi incrementado pela fobia do “perigo amarelo”, criada antes da chegada dos primeiros imigrantes e reativada de forma homofóbica durante o período 1939- 1945.

A pesquisa de dados sobre os problemas enfrentados como discriminação racial e preconceitos ajudou a entender uma fase da história que atingiu moralmente os japoneses e as influências na região em que se encontravam.

O mito do cooperativismo e solidariedade entre os imigrantes e seus descendentes era resultado da necessidade de ajuda, da sensação de isolamento, medo, do desconhecimento dos costumes e condições do novo território, da rejeição e preconceitos vivenciados, da impossibilidade de comunicação na língua portuguesa, do sentimento de serem “escravos”; ou se uniam e se ajudavam ou não sobreviveriam.

A solidariedade, no sentido mais efetivo, acontecia entre os imigrantes japoneses pertencentes à mesma *mura* (vila rural do Japão); neste caso se relacionavam como irmãos, de uma verdadeira família, extrapolando a relação familiar como a conhecida entre os ocidentais. Práticas como emprestar dinheiro, ajudar a abrir um negócio, ajudar a comprar terras, empregar a família, ceder terras para arrendamento, eram comuns entre os provenientes da mesma “*mura*”, num clima de absoluta confiança e, em nome da honra, dívidas de terceiros eram pagas, mesmo não tendo sido contraídas por aquela família.

O cooperativismo acontecia no fortalecimento das famílias da mesma “*mura*”, com a união por meio dos casamentos arranjados; a prática do “*omiaï*” (encontro arranjado entre moços e moças, por intermediários pagos pelas famílias interessadas).

A solidariedade e união entre os imigrantes provenientes do Japão e seus descendentes aconteciam em respeito a uma hierarquia invisível, não declarada oficialmente; essa hierarquia existia em função do *status* da família com maior poder econômico, maior posse de terras, melhor nível de educação dos filhos e idade do chefe da família. Essas características vieram na bagagem cultural dos imigrantes, traduzindo os costumes da aldeia rural e do conceito de “*mura*”.

No estudo com as famílias em Taquaritinga pode ser verificada a disputa pelo poder entre duas famílias que levou à separação da comunidade japonesa em duas associações culturais: o Nipo Clube e a Associação Kai Kan. Esta cisão ocorreu em 1962, sete anos após a inauguração do Nipo Clube e, em 2013 faz cinquenta e um anos de separação. Famílias que chegaram após a Segunda Guerra tentaram unir os dois clubes, mas os descendentes mais velhos não aceitaram. Os sócios do clube dissidente alegam que “eles teriam que vir ao nosso clube pedir perdão de joelhos, coisa que eles não fariam; sendo assim, fica como está.”



O preconceito racial traduzido pelos rótulos e estigmas criados foi absorvido pelos imigrantes e seus descendentes que, em sua maioria, omitem ou não admitem o sofrimento vivenciado. Muitos se apoiam na premissa de que não aconteceu; de que os imigrantes não sofreram discriminação ou perseguições. Alguns admitem ter ouvido falar, com japoneses de outras regiões. Isto é possível ter ocorrido, pelo fato do isolamento, pela dificuldade de entender a língua portuguesa. Por outro lado era conhecida a capacidade de comunicação da colônia japonesa, com seus membros, capacidade demonstrada com a reação após a derrota na Segunda Guerra e a articulação de um grupo autointitulado de *Shindo Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos em idioma japonês) com milhares de associados. O sofrimento é coisa do passado e deve ser esquecido ou introjetado. Os imigrantes japoneses e descendentes preferiram dar a resposta com o trabalho, com a produtividade, com o reconhecimento da própria sociedade brasileira.

Os imigrantes japoneses, por outro lado, demonstram preconceito quando não admitem a mistura da etnia e o preconceito ainda é muito forte, mesmo que não declarado oficialmente. Isto pode ser constatado pelos entrevistados da pesquisa realizada em Taquaritinga. O casamento do filho do imigrante japonês com outra etnia acabou acontecendo em razão da desilusão em voltar ao Japão e pelo filho nascido no Brasil ter coragem de enfrentar os pais japoneses. Os mestiços (filhos de pais japoneses com outras etnias) têm dificuldades de frequentar as associações japonesas ou são literalmente discriminados, até 2013, segundo alguns entrevistados em Taquaritinga, SP.

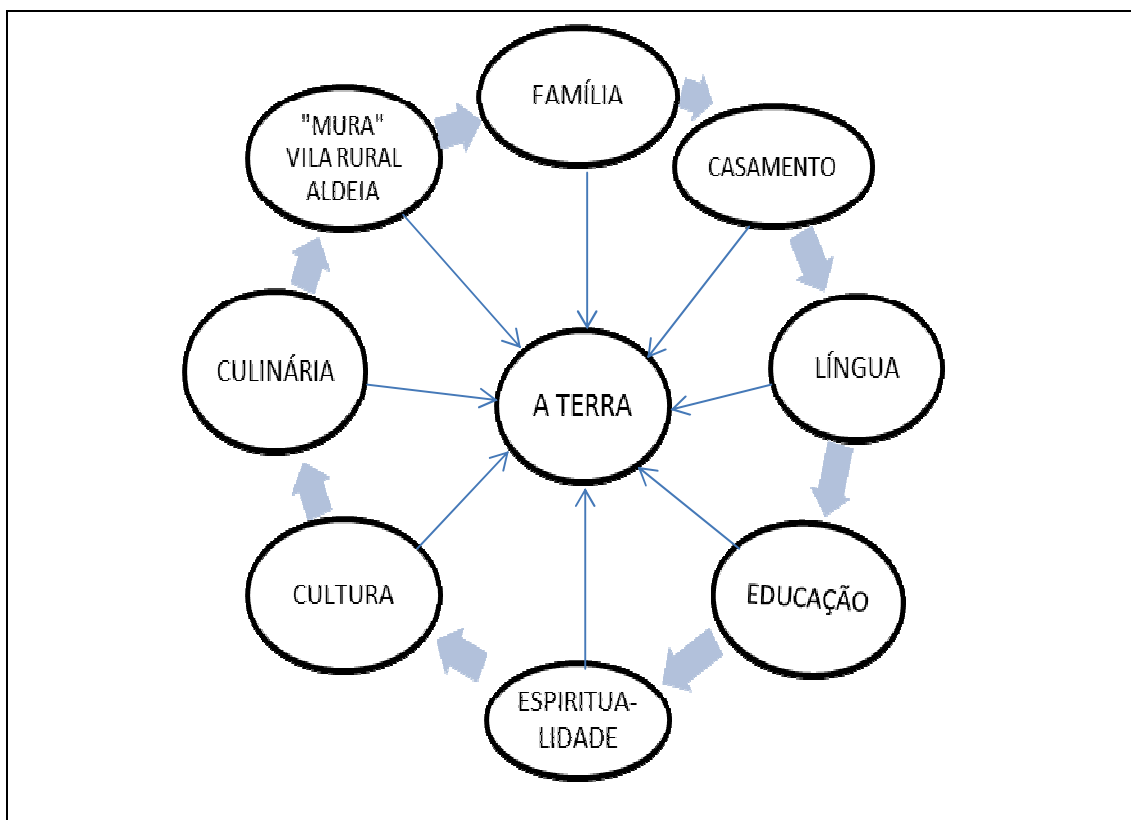
Ainda persiste a orientação para os filhos casarem com descendentes de japoneses, nas famílias que procuram manter os costumes trazidos pelos avós e pais, do Japão.

Os descendentes de imigrantes japoneses nascidos no Brasil enfrentam problemas de crises de identidade: um conflito de ser considerado japonês, no Brasil, discriminado pelos brasileiros e um conflito de ser considerado brasileiro, pelos japoneses, quando vão para o Japão, em busca de trabalho. Ao realizar a volta ao Japão, desejo tão sonhado pelos avós e pais, com o mesmo sonho de ganhar dinheiro rápido, o *Nikkei* (denominação dos filhos dos imigrantes nascidos no Brasil) enfrenta o mesmo sofrimento de 105 anos atrás, quando chegaram os primeiros japoneses no Brasil. O sofrimento foi compensado com a possibilidade de ser proprietário de um pedaço de terra, conquista impossível de ser feita no Japão.

A conquista da terra e a relação dos japoneses com a mesma é um tema que poucos autores trataram do assunto especificamente. O estudo da relação dos japoneses com a terra, com o objetivo de entender o apego, a valorização além da questão financeira, econômica, envolve valores que estão inter-relacionados com a cultura e costumes, de maneira complexa, que os próprios imigrantes desconhecem.

Os dados obtidos pelas entrevistas das famílias japonesas e seus descendentes, em Taquaritinga, SP, corroborados com os estudos da literatura, permitiram elaborar a Figura 8 denominada pelo autor como Círculo de Influências, apontando que a relação do japonês com a terra pode ser estabelecida envolvendo os oito aspectos apresentados.

**FIGURA 8:** O Círculo De Influências



Fonte: O autor.

A Família: baseada num sistema hierárquico a partir do princípio da descendência patrilinear é estruturada na figura do pai que é o eixo principal, em torno de quem tudo se organiza. Quando ele morre, seu nome é escrito numa plaqueta (*iha*) e colocada no altar da família (*butsudan*) onde passa a ser cultuado como um espírito que irá proteger a família. (CARIGNATO, 2002). A perpetuação da família, como um grupo corporativo é mais importante do que a continuidade do sangue. O pai é o guardião da

propriedade e das virtudes da família e os bens e o nome não pertence a ele, mas ao grupo que representa. (CARDOSO, 1998)

O Casamento: é um arranjo entre famílias visando à continuidade do nome, o fortalecimento econômico, a geração da força de trabalho para lidar com a terra, a preservação da etnia e a conservação da posição social.

A Língua: é o elemento fundamental na construção da identidade do povo japonês, da preservação da cultura e dos costumes. A relação com a terra mistura-se com as regionalidades, os dialetos específicos de cada região, as rivalidades entre pessoas do próprio país.

A Educação: para a família japonesa a educação sempre esteve centrada nos princípios da honra, do respeito, da disciplina, da lealdade, da hierarquia e dos ensinamentos dos costumes. A relação com a terra é traduzida no aprendizado do respeito e resignação com a força da natureza e com aquilo que ela fornece pelo trabalho.

A Espiritualidade: envolve a relação com a terra e o culto aos ancestrais com sua origem no Xintoísmo e Budismo: os valores morais, a contemplação e respeito pela natureza, o espírito reflexivo, a introspecção (falar pouco, não expressar os sentimentos) e o senso estético.

A Cultura: é representada pela tradição, pelas festividades (equinócios de primavera, verão, outono, inverno, *sakurá*, a colheita do arroz, o valor do *motigome*, entre outros.), pela música, pintura, dança, teatro e outras manifestações. A relação com a terra está presente em muitas manifestações porque a unidade do povo japonês, a família, em sua maioria, vivia da agricultura, até a vinda ao Brasil.

A Culinária: além da função alimentar, básica para qualquer povo, a culinária japonesa incorpora elementos de composição estética desde a forma de preparo até a disposição na maneira de servir; a valorização das cores, do arranjo dos alimentos, dentro de um conceito de simplicidade e harmonia. A culinária valoriza o estado natural da maioria dos alimentos, da terra para a mesa, sem o processo exagerado de industrialização dos produtos, comum em outras culturas. O processo de cocção, da mesma forma, dá preferência para um cozimento rápido, preservando as características e qualidades dos alimentos.

O *MURA*: a concepção da vila rural, trazida do Japão pelos imigrantes, lembra o conceito de aldeia, onde as famílias se reuniam em torno de um patriarca responsável pelo grupo. O agrupamento das famílias, aliado ao espírito cooperativo, ajudou na

superação das dificuldades, no início da colonização das terras e estabeleceu uma relação de amizade e união entre os membros, mantida posteriormente através das associações culturais.

A Figura do Círculo de Influências agrupa os elementos numa tentativa de entender a relação do imigrante japonês e seus descendentes com a terra. Esta relação foi sendo forjada ao longo dos anos, na construção da identidade do povo japonês e no seu trabalho na agricultura. O processo de imigração trouxe esses elementos na bagagem dos imigrantes e a busca pela propriedade da terra. Ser proprietário de terras, para os japoneses e descendentes, foi condição fundamental para a fixação definitiva no Brasil, abandonando, para sempre, a ideia da volta ao Japão. O que acontecerá nesta relação, no futuro, vai depender das próximas gerações dos descendentes de japoneses e do processo de continuidade da terra.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa mostraram similaridades com outros trabalhos da literatura sobre as histórias de vida dos imigrantes japoneses e seus descendentes, no Brasil. O trabalho abordou aspectos da história do Japão, no período que antecedeu o processo imigratório com a finalidade de conhecer e entender as razões principais que levaram os camponeses, na sua maioria, a empreenderem uma aventura para trabalhar em terras distantes e desconhecidas.

Mesmo tendo passado mais de noventa e sete anos, quando da chegada da primeira família japonesa, na região de Taquaritinga, SP, as entrevistas puderam fornecer informações sobre as razões da vinda de cada família, dos sonhos acalentados antes e durante a viagem, da trajetória e das dificuldades enfrentadas na nova terra e, principalmente, do sentimento generalizado de terem sido levados a acreditar nas promessas do governo japonês da facilidade de obtenção de dinheiro fácil, no Brasil.

As entrevistas permitiram constatar a mobilidade geográfica e social, de cada família que se fixou em Taquaritinga e que mantém atividades na agricultura, até 2013. Os depoimentos e resgate de detalhes do cotidiano foram baseados na memória dos entrevistados sendo importante considerar que a capacidade de recuperar informações passadas e distantes no tempo, varia de pessoa para pessoa e o pesquisador, como um arqueólogo, precisa usar de diversos recursos para “escavar e descobrir” essas informações. O trabalho de pesquisa exigiu um “mergulho” no passado, contando com a colaboração inestimável dos entrevistados. Esse resgate das histórias e detalhes vividos pelas famílias trouxe à tona momentos de muita tristeza, sofrimento, desencanto, ao mesmo tempo recheado por alegrias e situações hilariantes, tragicômicas, que os entrevistados, por sua dualidade, conseguem absorver. Esta dualidade tem relação com a maneira que o japonês é educado para enfrentar os desígnios da natureza, a relação familiar, o respeito à hierarquia e a resignação em relação às dificuldades a serem vividas.

Os dados obtidos na pesquisa permitiram conhecer detalhes do cotidiano das famílias, no início da colonização das terras pelos japoneses, o espírito de união e colaboração trazido do Japão, no modelo das *muras* (vilas rurais) e a valorização das relações entre os japoneses das mesmas províncias de origem. O trabalho desenvolvido e o contato com a comunidade japonesa de Taquaritinga, no período posterior à

pesquisa de campo, com a participação em vários eventos e reuniões, foram fundamentais para entender a complexa relação entre os membros dos grupos e como acontece a rede de comunicações, estruturada de maneira simples e informal. Aspectos desta relação puderam ser compreendido, no convívio mais próximo, informal e descontraído, como, por exemplo, a união em torno de um objetivo comum como a preparação de um evento aberto para a comunidade local, a organização de um festival de música de âmbito estadual ou uma campanha de arrecadação de recursos para famílias carentes da cidade.

A imigração japonesa construiu uma trajetória, no Brasil, carregada de conquistas, superações de desafios, preservando uma cultura, mas permeada por histórias que não foram contadas, que ficaram esquecidas em algum lugar no passado. Para os descendentes dos imigrantes japoneses que nasceram no Brasil, essas histórias precisam ser resgatadas.

## REFERÊNCIAS

ANDO, Z. **Estudos sócio históricos da imigração japonesa**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1976.

ANDRADE, Livia. **Os heróis da imigração japonesa**. A fantástica história dos imigrantes que, em um século, revolucionaram a agricultura brasileira e criaram verdadeiros impérios no agronegócio. Revistaruraldinheirorural.terra.com.br/edição/44 Junho, 2008.

<http://www.revistaruraldinheirorural.terra.com.br/edição/44>. Acesso em: 03/03/2012.

ANDRADE, M. P.; RIBEIRO, G. A. ; SAKURAGI, J. . **A Contribuição dos Imigrantes Japoneses no Desenvolvimento do Setor Agrícola, de Jacareí entre 1978 a 2007**. XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2008. Disponível; [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2008/anais/arquivosINIC/INIC0327\\_01\\_O.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosINIC/INIC0327_01_O.pdf) Acesso em: 08/08/2012.

ANDRE, R. G. Doutorado 2011 -Unesp/Assis. **Repensando o Memento Mori: Túmulos Japoneses, Sincretismo Religioso e Negociações de Identidades Étnicas**. Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior"2007.

[www.assis.unesp.br/Home/Eventos/.../richard.PDF](http://www.assis.unesp.br/Home/Eventos/.../richard.PDF). Acesso em: 06/09/2012.

ANDRE, R. G. **Espíritos Errantes: Sepulturas de Imigrantes...** Richard Gonçalves André, PG, História, UNESP/Assis, IV EPCT 20 A 23 DE OUTUBRO DE 2009.

[http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_iv\\_epct/PDF/ciencias\\_humanas/12\\_ANDRE.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_humanas/12_ANDRE.pdf)

Acesso em: 10/04/2013.

AOKI, A.; LIMA, M. G. **Os japoneses e a teicultura no município de Registro: a paisagem como resultado de um processo migratório**. Revista Geografia (Londrina) v.20, n.2, p.129-150, maio/ago. 2011. PR . Disponível em:

[url:<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/.../10651](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/.../10651)

Acesso em: 20/11/2013.

ABREU, K. senadora (PSD/TO) e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Arcaico e moderno. Jornal **Folha de São Paulo**, caderno mercado. Sábado, 15 de setembro de 2012.

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/66331-arcaico-e-moderno.shtml>.

Acesso em: 03/10/2013.

BARTHES, R., **O Império dos Signos**. Trad. Leila Perrone-Moisés. São Paulo. Martins Fontes, 2007.

BECKER, H.S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENEDICT, R. **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BERNARDES, J.R. **O Uso da Terra por Descendentes Japoneses**: um estudo de caso com agricultores no município de Assaí. 2009. PR. Dissertação (Mestrado) Pós-graduação Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Universidade Estadual Londrina, PR. [www.uel.br/projetos/ternopar/pages/arquivos/dissertacao%20Jamil.pdf](http://www.uel.br/projetos/ternopar/pages/arquivos/dissertacao%20Jamil.pdf). Acesso em: 23/09/2013.

BOCCHI, L. M. A. **Avaliação de uso de pesticidas na cultura da laranja em Itápolis, SP**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Centro Universitário de Araraquara, UNIARA. . Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Lúcia Ribeiro. Disponível em: [http://www.uniara.com.br/mestrado\\_drma/arquivos/dissertacao/lilian\\_maria\\_andreotti\\_bochi.pdf](http://www.uniara.com.br/mestrado_drma/arquivos/dissertacao/lilian_maria_andreotti_bochi.pdf). Acesso em: 10/03/2013.

BOMTEMPO, D. C. **Os sonhos da migração**: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado/SP. 2003. Dissertação Mestrado de Geografia: Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.2003.

BRAGHINI, K. M. Z. **Uma memória e a nacionalização dos imigrantes japoneses**. Rev. Teoria e Prática da Educação, v.10, n.1, jan./abr. 2007, p. 99-108.

CANESQUI, A. M; GARCIA R. W. D. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CARDOSO, R. C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo: Kaleidos- Primus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda., 1998.

CARIGNATO, T. T. **Passagem para o Desconhecido** - Um Estudo Psicanalítico Sobre Migrações Entre Brasil e Japão. São Paulo: Ed. Via Lettera. 2002.

CARNEIRO, F. F.; VICENTE E. S. A. **Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo**. ECODEBATE Revista Cidadania e Meio Ambiente. Artigo de Julho 2010. <http://www.ecodebate.com.br/2010/07/08/brasil-e-o-pais-que-mais-usa-agrotoxicos-no-mundo-artigo-de-fernando-ferreira-carneiro-e-vicente-eduardo-soares-e-almeida/> Acesso em: 04/03/2013.

CARNEIRO, M. L. T. **O Discurso da Intolerância**: Fontes para o Estudo do Racismo. In: FONTES HISTÓRICAS: Abordagens e Métodos. São Paulo: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. Campus de Assis. Programa de Pós-Graduação em História, 1996. p.26..

CARNEIRO, M. L. T.; TAKEUCHI, M. Y. **Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, imaginário e memória**. São Paulo: EDUSP. 2011. 772 p.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. 1962. Editora: Gaia São Paulo. (Brasil). 2010.

CINTRÃO, J. Nova Europa: **A ideologia Germanista no interior paulista**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.



COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC / Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

COSTA, E. A.; ROZENFELD, S. **História da Saúde Pública de 1920 1940**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.

DECKLE & HAMADA *apud* TANIGUTI, Gustavo. Crédito entre imigrantes: experiências de Tanomoshi-ko no bairro da Liberdade, São Paulo. Revista **Study of Nonwritten Cultural Materials**, Volume 8. 2012. Universidade de Kanagawa, Japão. Disponível em [http://www.researchgate.net/publication/233961761\\_Credit\\_among\\_Immigrants\\_Tanomoshi-ko\\_experiences\\_in\\_Liberdade\\_District\\_So\\_Paulo](http://www.researchgate.net/publication/233961761_Credit_among_Immigrants_Tanomoshi-ko_experiences_in_Liberdade_District_So_Paulo) Acesso em 12/11/2013.

DELIBERADOR, L. M. Y. **Imigrantes japoneses: empresários no Brasil, história de vida e luta**. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - São Paulo. 2000.102 p.

DEMARTINI, Z. B. F. **Imigrantes**: entre políticas, conflitos e preconceitos. Cadernos Ceru, v.21, n.2, 03, 2011.

DEMARTINI, Z. B. F. Relatos orais de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. **Educação e Sociedade**. Campinas, n. 72, p. 43-72. 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/SO101-73302000000300004> Acesso em: 10/04/2013.

DEZEM, R. **Matizes do Amarelo: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)**. Coleções Histórias da Intolerância. São Paulo, Humanitas/USP, 2005. 312p.

DEZEM, R. **Um exemplo singular de política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos Ijûchi de colonização japonesa no Estado de São Paulo (1910-1930)**. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J.& OKAMOTO, M. (Org.). (Org.). **Cem anos de Imigração Japonesa. História, Memória e Arte**. 1 ed. São Paulo: EDUNESP, 2008, v. 1, p 151-166.

DEZEM, R. **Um exemplo singular de política imigratória**: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos pioneiros de colonização japonesa no estado de São Paulo (1910-1930). **PROIN/USP**. Arquivo Público do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo. 2008. [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_politica\\_imigratoria.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_politica_imigratoria.pdf). Acesso em: 13/01/2013.

DEZEM, R.; CARNEIRO, M. L. T.. **Japoneses**. Divisão de Arquivo do Estado. Editora Univ. Original de Universidade de Michigan, 203 p. 2000. Disponível em: <http://www.nippo.com.br/campo/artigos/artigo492.php>. Acesso em: 13/01/2013.

**Diário Catarinense**, Florianópolis. 2ªfeira, 18 de junho de 2007. Ano 22, nº7.729 p.05.

ENNES, M. A. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo.** São Paulo: UNESP, 2001.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa; YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes.

**Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps).** PPGE da UFJF. 2010.

<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a3.pdf>. Acesso em: 15/09/2013.

EVOLUÇÃO NO CAMPO. Nova geração de produtores. Experiência passa de pai para filho com avanços na produção e gerenciamento - **Revista Coplana** - Janeiro 2008. p. 10-11.

<http://www.coplana.com/gxpfiles/ws001/design/RevistaCoplana/2008/Fevereiro/pag10-11.pdf>. Acesso em: 19/01/2013.

FARIA *et al.*, **Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos.** Ciênc. saúde coletiva vol.12 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2007.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000100008>. Acesso em: 04/01/2013.

FUGITA, Tomeo. **Em busca de um monte distante.** Memórias de um imigrante. Gráfica MM Ltda. São Paulo. 1997.

GARDENAL, L. M. S. **A alternância de código nas falas de nipo-brasileiros de Aliança e Fukuhaku- Mura dos informantes isseis na pesquisa: as línguas faladas nas comunidades Nikkei do Brasil.** 2008. (Mestrado em Letras) - Universidade de São Paulo.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, H. R. **Igreja Messiânica Mundial e suas dissidências: a Religião de Mokiti Okada no Brasil.** Revista Nures nº 9 – Maio/Setembro 2008 –

Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica – SP ISSN 1981-156X. <http://www.pucsp.br/revistanures>. Acesso em: 10/08/2013.

GONÇALVES, J. C. **Controle social de terra e água no interior paulista: um estudo de caso.** 2009. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo- USP . São Carlos.

[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/.../teseJulianoCostaGoncalves.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/.../teseJulianoCostaGoncalves.pdf). Acesso em: 05/08/2013.

GONÇALVES, Rogério Bessa. **O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro, São Paulo.** Anais do Museu Paulista. N. Sér. v.16. n.1.p. 11-46. 2008.

GOTO, P. R.. **Cultura nipo-brasileira: a reinvenção da tradição japonesa no Brasil.** Revista Espaço Acadêmico. N 69. Fevereiro/2007. Ano VI. Disponível em:

<http://www.espacoacademico.com.br/069/69g>. Acesso em: 10/11/2012.

HANDA, T. **O imigrante Japonês**. História de sua vida no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HARPER COLLINS, Editores. Atlas Geográfico Mundial. **Folha de São Paulo e New York Times**. Editora: Folha de São Paulo, Ano: 1994.

HASHIMOTO, F.. **Sol nascente no Brasil**: cultura e mentalidade. Assis. HFV. Arte e Cultura, 1995.

HASHIMOTO, et al. **Cem anos de imigração japonesa**. Ed. UNESP, 2008.

HERRERA, V. E. et al . **Análise da Indústria de Bens de Capital Agrícola No Brasil**: Estudo de Caso do Grupo Jacto S. A. 2004.

[http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/art\\_cie/art\\_05.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/art_cie/art_05.pdf). Acesso em: 12/08/2013.

HIRAKAWA, J. I. **A igreja metodista livre**: uma igreja evangélica japonesa no processo de inserção no Brasil. Dissertação de mestrado em Ciências da Religião. 2007,132 páginas. PUC, São Paulo. 2007. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/ENSINORE\\_LIGIOSO/dissertacoes/igreja\\_metodista](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINORE_LIGIOSO/dissertacoes/igreja_metodista) Acesso em: 11/01/2013.

HIRATA, N. **Os imigrantes e as inovações na agricultura brasileira via CAC**. 08/04/2008. Disponível em: <http://www.discovernikkei.org.br/ptjournal/2008/4/8/agricultura-brasileira> Acesso em: 19/05/2013.

HIRATA, R. Y. **Tempo e espaço na dinâmica migratória japonesa**: o caso de Mogi das Cruzes. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, MG. 18 a 22 de setembro de 2006. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

HORIBE, Y. **Os imigrantes japoneses e o café**. PROIN, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ed. particular: 1973, publicado na exposição virtual “Cem anos de imigração japonesa no Brasil” publicado pela Biblioteca Nacional do Parlamento. Japão. 2009. Disponível em: <http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/column/coffee.html>. <http://www.clacso.org.ar/biblioteca>. Acesso em: 11/09//2013.

ISHIKAWA, Tatsuzo . **Sobô: uma Saga da Imigração Japonesa** - In: Cem anos da Imigração japonesa. HASHIMOTO, et al.. Ed. UNESP, 2008.p320-326.

ISUMI, P. T. **Envelhecimento e etnicidade**: o processo de aculturação dos migrantes japoneses. Fac. Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP. 2010.

JORNAL FOLHA DA MANHA, de 28/12/1913, p.8 **“Problemas Imigratórios”**. [acervo.folha.com.br/resulyados/?q=conflito+imigrante+japoneses&site=fdm&período=acervo](http://acervo.folha.com.br/resulyados/?q=conflito+imigrante+japoneses&site=fdm&período=acervo). Acesso em 23/10/2012.

KANAZAWA, Julia Naomi. **Os imigrantes japoneses e seus descendentes em Jacaré, 1927-1951: contexto, trajetória e cotidiano**. Dissertação de Mestrado. Fac. Fil. Letras e Ciências Humanas História Social. USP, SP. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Documents/A%20uniara/A%20IMIGRA%C3%87%C3%83O>

[%20JAPONESA/DISSERTACAO JULIA NAOMI KANAZAWA.pdf](#). Acesso em: 24/04/2012.

KAWANO, C. Por que algumas comunidades de origem japonesa são fechadas. **Revista Inclusividade**, n.16, Centro de Estudos Anglicanos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. 2009. Disponível em: [http://www.japao.org.br/modules/news/article.php?com\\_mode=flat&com\\_order=0&storyid=323](http://www.japao.org.br/modules/news/article.php?com_mode=flat&com_order=0&storyid=323)<http://www.portaljapao.org.br>. Acesso em: 21/04/2013.

KIMURA. R. **Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930-1950 (de cores proibidas ao perigo amarelo)**. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

KOJIMA, S. **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba**. Dissertação Curso de Pós- Graduação em História Social do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, obtenção do grau de Mestre, 1991. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24621/D%20-%20KOJIMA,%20SHIGERU.pdf?sequence=1>. Acesso em 10/09/2013.

KUBOTA, N. F. L. **Bon Odori e Sobá: As Obasan na Transmissão das Tradições Japonesas em Campo Grande – MS**. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília.

KUBOTA, N. "Relatos De Chegada: Imigrantes Japoneses Em Campo Grande" **Revista Aurora [Online]**, 1 19 Aug 2011. <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/viewFile/82/74>  
Acesso em: 30/09/2013.

KUBOTA, N. “Manutenção das tradições na família japonesa em Campo Grande – MS” REMHU – **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**.2008.

KUMATSU, P.E.K.K. **À Espreita dos “Súditos do Eixo” para a História Social dos Imigrantes Japoneses e a Situação do Português Paulista do Século XX**. Dissertação de Mestrado em Letras da Fac. Filosof. Ciências e Letras da USP. São Paulo, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: uni conceito antropológico** / Roque 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5 ed., Campinas – São Paulo. Editora da Unicamp, 2003.

LEÃO NETO, V. C. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934): Contornos Diplomáticos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. 360 p. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

LESSER, J. **A negociação da Identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** São Paulo; UNESP, 2001.

LIANG ,T. G. **Estudos Comparativos do Público Que Frequenta os Eventos de Comemoração do Ano Novo Chinês e o Moti Tsuki Matsuri.** Trabalho apresentado Curso de Turismo – UNESP/ Rosana, SP. 2008.  
<http://biblioteca.rosana.unesp.br/upload/Thaisa.pdf> Acesso em 18/08/2013.

MACIEL., Maria Eunice. Cultura e Alimentação ou o Que Têm a Ver os Macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 145-156, dezembro de 2001

MAEJIMA, Walter Kudo. **Imigração japonesa no estado de São Paulo, 1908-1941.** Dissertação Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.  
Disponível em: <http://memoria.fundap.sp.gov.br/memoriapaulista/publicacao/grande-imigracao/imigracao-japonesa-no-estado-de-sao-paulo-1908-1941>. Acesso em 19/04/2013.

MANUEL FILHO, A. **Da xenofobia pintada de amarelo ao “quase silêncio” dos intelectuais.** Universidade Estadual de Campinas. Jornal da UNICAMP. 16 a 22 de junho, 2008.

MARTINELLO, André Souza. “Testemunhas e Memórias das Bombas atômicas de 1945 e Imigrantes japoneses em Santa Catarina.” **In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História: Por uma est(ética) da beleza na História.** Fortaleza: ANPUH, 2009.  
<http://anpuh.org/anais/?p=17606>. Acesso em: 25/10/2013.

MATSUYAMA. Américo Tetsuo. **Proposta de Turismo Pedagógico na Comunidade Yuba::** Valorização da Cultura Imigrante Trabalho apresentado ao Curso de Turismo – UNESP/Rosana, 2009.  
<http://biblioteca.rosana.unesp.br/upload/Am%C3%A9ricoTetsuoMatsuyama.pdf>. Acesso em: 25/09/2013.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Editora Hucitec, Editora Polis. 1984.

MORAIS, F. **Corações Sujos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MUNAKATA, K. Como o ar que se respira: uma resenha de algumas ideias que se disseminavam pelo Brasil nos anos 30. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 14, p.187-213, 1996.

**MUSEU DA IMIGRAÇÃO DE SÃO PAULO.** Acervo digital e documentação da chegado imigrantes. Registros de matrículas. São Paulo 2013. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/acervodigital/livros.php> Acesso em 10/08/2013.

NAKAGAWA, Júlio. Um samurai da agricultura brasileira. Revista **UNESPCIENCIA**, outubro de 2012, ano 4, n.35, p.6-11.

NOGUEIRA, A. R. . Imigração Japonesa Na Historia Contemporânea do Brasil. São Paulo: Centro De Estudos Nipo-Brasileiros/Massao-Ohno, 1984. 190 p.

NUCCI, Priscila. **O Perigo Japonês**. História Social Campinas - SP NO 12 133-149 2006.

NUNES, P. H. F. N. As relações Brasil-Japão e seus reflexos no processo de ocupação do território brasileiro. **Revista Caminhos de Geografia**. Capa > v. 7, n. 19, 2006. <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15491/8770>. Acesso em: 18/01/2013.

OCADA, F. K. Uma Reconstrução da Memória da Imigração Japonesa no Brasil **Teoria & Pesquisa** 49 jul/dez de 2006.

ODA, E. Interpretações da “cultura japonesa” e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 26, n.75, p.103-117, 2011.

OLIVEIRA, Claudia Santini; FERREIRA, Aldo Pacheco. Perfil Epidemiológico das Ações de Vigilância em Saúde das Populações Expostas aos Agrotóxicos. **Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Volume 7, Número 1, 2012. <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/view/209>. Acesso em: 20/09/2013.

PADILHA, D. L. **CAC, cooperativismo que deu certo**. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Central, 1989.

PEDRO, Adail. **A saga da imigração japonesa**. Matão/ SP- Brasil.graficaimag: 2005.

PEREIRA, J. B. B. **Publicidade e manipulação de identidade étnica: a imagem do Japão e dos imigrantes japoneses no Brasil..** Ilha. Revista de Antropologia (Florianópolis), v. 10, p. 245-254, 2010.

PEREIRA, N. O. M. ; OLIVEIRA, L. A. P. **Trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil – Censo Demográfico 1920/2000** in: Resistencia e Integração: 100 anos de Imigração Japonesas no Brasil/ IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p.33-35.

PEREIRA, R. A. O BUDISMO JAPONÊS: sua história, modernização e transnacionalização. professor da Universidade de Brasília. In: Centro de Estudos Japoneses da USP (ed.), **Anais do VIII Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa**, 2001.

PERIA, M. **Taquaritinga e seus ciclos de desenvolvimento**. Taquaritinga: Revista Imprensa.n.1, abril/2013.

POLLAK, Michel. **Memoria e identidade social- estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212,1992).

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In **Projeto História. N. 15**. São Paulo: EDUC, 1997.

Disponível: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215/8223>. Acesso em 08/08/2013.

RODRIGUES, M. H. Q. **A Metodologia de Projetos enquanto possibilitadora de práticas de educação ambiental**. UNIARA. 2009.

SAITO, H. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1980.

SAITO, H. **O Japonês no Brasil**. Estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: Editora “Sociologia e Política”, 1961.

SAITO, H; e IZUMI, S. **Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil**. **Sociologia**: revista v.15,n.3, p.248-283, 1953.

SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Edusp, 1973.

SAKURAI, C. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo: Sumaré; FAPESP. (série Imigração, 4) .1993.

SAKURAI, C. Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada-1908-1941. In: **XXII Encontro Nacional da ANPOCS**. GT 9 Migrações Internacionais. Caxambú, MG. 1998. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDgQFjAB&url=http%3A%2F%2Fbiblioteca.clacso.edu.ar%2Far%2Flibros%2Fanpocs%2Fsak>. Acesso em: 19/09/2012.

SAKURAI, C. **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil**. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000781951>  
Acesso em 20/08/2012.

SAKURAI, C. **Sushis, sashimis, arroz e feijão** In; MEDINA, C. (org). Viagem ao sol poente. São Paulo: ECA/USP. 2001.p.35-44.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAYAD , Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade** .São Paulo, Edusp,1998, 299 pp.

SASAKI., Elisa A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**. vol.20 no.57 São Paulo May/Aug. 2006.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142006000200009>. Acesso em: 19/09/2012.

SEABRA, M. G. **As cooperativas mistas do estado de São Paulo**; um estudo de geografia econômica IGEOG – USP. Série teses e monografias. N.30. 270p. 1977

SEGAWA, Hugo; FANUCCI, F. P.; FERRAZ, M.C.. **O Conjunto KKKK**. São Paulo;

Takano Editora, 2002.

SETOGUTI, R. I. **A tradição educacional entre os imigrantes japoneses e os nipo-brasileiros..** In: VIII Congresso Nacional de Educação- EDUCERE- III Congresso Ibero-Americano sobre violências na escola- CIAVE- Formação de Professores, 2008, Curitiba: Champagnat, 2008.

SHIBATA, H. **Da casa de pau-a-pique aos filhos doutores: trajetórias escolares de gerações de descendentes japoneses (dos anos 1950 aos anos 1990)** tese de doutorados da Faculdade Educação da USP. História e Histografia da Educação. Orientação Prof. Cyntia Pereira de Sousa. SP;sn,2009 221p. disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde...140827/.../hiromi.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde...140827/.../hiromi.pdf).  
[biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/sakurai.rtf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/sakurai.rtf). Acesso em: 19/04/2012.

SHIMIZU, Isabel Outro mura, outros japoneses. Herança do Kasato-Maru **NCN - Novos Cadernos NAEA**, Vol. 13, No 2 (2010)  
<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/338>. Acesso em: 20/06/2013.

SHIZUNO, E. C. **Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40.** 2001. 175 p . Dissertação ( Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História da Universidade Federal do Paraná), Curitiba, PR.  
<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24690/D%20-%20SHIZUNO,%20ELENA%20CAMARGO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10/01/2013.

SILVA, A. C. F. **Vozes silenciadas: a imagem do imigrante japonês entre discursos, palavras e silêncios.** In: Anais do X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política. Recife, 26 a 30 de abril de 2010.  
Disponível em: [http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270424157\\_ARQUIVO\\_VOZESSILENCIADASAIMAGEMDOIMIGRANTEJAPONESENTREDISCURSOS\\_PALAVRASESILENCIOS.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270424157_ARQUIVO_VOZESSILENCIADASAIMAGEMDOIMIGRANTEJAPONESENTREDISCURSOS_PALAVRASESILENCIOS.pdf). Acesso em: 10/01/2013.

SILVA, Elisângela Marina de Freitas e . A Iluminação Educacional no Discurso da Igreja Messiânica Mundial . Anais do III Encontro Nacional DO GT História das Religiões e das Religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. ISSN 1983-2859.  
Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em: 18/07/2013.

SILVA, B. S. M. *et al.* **O “Perigo Japonês” em Londrina (1934-1956): o caso da construção do aeroporto.** 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Londrina. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/BrunoSMSilva.pdf>. Acesso em: 13/05/2013

SONATI, J. G.; VILARTA, R.; SILVA, C. C. **“Influências Culinárias e Diversidade Cultural da Identidade Brasileira: Imigração, Regionalização e suas Comidas,** 11/2009, ed. 1, IPES EDITORA, Vol. 1, pp. 11, pp.137-147, 2010.



SOUSA, A. A. **O vôo do Tsuru. O empresariado nipo-brasileiro:** de colono a industrial. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Tecnologia - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP. 2010.

SOUZA, Yoko Nitahara, **A Comunidade Uchinanchu na Era da Globalização** Contrastando —Okinawanos E —Japoneses. Dissertação Mestrado Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília. 2009.

[http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5825](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5825).

Acesso em: 10/10/2013

SPOSITO, E. *et al.* **Geografia e Migração:** movimentos, territórios e territorialidade. SP: Expressão Popular, 2010. 304 p.

SOARES André Luis Ramos., GAUDIOSO, Tomoko Kimura; Um Novo Olhar para o Patrimônio: Hábito Alimentar Dos Imigrantes Japoneses. **II Congresso de Museologia. Maringá** - Paraná, 24 a 26 de Outubro de 2012 p. 002 - 0012

ISBN 978-85-87884-27-5

<http://www.mbp.uem.br/cim/pages/arquivos/anais/TS5/TS5-08.pdf>. Acesso em: 10/09/2013.

STERZA J. S. . **A Chegada dos Imigrantes Japoneses e a Partida dos Decasségus:** Dois Lados Da Mesma Viagem. In: Francisco Hashimoto. (Org.). Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte. São Paulo: Editora da UNESP-FAPESP, 2008, v. , p.

SUDA, J. R.; SOUZA, L. **Identidade Social em movimento:** a comunidade japonesa na Grande Vitória (ES). **Psicologia & Sociedade;** 18(2): 72-80; mai/ago.2006.

SUZUKI, Nobuo. WAKISAKA, Katsunori. Papel desempenhado na agricultura brasileira. Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa No Brasil. **Uma epopeia moderna: 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil.** São Paulo, Hucitec, 1992. p.461 - 539.

TAKANO, Y. . As faces do bilinguismo nipo-brasiliense: um olhar sob perspectiva da tensão diglôssica. In: **X Congresso Internacional de Humanidades**, 2008, Brasília. X Congresso Internacional de Humanidades - Palavra e Cultura na América Latina: Heranças e desafios. Chile: Editoração Acadêmica, 2008.

[unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/166/151.doc](http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/166/151.doc). Acesso em 20/10/2013.

TAKENAKA, E. M. M. **Raízes de um povo:** a colônia japonesa de Álvares Machado – SP. 2002. 165f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.2003.

TAKEUCHI, M. Y. **O perigo amarelo em tempos de guerras.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, 200p.

TAKEUCHI, M. Y. A comunidade nipônica e a legitimação dos estigmas: o japonês caracterizado. **Revista USP,** n.79, set/Nov 2008.

[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0103-99892008000400016&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0103-99892008000400016&script=sci_arttext). Acesso em: 20/04/2013.

TAKEUCHI, M. Y. **Colônias japonesas: quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante?** Em busca do Eldorado. , São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em: [http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo\\_colonias\\_japonesas.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_colonias_japonesas.pdf). <http://www.storicamente.org/07dossier/migrazioni-takeuchi.htm>. Acesso em: 20/04/2013.

TAKEUCHI, M. Y. *Gueixas e Samurais*. Tese (Doutorado) em História, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP. 2009.

TAKEUCHI, M. Y.; CARNEIRO, M. L. T. **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. EDIUSP. SP. 712 p. 2010.

TAKIUCHI, Mitsuro. **Rubinéia a cidade que o lago engoliu**. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário de Araraquara - UNIARA. 2010. [www.uniara.com.br/mestrado/desenvolvimento.../Mitsuru\\_2010.pdf](http://www.uniara.com.br/mestrado/desenvolvimento.../Mitsuru_2010.pdf). Acesso 10/07/2012.

TANIGUTI, G. T. **Imigrantes japoneses, agricultura e negócios: a trajetória da cooperativa agrícola de cotia na criação de um mercado**. 2013. Tese (Doutorado Sociologia) Universidade São Paulo- São Paulo.

TANIGUTI, G. T. Imigrantes Japoneses e Mercado de Trabalho Agrícola em São Paulo - 1908-1958 **Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP** - Campinas, setembro, 2012.

TANNO, J. L. **Formas de sociabilidade e inserção de imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade paulista, 1930-1970**. In: HASHIMOTO, et al. Cem anos de imigração japonesa. Ed. UNESP, 2008.

TERRA, F. H. B. **A indústria de Agrotóxicos no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado, - Desenvolvimento Econômico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas) Universidade Federal do Paraná.

TERRA, F. H. B.; PELAEZ, V. A história da indústria de agrotóxicos no Brasil: das primeiras fábricas na década de 1940 aos anos 2000. In: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica/ **IV Encontro de Pós Graduação em História Econômica/ II Conferência Internacional de História Econômica**, 2008, São Paulo. Simpósio de Pós- Graduação em História Econômica. São Paulo, 2008.

USARSKI Frank. **Declínio do budismo "amarelo" no Brasil**. Tempo soc. v.20 n.2 São Paulo nov. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702008000200007>. Acesso em: 20/07/2013.

VIEIRA, F. I. S. **O japonês na frente de expansão paulista - O processo de absorção do japonês em Marília, São Paulo**. São Paulo: Livraria Pioneira/ Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

WAWZYNIAK, Sidinalva M. dos S. **Histórias de Estrangeiro: passos e traços de imigrantes japoneses (1908-1970)**. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2004/Sidinalva%20Maria%dos%20Santos%20Wawzyniak.pdf>. Acesso em: 20/01/2013.

WAWZYNIAK, S. M. S. ; HASHIMOTO, Francisco ; TANNA, Janete Leiko ; OKAMOTO, Monica S. . **A "Colônia" como representação: imigração japonesa no Brasil**. In: Francisco HASHIMOTO; Janete Leiko TANNON; Monica Setuyo OKAMOTO. (Org.). Cem Anos da Imigração Japonesa: História, memória e Arte. 1ed.São Paulo: UNESP, 2008, v. 1, p. 167-188.

WILLEMS, E. **Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1948.

YAMASHIRO, J. **História da cultura japonesa**. São Paulo: Ibrasa. 1986.

## APÊNDICE A

Quadro 14 - Referencial Teórico (Modelo Utilizado)							
Título	Autor	Formação	Tipo de pesquisa	Tipo de amostra	Local da pesquisa	Instrumento de pesquisa	Conclusões
Os heróis da imigração japonesa (2008)	ANDRADE, Livia	Jornalista	Artigo de Revista Dinheiro Rural	Revisão de autores	Brasil	Artigos	Contribuições dos empreendedores japoneses para a agricultura e negócios no Brasil.
Os japoneses e a teicutura em Registro..	AOKI, Alessandro; LIMA, Maria das Graças de.	Universidade Estadual de Maringá, PR. 2011	Resgate histórico pela memória dos descendentes.	Produtor de chá	Registro-SP	Relatórios	A economia impulsionada pelo plantio do chá; organização familiar; a teicutura como elemento de fixação dos imigrantes japoneses.
O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa.	BENEDICT, Ruth. (1987-1948)	Universidade de Columbia. Antropóloga, PHD.	Antropologia à distância.	Entrevista com imigrantes japoneses	EUA	Entrevistas, literatura, filmes, arquivos.	Entender o comportamento do japonês para ajudar na ocupação pós-guerra.
Os sonhos da migração: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado/SP.	BOMTEMPO, Denise Cristina.	Dissertação de Mestrado. Pres. Prudente: FCT/Unesp, 2003. Doutora em Geografia	Dados e pesquisa local com imigrantes e <i>dekasseguis</i> .	Zona rural e urbana. Dados secundar. e IBGE. Cartório.	Álvares Machado, SP.	Questionár. e entrevistas.	Os lugares e os movimentos, contribuições dos japoneses. Mobilidade e impactos dos investimentos efetuados pelos japoneses no Brasil.
Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo.	CARDOSO, Ruth Correa Leite.	Doutorado em Ciências. USP, SP. 1972	Entrevistas. Dados estatísticos qualitativos. Material descritivo.	4 grupos familiares Conjug. Lineares Colaterais e Por afinidade 121 famílias.	SP	Roteiro de entrevistas	Descrição do processo de incorporação dos japoneses e seus descendentes à sociedade nacional; processo cultural; renascimento de cultura japonesa no Brasil.
Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, imaginário e memória. (2011)	CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi.	Doutora em História. USP, SP.	Textos, artigos, vários autores, pesquisadores da USP.	Artigos.	São Paulo e outros estados.	Textos, fotos, documentos passageiros, processos de naturalizaç.	Estereótipos, macacos, ratos, traiçoeiros; confinamento, estereótipos <i>shindo rhemei</i> .
Relatos orais de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. (2000)	DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri.	Doutora Educação/ Unicamp e pesq. do Ceru/USP.	Relatos orais	Família de imigrantes a partir de 1908	São Paulo SP	Relatos orais	Educação e diferenciação sociocultural, educação em São Paulo, escolas japonesas, japoneses em São Paulo, História da Educação.
Imigrantes: entre políticas, conflitos e preconceitos.	DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri.	Ciências Soc. Pós-graduação Educação Metodista SP.	Pesquisadora Centro de Estudos Rurais e Urbanos	Grupo em deslocamentos japoneses, port., luso-africanos	Relatos orais de famílias SP	Relatos orais	Conflitos e preconceitos. Vivências educacionais e escolas japonesas

## APÊNDICE B

QUADRO 15: Aplicação de produtos químicos

<i>Família</i>	<i>Ditane</i>	<i>Manzate</i>	<i>Metalitox</i>	<i>Rodiatox</i>	<i>Metaltox</i>	<i>C.B.</i>	<i>Niantina</i>	<i>Ar</i>	<i>V.P.</i>	<i>Exasom</i>	<i>Roritox</i>
F1	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F2	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F3	NL	NL	NL	NL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F4	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL
F5	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F6	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F7	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
F8	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F9	NL	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F10	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL
F11	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F12	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F13	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
F14	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL
F15	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F16	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F17	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
F18	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F19	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL	NL
F20	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F21	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
F22	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
F23	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
F24	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim

Legenda: NL= Não lembra Ar= Arsênico C.B.= Calda bordalesa V.P.= Verde Paris

Fonte: o autor

## APÊNDICE C

**QUADRO 16:** Produtos agrícolas sem aplicação de agrotóxicos

<i>Família</i>	<i>Relatos dos entrevistados</i>
F1	Antes passava um tipo de veneno e resolvia tudo.
F2	Verduras para o consumo não usava produtos. Produtos químicos aparecem em 1970.
F3	Não lembra, não tinha conhecimento.
F4	Não usava na horta para consumo; no tomate usava muito pouco, anos depois.
F5	Usavam muito pouco adubo; faziam rotação de culturas.
F6	Usava esterco de vaca, cama de frango, não tinha muitas opções.
F7	Não tinha nada que protegia as plantações, usava o que conhecia.
F8	A horta caseira era sem agrotóxicos; a família consome verduras até hoje com muita frequência.
F9	Não teve conhecimento.
F10	Não lembra, não tinha conhecimento.
F11	Não havia necessidade de adubação, a terra era muito fértil.
F12	Não lembra, não ouvia falar em agricultura orgânica.
F13	Esterco de vaca e adubo químico começou a partir de 1948.
F14	No começo não tinha veneno, a terra não era tão cultivada.
F15	Produziu cogumelos shitake, produção em troncos de eucalipto, em estufa.
F16	Não havia correção do solo, adubo não existia.
F17	Usava esterco de curral, esterco de galinha; as granjas eram poucas na região.
F18	Plantava muita verdura, mas não usava veneno; as técnicas eram do Japão.
F19	Não pode falar desse assunto pois não lembra.
F20	Não tinha conhecimento na época, não se falava em cultura orgânica.
F21	Preparava bem a terra; era especialista no plantio de pepino; depois vieram as doenças.
F22	Usava esterco comum; não dava tanta praga como hoje; usava muito pouco veneno.
F23	Plantava muita verdura, mas não usava veneno; as técnicas trouxe do Japão.
F24	Veio para plantar arroz e já usava veneno; no tomate já usava muito veneno.

Fonte: o autor

## APÊNDICE D

**QUADRO 17:** Educação x religiosidade dos imigrantes japoneses e filhos entrevistados

<i>Família</i>	<i>Depoimentos em relação a: Construir escolas em vez de igrejas</i>
F1	Não lembra; tinha o <i>butsudan</i> em casa, não “ia na” igreja.
F2	As associações eram mais importantes; a religião era feita em casa.
F3	Não sabe.
F4	Não lembra.
F5	A família fazia as orações em casa; nunca houve pressão para construir.
F6	NL, Não ouviu falar; tinha o <i>butsudan</i> em casa.
F7	Não chegou a ouvir; a oração era feita em casa.
F8	Não lembra. A família é budista até 2013.
F9	Não lembra, não ouviu.
F10	Não lembra.
F11	Posição do próprio governo que era xintoísta; tinha o <i>butsudan</i> .
F12	Não ouviu.
F13	Pela dificuldade e contraste da língua, era mais importante a escola
F14	Não ouviu.
F15	O pai dizia “ <i>não fique louco com a religião</i> ”; não proibia seguir qualquer religião.
F16	A educação sempre foi mais importante, era condição de progredir.
F17	O <i>butsudan</i> permanece na casa, até 2013; o ritual é diário.
F18	Os irmãos vieram alfabetizados; mantem o <i>butsudan</i> até 2013.
F19	Não sabe.
F20	Não lembra esta posição; mantem o <i>butsudan</i> numa sala especial.
F21	A preocupação era grande com a educação. Tinha o <i>butsudan</i> .
F22	O culto era feito em casa; o <i>butsudan</i> ocupa lugar de destaque em casa.
F23	Não ouviu falar; veio depois das outras famílias.
F24	Não viveu essa época.

Fonte: o autor

## ANEXO A

(Modelo do questionário utilizado nas entrevistas)

Formulário Pesquisa 1 UNIARA Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013 N°. \_\_\_\_.

O imigrante japonês e seus descendentes em Taquaritinga, SP : a relação com a agricultura.

A aplicação deste questionário tem como objetivo obter informações para a elaboração de uma dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, na UNIARA, Araraquara, SP, em 2013. A sua colaboração é muito importante para a obtenção de informações, com um resgate histórico da vinda da família do Japão e o estabelecimento em Taquaritinga. Agradeço antecipadamente sua atenção.

Orientando: Olimpio Massaaki Kikuthi.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Ribeiro.

### 1º MOMENTO: a vinda

#### 1- A chegada da família:

Família: \_\_\_\_\_

Motivo da imigração:

\_\_\_\_\_

Ano de entrada no Brasil: \_\_\_\_\_

Componentes da família que vieram para o Brasil:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### 2- Atividades exercidas no Japão :

\_\_\_\_\_

#### 3- Composição da família:

Avô Paterno: \_\_\_\_\_ Origem: \_\_\_\_\_ Atividade no Japão:-

\_\_\_\_\_

Avó Materna: \_\_\_\_\_ Origem: \_\_\_\_\_ Atividade no Japão:

\_\_\_\_\_

Pai: \_\_\_\_\_ Origem: \_\_\_\_\_ Atividade no Japão:

\_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_ Origem: \_\_\_\_\_ Atividade no Japão:

\_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Geração: \_\_\_\_\_

Filhos de: \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_

Nome	Natural de	Estado civil	Atividade	Casado com	Natural de	Atividade	Obs:
1-							
2-							



3-							
4-							
5-							
6-							
7-							
8-							
9-							
10-							

Geração: \_\_\_\_\_

Filhos de: \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_

Nome	Natural de	Estado civil	Atividade	Casado com	Natural de	Atividade	Obs:
1-							
2-							
3-							
4-							
5-							
6-							
7-							
8-							
9-							
10-							

Geração: \_\_\_\_\_

Filhos de: \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_

Nome	Natural de	Estado civil	Atividade	Casado com	Natural de	Atividade	Obs:
1-							
2-							
3-							
4-							
5-							
6-							
7-							
8-							
9-							
10-							

Geração: \_\_\_\_\_

Filhos de: \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_

Nome	Natural de	Estado civil	Atividade	Casado com	Natural de	Atividade	Obs:
1-							
2-							
3-							
4-							



Observações:

---

## 2º Momento - As atividades na agricultura

### 10- Cooperação/ajuda:

- a) Teve algum tipo de ajuda para o campo do primeiro lote de terras? Não Sim  
 Período: \_\_\_\_\_ ajuda: \_\_\_\_\_

Empréstimo de parente  
 Empréstimo de amigo  
 Empréstimo de cooperativa  
*Tanomoshi*  
 Outro:

- b) Pelas lembranças de histórias contadas (avós, pais) em sua opinião, o que explica a união entre os japoneses?

- c) Havia, realmente, cooperação entre os imigrantes, vizinhos?

### 11- Uso de insumos/produtos (fase de mobilidade)

Tinha conhecimento do uso de algum produto (químico) na lavoura?

Cron.	Nome	Período	Plantio	Produto /insumo	Obs.

Observações:

---

### 12- Aplicação de insumos/produtos:

- a) Teve conhecimento de alguém da família, empregado, vizinho, que sofreu algum problema de saúde com uso de produto químico ou insumo?

Não Sim parentesco/vizinho: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_

Sintomas: \_\_\_\_\_ atendimento? Não Sim

Onde? \_\_\_\_\_

- b) Tinha algum tipo de orientação? Não Sim

Responsável \_\_\_\_\_

- c) Forma como era aplicada? \_\_\_\_\_

- d) Possuem alguma foto de equipamentos/ implementos deste período?

Não Sim

Observações: \_\_\_\_\_

**13- Cultura orgânica.**

a) Teve conhecimento do uso de alguma técnica ou insumos para produção conhecida hoje como orgânica? Não Sim :

b) Em que época: \_\_\_\_\_

c) Qual o insumo? \_\_\_\_\_

d) Qual a técnica empregada? \_\_\_\_\_

e) Quais os produtos? \_\_\_\_\_

f) Quais as características? \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

**14- Preconceitos e perseguições**

a) No período entre 1920/1950 soube de relatos de membros da família, vizinhos ou amigos que foram vítimas de algum tipo de perseguição, prisão ou violência, por parte de autoridade policial ou grupos organizados? Não

Sim: \_\_\_\_\_

b) No mesmo período (1920/1950) teve conhecimento de relatos de ofensa contra japoneses, como “macaco”, “vampiro da terra”, “povo inassimilável”. entre outros? Não Sim: no período \_\_\_\_\_ Local \_\_\_\_\_ tipo de ofensa \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

**15- Educação/escolaridade:**

Nome	Escolaridade	Obs.:

a) Os pais tinham preocupação com os filhos:

Filhos, todos, estudarem.

Filhos, homens, só estudavam.

Filhos, todos, só trabalhavam.

Filhos, homens, só trabalhavam.

Filhos, todos, estudar e trabalhar.

Filhas só cuidar da casa.

Filhas, trabalhar e estudar.

Filhas só estudar.

Observações: \_\_\_\_\_

b) Na época, a educação dos filhos contribuiu para fazer o japonês ser diferente dos demais brasileiros? Não Sim

Observações: \_\_\_\_\_

c) A educação dos pais teve alguma relação com o conceito “amor a terra”? Não Sim \_\_\_\_\_

d) Como você via a posição dos japoneses: “construir escolas em vez de igrejas”? \_\_\_\_\_

e) A família perdeu “força de trabalho” c/ os filhos estudando? Não

Sim: \_\_\_\_\_

f) Em relação aos estudos dos filhos: valeu a pena estudar? Não Sim:

Observação: \_\_\_\_\_

## 16- Língua Japonesa

a) o ensino da língua japonesa pelos avós e pais: foi ensinado aos filhos: Não Sim

Observação: \_\_\_\_\_

Os filhos: Falam, entendem, escrevem Falam, entendem

Não falam, nem entendem

Observações: \_\_\_\_\_

Os netos: Falam, entendem, escrevem Falam, entendem

Não falam, nem entendem

Observações: \_\_\_\_\_

Os bisnetos: Falam, entendem, escrevem Falam, entendem

Não falam, nem entendem

Observações: \_\_\_\_\_

b) Havia preocupação em manter a tradição :

c) Era indiferente aprender a língua japonesa:

d) A comunicação com a colônia exigia o domínio do idioma japonês:

Observações: \_\_\_\_\_

## 17- Associações culturais:

a) A família participava/participa de:

Associação cultural Nipo Clube: Não Sim desde: \_\_\_\_\_

Associação cultural Kai Kan: Não Sim desde: \_\_\_\_\_

Não participa:

razão: \_\_\_\_\_

Frequenta às vezes, alguns eventos/atividades:

Frequenta sempre os eventos/atividades:

b) Em sua opinião, o que levou a comunidade japonesa, fundar duas associações culturais em Taquaritinga?

c) A família valoriza/participa de atividades culturais como:

Festivais de música:

Teatro japonês:

Esportes como: beisebol *Gate ball* *soft ball* tênis de mesa

natação outros \_\_\_\_\_

Lutas marciais como: judô *kendô* *sumô* *jiu-jitsu*

outra: \_\_\_\_\_

Atividades artísticas como: *bonsai* *origami* *ikebana*

outra: \_\_\_\_\_

Costumes como:

*koden*

*osenko-daí*  
*omimai*  
*oyuwai*  
*undokai*  
*shokon sai*

Outros: \_\_\_\_\_

### 18- Culinária

A família mantém hábitos como preparar:

*sukyaki* *sashimi* *sushi* *gohan* *yokan* *moti* *missoshiro* *tofu*  
*mandjú* *tempurá* *yakissoba* outros \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

### 19- Religião e espiritualidade:

A família era (é) praticante de alguma religião? Não Sim:

Católica Budista *Seicho-no-iê* Messiânica Outra: \_\_\_\_\_

Observações: \_\_\_\_\_

### 20- Casamento dos filhos:

a) A orientação ou determinação dos pais era:

Só com japoneses ou descendentes

Escolha pelos pais: pratica do *omiai*

Escolha por conta do filho ou filha.

Observações: \_\_\_\_\_

c) Soube de algum caso na família/ conterrâneos de recusa de casar-se com a pratica do *omiai*?

Não Sim: \_\_\_\_\_

### 21- Contribuições da colônia japonesa para a agricultura brasileira:

A família produzia algum dos produtos abaixo:

ponkan	acelga	caboxá	murcote	gobô (bardana)
gengibre	kinkan	rorenço (espinafre japonês )		
ameixa	caqui	konyakú (raiz)	daycon (nabo branco)	
pêssego	inhame	cebolinha	uva Itália	
nêspera	ovos (granja)	acelga	umeboshi	shoyo
missô	cereja	aves	udon	nori
flores	arroz tipo cateto	feijão azuki	cogumelos	shitake/ shimeji
horticultura				

Observações: \_\_\_\_\_

### 22- O sonho do imigrante

A vinda para uma terra nova, na sua interpretação, culminou na realização dos sonhos, imaginada no Japão, para a família?

Agradeço a sua colaboração e fico à disposição para qualquer esclarecimento necessário.

Olimpio M. Kikuthi.

E-mail: [sonia.kikuthi@gmail.com](mailto:sonia.kikuthi@gmail.com)

## ANEXO B

### ROTEIRO PARA CONTATO TELEFÔNICO – Entrevista de Pesquisa – Fev/ 2013

1) Identificação:

“Alô: aqui quem está falando é Olimpio Kikuthi; Sou aluno do Mestrado da UNIARA, Araraquara Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Moro em Taquaritinga e estou fazendo um trabalho de pesquisa sobre a Imigração Japonesa”.  
Você poderia prestar algumas informações?

Seu nome é? \_\_\_\_\_ Família: \_\_\_\_\_

2) Você saberia dizer em qual região (ilha) seus parentes moravam no Japão?

\_\_\_\_\_

3) Você se lembraria em que ano, aproximadamente, seus parentes vieram para o Brasil?

Ano: \_\_\_\_\_

( em caso de não lembrar o ano exato:)

1908 a 1910

1910 a 1920

1920 a 1930

1930 a 1940 ( antes da Segunda Guerra Mundial)

Depois de 1950

4) Você saberia dizer quem veio do Japão para o Brasil?

Bisavô

Avô

Pai

Pai e irmãos

Sobrinhos

5) A família mantém atividades ligadas à agricultura?

Sim

Não

6) Gostaria muito de agradecer pelas informações e pela sua atenção, no momento. Voltarei a entrar em contato, em breve, caso você autorize.

Se você quiser acessar meu e-mail poderei dar maiores detalhes sobre o trabalho em andamento. Olimpio Massaaki Kikuthi: e-mail: [sonia.kikuthi@gmail.com.br](mailto:sonia.kikuthi@gmail.com.br)

(No próximo contato podemos agendar um dia, horário e local mais conveniente para você ou para a pessoa que possa dar as informações para a pesquisa: o trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre as famílias japonesas que se estabeleceram em Taquaritinga e mantêm atividades ligadas à agricultura.)

Muito obrigado. Até logo.

## ANEXO C

### **Levantamento de óbitos de imigrantes e descendentes de japoneses sepultados em Taquaritinga, SP (1919/2013)**

Ao estudar a imigração japonesa, MORI (1992) cita que “a vida religiosa japonesa tem como uma das coordenadas de referência o culto aos antepassados que se alicerça na instituição familiar, e a outra, o culto às deidades da comunidade.” Quando os imigrantes japoneses deixaram o Japão, os filhos mais velhos ficaram com a responsabilidade de cuidar da terra e manter o “ie”, até que a família retornasse do Brasil. MAEYAMA (1973) define o “ie” como um corpo organizacional no qual um empreendimento econômico é mantido baseado na sua propriedade e os antepassados são comumente cultuados. A permanência dos japoneses e os familiares sepultados no Brasil criou uma situação que não estava prevista nos planos da imigração. O levantamento dos membros da comunidade japonesa sepultados em Taquaritinga permitiu avaliar as causas dos óbitos, o número de casos, as faixas etárias e as principais doenças que atingiram os imigrantes. Foi realizado um levantamento em dados coletados na Prefeitura Municipal de Taquaritinga, SP, dos imigrantes japoneses e descendentes sepultados, entre janeiro de 1919 e 10/06/2013, data de encerramento do levantamento. Foi registrado um total de 568 óbitos. Uma tabulação das causas-mortis verificou os principais motivos dos óbitos dos japoneses e descendentes em Taquaritinga, SP. Os dados mostram que 124 crianças, entre um dia e 10 anos de idade, foram a óbito, dos 181 casos registrados. Entre 11 e 83 anos, 57 pessoas representam os casos restantes. Crianças nati-mortas totalizaram 15 casos sendo a maioria de causas ignoradas ou sem assistência médica, caracterizando a falta de estrutura de saúde para atender os imigrantes, naquele período. As causas estão na Tabela 6 e na Figura 9. A Santa Casa de Saúde funcionava desde 1911, em Taquaritinga mas o acesso das fazendas à cidade era muito difícil. A Tabela 4 indica o total de óbitos por período, o total registrado de todas as etnias e os japoneses e descendentes. A Tabela 5 contém os óbitos por ano e faixa etária (os óbitos dos japoneses estão incluídos no total de óbitos de todas as etnias). (Uma ressalva precisa ser registrada em razão dos registros terem sido escritos à mão, com rasuras em decorrência do tempo, ilegibilidade em alguns casos).



**TABELA 4:** Óbitos de japoneses e descendentes em Taquaritinga, SP (1919-2013)

<i>Período</i>	<i>Total de óbitos</i>	<i>Japoneses e descendentes</i>	<i>%</i>
1919- 1929	3.318	33	0,99
1930- 1939	4.659	78	2,18
1940- 1949	2.051	70	3,31
1950- 1959	1.919	64	3,23
1960- 1969	2.016	56	2,87
1970- 1979	2.940	58	1,93
1980- 1989	3.449	52	1,39
1990- 1999	3.677	53	1,41
2000-2009	3.906	77	1,9
2010-2013	1.341	27	1,94
<b>TOTAL</b>	<b>29.276</b>	<b>568</b>	<b>1,94</b>

Fonte: O autor

Os óbitos foram separados por faixa etária, por ano, de 1919 a 2013, na Tabela 5, para visualizar a incidência e distribuição por idade, na população estudada.

**TABELA 5:** Óbitos dos japoneses e descendentes, em Taquaritinga,SP por ano e faixa etária (1919-2013)

<i>Ano</i>	<i>Nº óbitos</i>	<i>0 a 1 ano</i>	<i>1 a 10</i>	<i>11 a 20</i>	<i>21 a 30</i>	<i>31 a 40</i>	<i>41 a 50</i>	<i>51 a 60</i>	<i>61 a 70</i>	<i>acima 70</i>	<i>Total</i>
1919	6	2	0	0	4	0	0	0	0	0	6
1920	7	3	2	0	2	0	0	0	0	0	7
1921	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
1922	3	2	0	0	0	1	0	0	0	0	3
1923	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1924	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
1925	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1926	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1927	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
1928	6	1	3	0	1	0	1	0	0	0	6
1929	6	3	0	1	1	1	0	0	0	0	6
1930	5	2	3	0	0	0	0	0	0	0	5
1931	8	5	2	0	0	0	1	0	0	0	8
1932	7	5	1	1	0	0	0	0	0	0	7
1933	6	4	0	0	0	0	0	2	0	0	6
1934	16	10	3	0	0	3	0	0	0	0	16
1935	14	9	2	0	1	0	0	1	1	0	14
1936	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
1937	5	3	2	0	0	0	1	0	0	0	5
1938	7	6	1	0	0	0	0	0	0	0	7
1939	8	3	2	0	1	1	0	1	0	0	8
1940	14	7	1	1	3	0	1	1	0	0	14
1941	6	5	0	1		0	0	0	0	0	6

1942	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
1943	12	5	3	1	1	0	0	0	0	2	12
1944	7	4	1	0	0	0	0	1	1	0	7
1945	10	4	1	0	1	1	2	1	0	0	10
1946	2	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
1947	7	2	2	0	1	0	0	2	0	0	7
1948	3	0	0	0	0	1	1	0	1	0	3
1949	5	2	2	0	0	1	0	0	0	0	5
1950	7	4	0	0	0	0	0	1	2	0	7
1951	8	1	4	1	0	1	1	0	0	0	8
1952	7	6	0	0	0	0	0	1	0	0	7
1953	8	4	1	0	1	1	1	0	0	0	8
1954	7	1	2	0	0	0	3	0	1	0	7
1955	4	1	1	0	0	1	0	0	0	1	4
1956	6	1	1	0	0	0	0	3	0	1	6
1957	6	1	2	1	0	0	0	0	2	0	6
1958	4	1	0	1	0	0	0	0	1	1	4
1959	7	2	0	0	1	1	1	0	1	1	7
1960	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
1961	4	3	0	0	0	0	0	0	0	1	4
1962	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1963	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
1964	5	1	0	0	0	0	0	2	2	0	5
1965	6	4	0	0	0	0	0	0	1	1	6
1966	15	6	0	1	0	0	1	0	1	6	15
1967	5	2	0	0	0	0	0	0	1	2	5
1968	7	2	0	0	0	2	1	0	1	1	7
1969	8	3	1	0	0	0	0	0	0	4	8
1970	5	1	0	0	0	0	0	0	2	2	5
1971	11	2	1	0	0	3	1	1	0	3	11
1972	5	2	0	0	0	0	0	0	0	3	5
1973	6	1	0	0	1	1	0	0	0	3	6
1974	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
1975	3	0	0	0	0	0	1	1	0	1	3
1976	9	1	1	0	0	2	1	0	2	2	9
1977	4	0	0	1	0	0	0	0	0	3	4
1978	5	0	0	0	0	0	0	0	2	3	5
1979	9	1	1	0	0	0	1	0	2	4	9
1980	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
1981	7	0	0	0	1	0	1	0	0	5	7
1982	7	0	2	0	0	1	0	1	1	2	7
1983	4	2	0	0	0	0	0	0	0	2	4
1984	5	0	0	1	0	0	1	0	1	2	5
1985	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
1986	3	0	0	0	0	0	0	1	1	1	3
1987	5	0	0	0	0	0	0	1	3	1	5

1988	9	0	0	0	0	0	0	1	2	6	9
1989	8	1	0	0	0	0	1	2	2	2	8
1990	5	0	0	0	0	0	2	0	1	2	5
1991	6	0	0	0	0	0	0	0	1	5	6
1992	5	0	0	0	0	0	0	0	4	1	5
1993	4	0	0	0	0	0	0	1	1	2	4
1994	4	0	0	0	0	0	0	1	2	1	4
1995	7	0	0	0	0	0	0	1	1	5	7
1996	6	0	0	0	1	0	1	1	1	2	6
1997	5	0	0	0	0	0	1	0	2	2	5
1998	4	0	0	0	0	0	2	1	0	1	4
1999	7	0	0	1	1	0	0	3	0	2	7
2000	6	0	0	0	0	0	1	1	0	4	6
2001	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
2002	10	0	0	0	0	0	2	0	4	4	10
2003	4	0	0	0	0	0	0	1	1	2	4
2004	8	0	0	0	0	0	1	2	0	5	8
2005	9	2	0	0	0	0	0	0	0	7	9
2006	9	2	0	0	0	0	0	0	0	7	9
2007	7	0	0	0	0	0	0	0	3	4	7
2008	6	0	0	0	0	0	1	0	2	3	6
2009	14	0	0	0	0	0	0	2	4	8	14
2010	11	0	0	0	0	0	0	1	2	8	11
2011	5	0	0	0	0	0	0	0	1	4	5
2012	8	0	0	0	0	0	1	1	2	4	8
2013	3	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
<b>TOTAL</b>	<b>568</b>	<b>153</b>	<b>48</b>	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>37</b>	<b>43</b>	<b>70</b>	<b>157</b>	<b>568</b>

Fonte: O autor

As causa-mortis, por faixa etária, foram agrupadas na Tabela 6 pelos dados obtidos no levantamento realizado em Taquaritinga, SP.

**TABELA 6:** Causa -mortis e Faixa etária dos japoneses e descendentes em Taquaritinga - 1919 a 2013

<i>Causa – Mortis</i>	<i>0 a 11 m.</i>	<i>1 a 10</i>	<i>11 a 20</i>	<i>21 a 30</i>	<i>31 a 40</i>	<i>41 a 50</i>	<i>51 a 60</i>	<i>61 a 70</i>	<i>mais 71</i>	<i>Total</i>
Acidente automobilístico: traumatismo	0	1	0	0	3	1	0	0	0	5
Acidente: Afogamento	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Acidente doméstico: Queda	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Acidente Doméstico Queimadura	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Acidente Fratura crânio	0	1	0	0	0	0	0	0	1	2
Acidente Hemorragia interna perf. Cortante	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Acidente Lavoura: Trator	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Acidente: Enforcamento	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Acidente Lavoura: Traumatismo	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Adynomia cardíaca/ colapso cardíaco	3	1	2	1	4	0	3	4	6	24
Anemia	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2



Falência múltipla dos órgãos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Fase operatória/ complicações	1	0	0	0	0	2	0	0	0	3
Ferimento centro cerebral	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Feto macerado	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Fibrilação ventricular	0	1	0	0	0	0	1	0	6	8
Fibrose Pulmonar	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Fórceps lesão craniana	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Gastroenterite (bactérias/ intox. Alimentar)	9	4	0	0	0	0	0	0	0	13
Gravidez: Ante parto, Deslocamento da placenta	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Gripe	1	0	0	3	0	0	0	0	0	4
Hemorragia cerebral	0	0	0	0	0	1	0	2	0	3
Hemorragia externa	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
Hemorragia interna	0	0	0	1	2	0	1	3	1	8
Hidrocefalia (líquido no cérebro)	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Hipertensão Arterial	0	0	0	0	1	0	2	3	4	10
Icterícia (hepático/fígado)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Infarto agudo do miocárdio	0	0	0	0	1	3	2	8	8	22
Infecção generalizada (Septicemia)	1	0	1	0	0	0	0	1	3	6
Infecção intestinal	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Insuficiência cardíaca	5	3	0	1	0	2	1	1	7	20
Insuficiência hepática	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Insuficiência renal	0	0	0	1	0	4	0	2	4	11
Insuficiência respiratória	0	1	0	0	0	0	2	2	3	8
Intoxicação Alimentar	3	1	0	1	0	0	0	0	0	5
Isquemia (falta sangue tecidos)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Leucemia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Mastoidite (infecção bacteriana ossos)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Meningite	5	1	0	0	0	0	0	0	0	6
Meloma	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Miocardite	1	2	0	1	0	1	1	3	7	16
Miocardiosclerose	0	0	0	0	0	0	0	0	12	12
Nefrite (inflamação rins)	0	5	0	1	1	1	1	0	0	9
Neoplasia Cerebral	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Neoplasia Gástrica	0	0	0	0	0	1	1	0	2	4
Neoplasia Hepática	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Neoplasia Pulmão	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Paralisia cardiorrespiratória	1	0	0	0	1	1	3	1	5	12
Parto distônico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Parto espontâneo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Parto hemorrágico	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Pericardite	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
Peritonite (cavidade abdominal)	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Pioema	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Pneumonia	0	0	0	0	0	0	1	3	9	13

Poli traumatismo	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Prematuridade	14	0	0	0	0	0	0	0	0	14
Provavelmente Lues	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ruptura precoce da bolsa d'água	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sarampo	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Sem assistência médica	14	6	0	3	1	1	1	4	5	35
Senilidade	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Suicídio afogamento	0	1	1	0	0	0	0	0	0	3
Suicídio enforcamento	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Suicídio ferimento arma de fogo	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
Suicídio ingestão formicida	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Suicídio ingestão organo fosforado	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Suicídio ingestão Parathion	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Tétano umbilical	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tétano	8	3	0	0	0	1	0	0	0	12
Teratologia de Follet (insuficiência. Cardíaca)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tifo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Toxemia gravídica (toxinas)	6	3	0	0	0	0	0	0	0	9
Trombose cerebral	0	0	0	0	0	0	1	1	2	4
Trombose pulmonar	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
Trombose venosa	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Tuberculose	0	0	0	1	0	1	1	0	0	3
Úlcera gástrica	0	0	0	0	0	2	0	0	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>143</b>	<b>57</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>29</b>	<b>36</b>	<b>45</b>	<b>73</b>	<b>111</b>	<b>568</b>

Fonte: O autor

As causa-mortis foram agrupadas na Tabela 7 e Figura 9 mostrando as incidências nos japoneses e descendentes, entre 1919 e 2013.

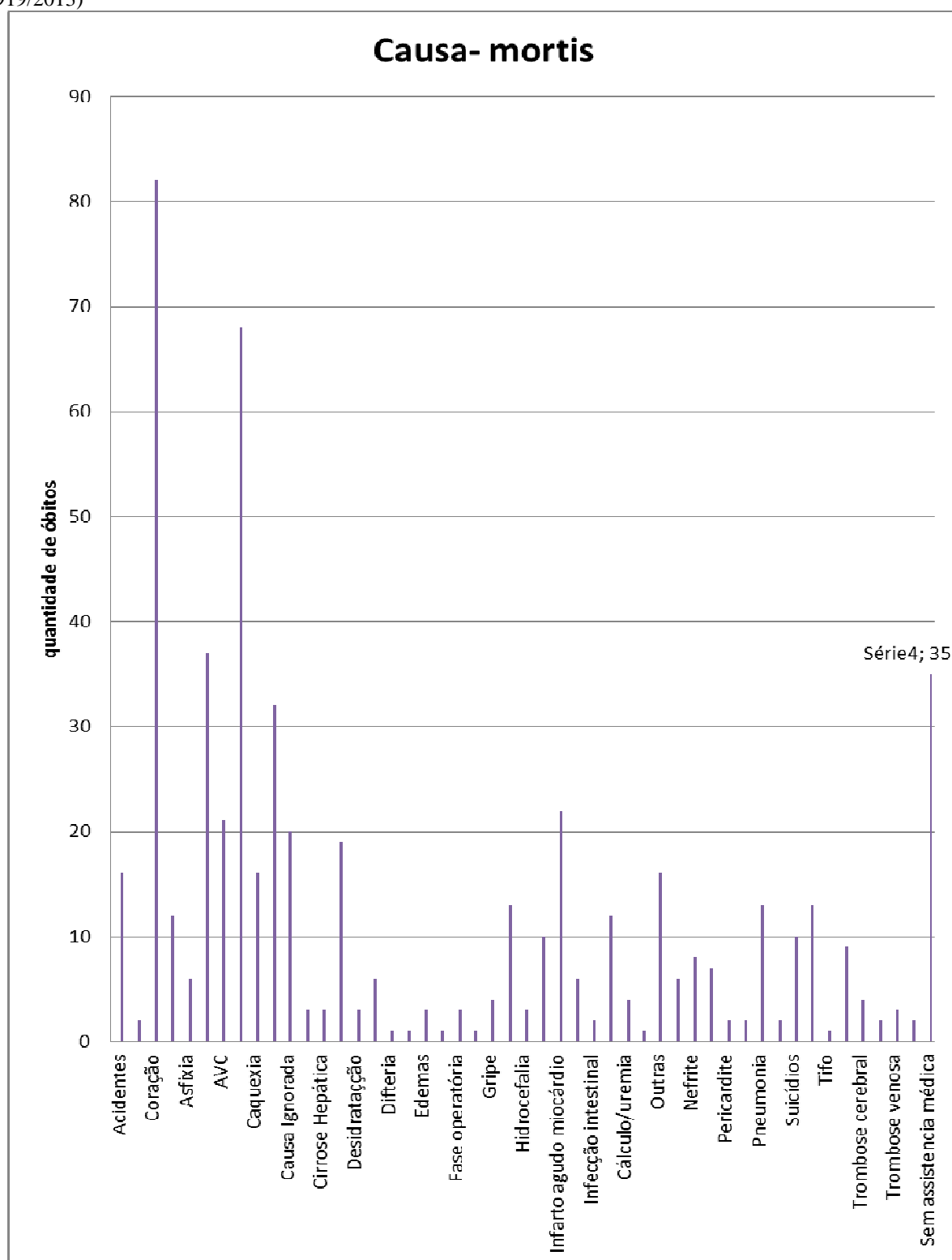
**Tabela 7** Causas do óbitos /número de japoneses e descendentes sepultados em Taquaritinga, SP, (1919/2013)

Causas	Número de óbitos
Acidentes	16
Anemia	2
Coração	82
Arteriosclerose	12
Asfixia	6
Parto, debilidade congênita, gestação	37
AVC	21
Problemas respiratórios	68
Caquexia	16
Carcinomas	32
Causa Ignorada	20
Choque séptico/operatório	3
Cirrose Hepática	3
Intoxic. Alimentar, Gastroenterite	19

Desidratação	3
Diabetes	6
Difteria	1
Disenteria	1
Edemas	3
Enterite	1
Fase operatória	3
Fibrose pulmonar	1
Gripe	4
Hemorragia	13
Hidrocefalia	3
Hipertensão arterial	10
Infarto agudo miocárdio	22
Infecção generalizada	6
Infecção intestinal	2
Insuficiência hepática	12
Cálculo/uremia	4
Oclusão Vias Biliares	1
Outras	16
Meningite	6
Nefrite	8
Neoplasia gástrica, hepática, pulmonar	7
Pericardite	2
Peritonite	2
Pneumonia	13
Sarampo	2
Suicídios	10
Tétano 12, (umbilical 1)	13
Tifo	1
Toxemia gravídica	9
Trombose cerebral	4
Trombose pulmonar	2
Trombose venosa	3
Tuberculose	2
Sem assistência médica	35
<b>Total</b>	<b>568</b>

Fonte: o autor

**FIGURA 9:** Causas dos óbitos /número de japoneses e descendentes sepultados em Taquaritinga, SP, (1919/2013)



Fonte: o autor.



## ANEXO D

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Título da Pesquisa:** O imigrante japonês e seus descendentes em Taquaritinga, SP : a relação com a agricultura.

**Nome do Pesquisador:** Olímpio Massaaki Kikuthi

**Nome da Orientadora:** Prof. Dra. Maria Lúcia Ribeiro

Venho por meio deste convidá-lo (a) a participar do trabalho de pesquisa intitulado: O imigrante japonês e seus descendentes em Taquaritinga, SP : a relação com a agricultura. O desenvolvimento deste trabalho destina-se à elaboração da dissertação de mestrado do pós-graduando, aluno do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Ribeiro.

Ao participar desta pesquisa você permitirá que o mestrando possa coletar as informações necessárias para alcançar os objetivos deste estudo, que são: um resgate das histórias de vida dos imigrantes Japoneses, o trabalho na agricultura e a fixação em Taquaritinga, SP.

A proposta metodológica do projeto de pesquisa, para a coleta dos dados utilizará como técnica de pesquisa entrevista semiestruturada com os selecionados da amostra.

O anonimato e o caráter confidencial das informações serão assegurados pelo pesquisador, como também o direito de acesso aos resultados do trabalho posteriormente.

Tendo em vista as informações acima apresentadas, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

---

Participante:

---

Pesquisador: Olímpio Massaaki Kikuthi